

**Paulo Jorge Teixeira Cavaco**

**A Representação do Holocausto em Ilse Losa**

Dissertação de Mestrado em Estudos  
Portugueses Multidisciplinares, apresentada à  
Universidade Aberta, sob a orientação da  
Professora Doutora Rosa Maria Sequeira

Lisboa

2012

# **A Representação do Holocausto em Ilse Losa**

Tese submetida ao grau de mestre em Estudos Portugueses  
Multidisciplinares

**Paulo Jorge Teixeira Cavaco**

Orientadora: Professora Doutora Rosa Maria Sequeira

Universidade Aberta

Novembro de 2012

À memória de minha mãe

## **Agradecimentos**

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, para a minha orientadora, Professora Doutora Rosa Maria Sequeira, pela disponibilidade manifestada, pela atenção dedicada ao meu trabalho, pelas sugestões formuladas e pelo encorajamento constante.

À Memoshoa — Associação Memória e Ensino do Holocausto — e The International School for Holocaust Studies do Yad Vashem (Israel) devo a oportunidade que me foi concedida de frequentar o Seminário sobre o Ensino do Holocausto, promovido por esta instituição israelita, e que teve lugar entre 5 e 16 de agosto de 2011, em Jerusalém.

Não posso deixar de mencionar todo o apoio pessoal que me foi dado, muito especialmente pela minha família próxima e pelos meus amigos e colegas, Augusto Lourido, Anabela Palma, Cristina Crista, Cristina Ginja e Ricardo Jesus, que a diversos títulos contribuíram para que este projeto chegasse a bom porto.

## Resumo

O Holocausto enquanto facto histórico de proporções sem precedente na história da Humanidade tornou-se um tema literário largamente abordado, inicialmente pelos sobreviventes, que sentiram a necessidade de partilhar a sua experiência, tendo o tema posteriormente também captado o interesse doutros autores. Este conjunto de obras literárias deu origem a um subgénero literário: a Literatura do Holocausto.

Em Portugal, contudo, esta temática não suscitou o interesse do mundo literário, sendo Ilse Losa (1913-2006), autora de origem alemã, com ascendência judaica, vinda para Portugal em virtude da perseguição de que foi alvo pelos nazis na Alemanha, uma exceção.

A temática do Holocausto é recorrente na obra narrativa desta escritora e constitui o tema da presente dissertação, intitulada *A Representação do Holocausto em Ilse Losa*. Este estudo centra-se na análise dos romances *O mundo em que vivi* (1949), *Rio sem ponte* (1952), *Sob céus estranhos* (1962) e em alguns contos integrados no volume *Caminhos sem destino* (1991).

A leitura das narrativas da autora, focada no tema em questão, é entendida como uma proposta de roteiro de exploração, que, além de um capítulo dedicado à contextualização da obra losiana no âmbito da Literatura do Holocausto e da Literatura Portuguesa, se centra na análise dos seguintes aspetos: os períodos temporais que contextualizam o facto histórico (o tempo antes, durante e após o Holocausto) e os valores que predominam em cada um; os atores envolvidos no acontecimento (as vítimas, os perpetradores, os observadores passivos e os oponentes ao regime); as estratégias narrativas implementadas que sustentam essa representação (os tipos de narradores, o recurso à analepse e à prolepse, o uso da carta como recurso narrativo, a enunciação do ato de recordar e a descrição física); e os termos em que se pode conceber uma dimensão pedagógica nestas narrativas.

## Palavras-chave

Holocausto, Ilse Losa, Literatura do Holocausto, Memória, Representação

## **Abstract**

The Holocaust as an unprecedented fact in the history of mankind has become a widely literary subject initiated by the survivors who felt the need to share their experience and then captivate the interest of other authors. This body of works gave origin to a literary subgenre: the Holocaust literature.

However, in Portugal, writers did not show interest in that subject, except for Ilse Losa (1913-2006), a Portuguese/German author born to a Jewish family who was forced to leave Germany due to Nazi persecution.

The Holocaust is a recurring subject in the work of this writer and it is the subject of this dissertation *The Representation of Holocaust in Ilse Losa*. This study focuses on the analyses of the novels *O mundo em que vivi* (1949), *Rio sem ponte* (1952), *Sob céus estranhos* (1962) and some short stories in the volume *Caminhos sem destino* (1991).

In addition to a chapter dedicated to the contextualization of the work of Ilse Losa's Holocaust Literature and Portuguese Literature, this authors' novels are perceived as a guide to explore what is concentrated in the analysis of the following aspects: the time periods of the historical fact (the years before, during and after the Holocaust) and the values that prevailed; the elements involved in that event (the victims, the perpetrators, the bystanders and the opponents of the regime); the literary devices that sustained this representation (the type of narrator, the flashbacks and the flashforwards, the use of the letter as a narrative technique, the act of remembering and the physical description); and the words in which one can conceive a pedagogical dimension in these novels.

### **Key-words**

Holocaust, Ilse Losa, Holocaust literature, Memory, Representation

## Índice

Introdução	1
Capítulo 1 — A unidade temática das narrativas losianas	5
Capítulo 2 — Os tempos da tragédia: o que é representado?	23
2.1. A vida anterior ao Holocausto	23
2.2. O tempo das perseguições e do extermínio	42
2.3. A vida no exílio	55
Capítulo 3 — Os atores da tragédia: quem é representado?	64
3.1. As vítimas	64
3.2. Os perpetradores	72
3.3. Os observadores passivos	83
3.4. Os oponentes ao regime nazi	87
Capítulo 4 — As estratégias narrativas: como é representado o Holocausto?	89
4.1. Os narradores	89
4.2. Prolepse e analepse	90
4.3. As cartas	93
4.4. O ato de recordar	95
4.5. As descrições físicas	98
Capítulo 5 — A dimensão pedagógica das narrativas losianas	100
Conclusão	115
Referências bibliográficas	117

## **Introdução**

O presente trabalho, intitulado *A Representação do Holocausto em Ilse Losa*, é a dissertação apresentada à Universidade Aberta com vista à obtenção do grau de mestre em Estudos Portugueses Multidisciplinares.

Diversos motivos estiveram subjacentes à escolha desta temática. Por um lado, a obra de Ilse Losa não tem merecido, nos meios académicos, a atenção devida e o número de estudos que lhe têm sido dedicados comprova-o.

Por outro lado, a temática do Holocausto vincula a obra de Ilse Losa com a Literatura do Holocausto, uma área dos estudos literários pouco estudada em Portugal, em parte explicável pelo facto de o Holocausto não ter suscitado particular interesse aos autores portugueses, o que, por seu turno, se justifica pela experiência indireta que Portugal teve deste facto histórico.

Esta dissertação propõe-se assim abordar um aspeto da obra de Ilse Losa ainda por estudar, procurando-se que contribua, ainda que de forma modesta, para um maior conhecimento da obra desta autora.

Por outro lado ainda, pretendeu-se que a temática escolhida tivesse pontos de conexão com o tema geral sob ao qual decorreu a parte curricular do mestrado: “Díaspóra e (In)comunicação”.

A escritora Ilse Losa, alemã de nascimento, protagonizou uma experiência de diáspóra, tendo-se estabelecido em Portugal na sequência da saída forçada da Alemanha nazi. Mas, ao contrário, da tradição portuguesa de sucessivas gerações que, ao longo dos últimos séculos, sobretudo desde o início da Expansão marítima, abandonaram Portugal e se fixaram em terras estranhas, traçando um movimento do interior para o exterior, Ilse Losa realizou o percurso em sentido inverso: obrigada a abandonar a Alemanha natal, encontrou em Portugal a terra de acolhimento. Esta escritora foi, contudo, mais longe ao adotar a língua portuguesa como meio de expressão literária. Se a vinda para Portugal não constituiu caso único, já a apropriação do português com vista à sua utilização na criação literária e a consequente integração na Literatura Portuguesa é uma exceção.

O segundo elemento do tema geral do mestrado — a comunicação — encontra na noção de representação um ponto de ligação que o conecta com o tema da dissertação.

A representação é uma forma de comunicação, que veicula uma interpretação do facto histórico e, através dela, também se difunde uma imagem daquele que formulou a representação. Para Susan Rubin Suleiman, a representação do próprio sujeito está indissociavelmente relacionada com a memória do passado que este constrói, no sentido em que projeta nas suas memórias a representação que de si próprio tem (2008: 1).

Através da representação do Holocausto, Ilse Losa perpetua uma memória deste facto histórico, ou, dito de outro modo, partilha com os contemporâneos e com os vindouros a sua visão sobre o Holocausto, que não é forçosamente idêntica à de outros autores. Recorde-se que, para Ruth Franklin, «confrontar o Holocausto é impossível, contudo o Holocausto obriga-nos a confrontá-lo» (2011: 6) e a obra literária desempenha neste âmbito um papel significativo.

Mas a representação do Holocausto está também intimamente associada à questão da incomunicação. Desde o aparecimento das primeiras obras de vítimas do Holocausto que testemunham as suas vivências do acontecimento histórico, os autores questionaram a sua capacidade de transmitir a experiência vivida através da linguagem. O Holocausto, enquanto experiência-limite, desafia os modelos sob os quais estava construída a vida humana, pelo que a própria noção de representação é posta em causa. Os limites dessa representação têm suscitado igualmente debate, uma vez que se trata de uma representação alicerçada na experiência humanas, ultrapassando o âmbito literário e tendo implicações a diversos níveis, nomeadamente no plano ético e estético.

O autor austríaco Stefan Zweig escreveu em *O mundo de ontem*, obra de cariz autobiográfico, a seguinte afirmação:

A nossa época vive demasiado depressa um número excessivo de acontecimentos para conseguir manter deles uma memória fiel (2005: 139)

O escritor menciona a memória fiel dos acontecimentos. O que é a memória fiel? Fiel a quem ou a o quê? Aos acontecimentos? Ao sujeito que os rememora? A representação do Holocausto na obra de um escritor é fiel a que memória?

A representação decorre da memória do criador, mas o leitor não tem acesso à memória do autor, apenas à representação que este constrói do facto histórico, pelo que a memória do autor aparece espelhada na obra nos termos em que este a quis expor. O que interessa não é a memória do autor propriamente, mas a representação do Holocausto, resultante dessa memória.

A investigação levada a cabo no presente trabalho foi concebida como um roteiro de leitura das narrativas losianas, uma proposta entre outras possíveis.

Este roteiro assenta na leitura transversal das narrativas e não na leitura individual e separada de cada uma das obras. O objetivo do presente estudo é identificar os elementos que sustentam essa representação e verificar de que forma esses aspetos se interligam e corroboram para a fundação de uma narrativa sobre o Holocausto. A leitura transversal permite reconhecer os aspetos recorrentes nas narrativas e aqueles que se destacam apenas numa ou outra das obras.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos.

No capítulo um — A unidade temática das narrativas losianas —, partindo da caracterização do Holocausto, em traços gerais, procede-se à contextualização da obra de Ilse Losa no âmbito quer da Literatura do Holocausto quer da Literatura Portuguesa, salientando o modo como esse facto histórico se repercutiu na constituição de um subgénero literário, a Literatura do Holocausto, e a forma como se pode identificar nas narrativas desta escritora uma unidade temática centrada em torno da representação do Holocausto.

Os três capítulos seguintes abordam os aspetos que sustentam a representação do Holocausto na produção literária desta autora, procurando-se responder a três questões: quem?, o quê? e como? No capítulo dois — Os tempos da tragédia: o que é representado? —, analisa-se a vida dos judeus em três momentos distintos: antes, durante e após o Holocausto. Em cada um desses períodos as condições de vida dos judeus foram diversas, fruto da vigência de valores distintos, alterando-se no período após o Holocausto também o espaço.

No capítulo três — Os atores da tragédia: quem é representado? —, estuda-se quem esteve envolvidos nos acontecimentos, distinguindo-se essencialmente três categorias: vítimas, perpetradores e observadores passivos. A quarta categoria, os opositores ao regime nazi, constitui o contraponto dos observadores passivos e integra

os indivíduos que, além de combaterem o nazismo, estabeleceram empatia com as vítimas.

O capítulo seguinte — As estratégias narrativas: como é representado o Holocausto? —, centra-se na análise de algumas estratégias narrativas sob as quais se alicerça a representação do Holocausto. Os tipos de narrador, o recurso à analepse e à prolepse, o uso das cartas como recurso narrativo, a enunciação do ato de recordar e a descrição física são as estratégias estudadas, não tendo havido a pretensão de abordar exaustivamente todas as estratégias, mas de focar a atenção naquelas que se consideram fundamentais para a edificação da representação do fenómeno em causa.

O capítulo cinco — A dimensão pedagógica das narrativas losianas —, debruça-se sobre a viabilidade de identificar nas narrativas de Ilse Losa um valor educativo e os termos em que essa dimensão se constrói.

Para concluir, saliente-se que, no corpo do texto, se optou por usar as seguintes siglas para citar as obras de Ilse Losa em estudo: MV (*O mundo em que vivi*), RSP (*Rio sem ponte*), SCE (*Sob céus estranhos*) e CSD (*Caminhos sem destino*).

## **Capítulo 1 — A unidade temática das narrativas losianas**

O Holocausto<sup>1</sup> foi um acontecimento sem precedentes na memória da Humanidade, «uma das mais obscenas catástrofes na história» (Franklin, 2011: 4), um evento singular que marcou a História do Século XX, particularmente a vida das comunidades judaicas do continente europeu, embora o seu impacto também se tenha feito sentir progressivamente, e continue a fazer-se sentir, noutras partes do mundo<sup>2</sup>.

O regime totalitário alemão do *Terceiro Reich* (1933-1945), liderado por Adolf Hitler (1889-1945), transformou os judeus nos principais responsáveis pela profunda crise que assolava a Alemanha em todos os quadrantes da vida do país, no plano político, económico e social, culpando-os pela decadência da Nação e convertendo esta minoria no bode expiatório dos problemas que afetavam o país. Repudiava a participação e a influência dos judeus na sociedade alemã, na qual assumiam um papel de destaque na vida económica e cultural.

Hitler propôs-se resolver a «questão judaica» no pressuposto de que a sua resolução restituiria a estabilidade política, económica e social ao país, a glória ao povo alemão e conferiria uma posição de liderança à Nação germânica no seio das nações, decorrente da superioridade da sua raça. Neste sentido, preconizou uma nova ordem social, baseada na homogeneidade racial da Nação, a concretizar por meio da libertação do território germânico da presença de judeus (*judenrein*), vistos como os parasitas da

---

<sup>1</sup> A adoção de um termo para designar especificamente este acontecimento histórico tem-se revelado nada consensual e mesmo polémica. A palavra *Holocausto*, que tem sido utilizada nos países anglo-saxónicos assim como no mundo lusófono, é originária do termo grego *holókauston* e significa sacrifício em que a vítima era consumida pelo fogo. No mundo judaico e nos países francófonos prefere-se antes o termo hebraico *Shoah* (ou *Shoá*), que significa catástrofe. A rejeição da primeira designação, por parte destes últimos, deve-se ao facto de este termo estar conotado religiosamente com a ideia de sacrifício, mas o extermínio dos judeus não ter sido um sacrifício. Esther Mucznik considera ainda que «mesmo o termo Shoá não é totalmente adequado porque não indica a autoria humana dessa catástrofe» (2012: 19), concluindo que «não há na nossa linguagem nenhum termo capaz de exprimir com precisão e rigor a destruição do judaísmo europeu, o que revela o seu carácter totalmente sem precedentes na história.» (2012: 19-20). Por outro lado, a atribuição de um nome específico para o facto histórico identificado como o Holocausto ocorreu num tempo posterior ao próprio acontecimento histórico. Cf. Danziger, 2007, para uma história da designação deste facto histórico; e Baer, 2006, para uma história da atribuição dessa designação.

<sup>2</sup> Fora do espaço europeu, o Holocausto teve sobretudo projecção nos países onde existiam comunidades judaicas ou onde elas se constituíram na sequência dos fluxos migratórios registados de população judaica europeia em fuga às perseguições nazis da Europa e que posteriormente tornaram visível o drama humano por si vivido, nomeadamente através da dinamização de iniciativas com vista à sua divulgação.

sociedade<sup>3</sup>. Essa nova ordem social incluiria exclusivamente os indivíduos de raça ariana, concebida como a raça pura e superior. A sociedade alemã seria depurada não só pela irradicação do sangue judeu, considerado inferior, sub-humano e contaminante, como também pela eliminação física de indivíduos portadores de deficiências motoras ou mentais, através do projeto de eutanásia, ou de outros indivíduos tidos como socialmente indesejáveis: por exemplo, os opositores políticos ou grupos étnicos como os ciganos, considerados antissociais.

Aos olhos dos dirigentes nacional-socialistas alemães, o êxito deste arrojado projeto de engenharia social restabeleceria o poder e a grandeza da Nação germânica, cuja superioridade impulsionaria a instauração de uma nova ordem racial europeia. Indivíduos racionais e biologicamente superiores dariam origem a uma nova ordem social.

A política de arianização do território germânico<sup>4</sup> e a posterior implementação progressiva de medidas da mesma índole a outros territórios da Europa, sobretudo do Leste europeu, à medida que esses territórios iam sendo conquistados com vista à dilatação do espaço vital da nação alemã, custou a vida a milhões de pessoas e a comunidades judaicas inteiras, destruídas de um momento para o outro.

O regime nazi concebeu a resolução da «questão judaica» através da implementação de medidas que preconizaram: a discriminação racial dos judeus no seio da sociedade alemã; a sua segregação social relativamente à comunidade nacional ariana, proibindo o seu acesso à maioria dos espaços e serviços públicos; a restrição e posterior supressão dos direitos civis dos judeus, incluindo a perda da cidadania alemã; a proibição do desempenho de cargos públicos e de numerosas atividades profissionais por parte dos judeus; a expropriação dos seus bens; a transferência em larga escala de comunidades judaicas inteiras para espaços segregados, levadas a cabo em condições desumanas; a concentração dessas comunidades em espaços isolados, criados para o

---

<sup>3</sup> Num discurso proferido, na década de 20, Hitler afirma: «No imaginéis que se puede luchar contra la enfermedad (el espíritu judío) sin matar a su causante, sin exterminar el microbio y no penséis que lograréis luchar contra la tuberculosis de la raza sino garantizando que el pueblo esté limpio del microbio portador de esa enfermedad. Las influencias del judaísmo nunca acabarán y la contaminación del pueblo alemán no se detendrá en tanto que no sea extirpado el causante de la enfermedad judía de nuestro cuerpo.» (citado por Gutman, 2003: 19). Zygmunt Bauman analisa o uso das metáforas do âmbito da medicina (os micróbios) e da jardinagem (as ervas daninhas) para retratar a questão judaica (2010: 90-96).

<sup>4</sup> A resolução da «questão judaica» passou inicialmente pelo incentivo à emigração da população judaica, tendo posteriormente assumido um carácter progressivamente mais radical, particularmente a partir do momento em que a Alemanha invade a Polónia, onde se depara com uma população judaica numerosa (3,3 milhões).

efeito — os guetos, os campos de concentração, de trabalhos forçado e de extermínio —, afastados da restante sociedade; a manutenção da população judaica em condições de nutrição e de alojamento sub-humanas; a escravização dos judeus pela exploração da sua mão-de-obra; e, por último, a morte.

Civis desarmados, sem distinção de sexo, de idade ou de estatuto social, transformaram-se em vítimas inocentes e indefesas de uma máquina de morte atroz, posta ao serviço de uma política deliberada de extermínio de seres humanos, levada a cabo pelo próprio aparelho do Estado, e executada de forma racional, sistemática, programada e planeada, fazendo uso dos recursos científicos e tecnológicos que o Homem criou e pôs ao seu serviço (Bauman, 2010). Nas palavras de Hubert Hannoun, «o assassínio e a morte são o objetivo final» (1997: 9) da atuação do regime nazi, no que à «questão judaica» diz respeito.

Apesar de não ter sido o único alvo da fúria nazi, as comunidades judaicas de toda a Europa foram as suas maiores vítimas, tanto pelo número de baixas sofridas — cerca de seis milhões, se contarmos apenas os mortos —, de longe o grupo mais atingido, como também pela natureza da perseguição que lhes foi movida. Apenas os judeus foram perseguidos com vista à sua destruição total do espaço europeu.

A magnitude deste acontecimento histórico está na origem de uma intensa produção escrita e audiovisual, subordinada à temática do Holocausto, que tem procurado não só testemunhar o ocorrido como estudar e refletir sobre esse facto histórico. Esta produção cultural, que não tem cessado desde então, tem abarcado tanto criações artísticas no âmbito da literatura, da pintura, da escultura, do cinema, do teatro e da televisão, como tem sido objeto de estudo em diversas áreas do Saber (história, filosofia, sociologia, teologia, direito e teoria literária, entre outros). A diversidade de áreas que tomaram o Holocausto como temática ou objeto de estudo assim como o volume de obras artísticas ou científicas a ela dedicadas é revelador do profundo impacto que este facto histórico teve para o Homem dos séculos XX e XXI, sobretudo na vida das vítimas e seus familiares e na vida das comunidades judaicas. Progressivamente esta temática tem vindo a adquirir maior relevância fora das comunidades judaicas, fruto da intensa investigação levada a cabo e do maior conhecimento histórico que daí adveio, assim como da enorme divulgação e visibilidade a que as questões relacionadas com o Holocausto têm estado expostas nas últimas

décadas, a que não é alheio o facto de estarem intimamente associadas à temática dos direitos humanos<sup>5</sup>. A projeção desta temática é atualmente visível no número de monumentos e instituições dedicados ao Holocausto, seja memoriais, fundações, centros educativos e de investigação, sem esquecermos os programas académicos no âmbito dos *Holocaust Studies* (Baer, 2006: 191-233; Franklin, 2011: 4).

Segundo Michel Foucault, está-se perante uma formação discursiva sobre o Holocausto. Stuart Hall explicita a conceção do filósofo francês, afirmando que os «sujeitos podem produzir textos particulares, mas eles operam dentro dos limites da *episteme*, da formação discursiva, do *regime da verdade*, de um período particular e de uma cultura» (1997: 55).

A grande atenção que tem sido dispensada a esta temática, a todos os níveis merecida e justificável, pode contudo contribuir para a sua banalização, eliminando o impacto que se pretende que crie nos indivíduos das sociedades contemporâneas. Exemplo desse aproveitamento exagerado, indevido e abusivo do Holocausto é aquilo que Norman Finkelstein apelidou de «indústria do Holocausto» (2001), um fenómeno de apropriação da memória do Holocausto levada a cabo por indivíduos, instituições e organizações, particularmente judaicas, que, em nome das vítimas, procuram tirar proveito desta causa. As críticas de Finkelstein dirigem-se, entre outros, contra Elie Wiesel e o Congresso Mundial Judaico.

O Holocausto converteu-se em temática de produções escritas ainda no decurso dos próprios acontecimentos históricos<sup>6</sup>, quando as vítimas sentiram necessidade de partilhar o que lhes ocorria, registando por escrito as vivências e percepções pessoais dos factos tanto para desabafar como na esperança de que a opinião pública nacional e internacional viesse a tomar conhecimento posteriormente do ocorrido, contrariando desse modo o intento nazi de silenciar os atos perpetrados. A par da produção desses relatos, sobretudo de carácter diarístico e autobiográfico, outras vítimas dedicaram-se a reunir provas e testemunhos do que se estava a passar e de como era a vida nos guetos e campos de concentração. O historiador judeu polaco Emanuel Ringelblum e seus

---

<sup>5</sup> Na sequência da Segunda Guerra Mundial, foram aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU), então criada, declarações que consagram os direitos do ser humano como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e a Declaração dos Direitos da Criança (1959).

<sup>6</sup> «*Sunrise Over Hell*, publicada, em Israel, em 1946, pelo autor que escreve sob o nome Ka-Tzetnik 135633 (...) é geralmente considerada a primeira novela do Holocausto» (Franklin, 2011: 3)

colaboradores puseram em marcha o projeto Oneg Shabbat, que recolheu testemunhos das vítimas sobre o que se passava no gueto de Varsóvia (Waxman, 2008: 11-20).

Mas foi no período pós-Holocausto que as vítimas, convertidas em sobreviventes e, como tal, em testemunhas, se mostraram com o passar do tempo dispostas a contar o que se tinha passado, escrevendo textos em que testemunhavam o que viveram, viram e ouviram<sup>7</sup>. Esse conjunto de produções literárias deu origem a um subgénero literário, a Literatura do Holocausto<sup>8</sup>, que, ao longo das últimas décadas, tem sido enriquecido com valiosos contributos, continuando ainda hoje a editarem-se obras originais da autoria de sobreviventes<sup>9</sup>. Neste subgénero literário estão incorporados não só as produções escritas de sobreviventes, como também reúne obras de autores da segunda e terceira geração de vítimas do Holocausto, que conviveram com o drama dos seus familiares e muitas vezes viram as suas próprias vidas condicionadas por esse facto. Integram ainda este subgénero literário autores que não passaram pela experiência pessoal do Holocausto, nem como vítimas nem como observadores, mas que tomam o Holocausto como um facto histórico que pode ser literariamente abordado.

Alba Olmi considera que a Literatura do Holocausto é «um conglomerado amplo e extremamente complexo» (2009), resultante de uma realidade complexa, que Zoë Waxman caracteriza do seguinte modo: «O Holocausto não foi unicamente um evento, mas muitos acontecimentos distintos, testemunhado por muitas pessoas diferentes, que decorreu no intervalo de tempo de vários anos e cobrindo uma extensa área geográfica» (2008: 2).

Esta situação origina uma diversidade de concepções sobre a Literatura do Holocausto. David Roskies distingue a «real Holocaust literature» da «survival

---

<sup>7</sup> «Entre 1945 e 1949, setenta e cinco memórias foram publicadas numa variedade de línguas europeias» (Waxman, 2008: 100)

<sup>8</sup> Este subgénero literário tem sido nomeado por diversas designações, das quais as mais frequentes são Literatura do Holocausto, Literatura de Auschwitz e Literatura de *Lager*.

<sup>9</sup> Alba Olmi apresenta a periodização da Literatura do Holocausto, proposta por Stefano Zampieri: a 1ª fase, nos meados dos anos 40, dominada pelo mito do sobrevivente, tem como obras emblemáticas *Se isto é um homem?* de Primo Levi e *A espécie humana* de Robert Antelme; a 2ª fase, nos anos 50, é dominada pelo mito da vítima, e tem *A Noite* de Elie Wiesel como obra emblemática; a 3ª fase, nos anos 60, é dominada pelo papel da testemunha, e tem como obra de referência *A grande viagem* de Jorge Semprún; e a 4ª fase, nos anos 90, tem como obras de referências as de Ruth Klüger, Etty Hillesum e Ida Fink, entre outros. A respeito desta última fase afirma que «muitas testemunhas, inclusive de idade já avançada, voltam ao testemunho escrito e publicam suas memórias (...) Tudo isso revela uma legítima ânsia do testemunho, mas também que o leitor mudou, por isso essa literatura precisa ‘dizer’ de forma diferente, sem saturar, sem sobrecarregar, sem desgastar, apenas fazer compreender, sem criar uma possível rejeição por parte do público.» (2009)

literature», entendendo pela primeira o testemunho escrito durante o Holocausto, ao passo que a última se refere à literatura produzida no pós-Holocausto. A diferença entre elas reside no facto de a literatura escrita durante o Holocausto estar ligada no tempo e no espaço aos próprios acontecimentos que escreve. Waxman inclui na literatura escrita durante o Holocausto as seguintes subcategorias: a escrita no gueto, a escrita no esconderijo, o testemunho da fuga e a escrita nos campos de concentração (2008).

Por seu turno, Ruth Franklin distingue nas formas de escrita do Holocausto as memórias de testemunho dos sobreviventes e vítimas da literatura ficcional<sup>10</sup> sobre o Holocausto, incluindo nesta última ficção, poesia e memórias literárias (2011: 3). Mas constata que «estas categorias são perpetuamente fluída» (ibidem: 9), citando como exemplo a obra *A Noite* de Elie Wiesel, que esta autora integrara inicialmente na primeira categoria, concluindo contudo que esta obra «tem sido entendida, em diferentes momentos, como novela e como memórias» (ibidem: 9).

Leslie Epstein propõe uma distinção entre a literatura escrita por quem viveu os acontecimentos enquanto vítima e a literatura resultante apenas da imaginação do escritor (1988: 261-270).

Neste contexto, a obra narrativa de Ilse Losa (1913-2006) ocupa um lugar único no panorama literário português da segunda metade do século XX. Trata-se de uma autora de origem alemã, de ascendência judaica, radicada em Portugal, desde meados dos anos 30, fugida às perseguições nazis movidas contra a minoria judaica, que fez desse facto histórico uma temática recorrente e, por vezes, central nas suas produções literárias, e que adotou a língua portuguesa como o seu meio de expressão literário (Lind, 1988: 13), pelo que é um dos raros casos de escritores estrangeiros que escreveram em português (Balté, 1988: 14). Está-se, pois, perante a obra literária de uma escritora que pode ser integrada simultaneamente no sistema literário português e no alemão.

Embora não sejam narrativas de *Lager*<sup>11</sup>, as obras desta autora perfilam-se, pelas temáticas abordadas, como integráveis na chamada Literatura do Holocausto, a par das obras de autores como Primo Levi, Elie Wiesel, Anne Frank, Uri Orlev e Imre Kertesz, para citar apenas algumas das figuras literárias mais conhecidas. Contudo, o nome de Ilse Losa não figura na *Encyclopedia of Holocaust Literature* (2002), obra que congrega

<sup>10</sup> Ruth Franklin utiliza a expressão «imaginative literature about the Holocaust»

<sup>11</sup> Termo alemão que designa campo de concentração

cento e vinte e oito entradas biobibliográficas de autores, nascidos até 1960. Creemos que tal lacuna se deve à projeção limitada que a obra da autora ainda goza nos meios literários e académicos internacionais.

A inclusão de Ilse Losa na Literatura Portuguesa reveste-se ainda de maior relevância, dado tratar-se da única obra literária da autoria de uma vítima-sobrevivente e testemunha do Holocausto na nossa literatura, na qual se verifica a quase total ausência de criações literárias de outros autores portugueses<sup>12</sup> que abordem a temática do Holocausto<sup>13</sup>. O facto de se tratar de uma obra de autoria feminina torna-a ainda mais significativa, tendo em conta a enorme discrepância existente neste subgénero literário entre o número de obras de autoria masculina e feminina, com clara vantagem numérica para as primeiras.

A permanência de Portugal à margem do conflito militar durante a Segunda Guerra Mundial, ostentando o estatuto de nação neutral, ainda que, numa primeira fase, com manifesta simpatia ideológica pela Alemanha nazi, a não vivência de uma experiência de ocupação militar do território nacional por forças alemãs, ao contrário do ocorrido em muitos outros países europeus, e a igualmente inexistência de ações de deportação de cidadãos, portugueses ou estrangeiros, do território português para campos de concentração, ao invés do vivido noutros países, são razões explicativas do impacto distinto que a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto tiveram na sociedade portuguesa, comparativamente a outras sociedades europeias profundamente abaladas e traumatizadas.

Em Portugal, o governo do Estado Novo e a elite nacional estavam ao corrente dos sucessos bélicos em curso pelo resto da Europa, através da informação veiculada pelos meios de comunicação, controlados e censurados pelo aparelho estatal, que, como já anteriormente frisámos, foi favorável ao regime germânico, até ao momento em que se vislumbrou a vitória dos Aliados e, convenientemente para os interesses de Portugal e do regime, mudou de política relativamente aos refugiados judeus. Também a população portuguesa, sobretudo a das regiões de Lisboa e Porto e das «zonas de residência fixa», localidades balneares e termais, onde o governo concentrou e albergou

---

<sup>12</sup> Cf. Grossegeisse, 2004, onde se estuda a obra *Memórias de uma Nota de Banco* de Paço d'Arcos.

<sup>13</sup> No Brasil, contudo, existe uma maior produção literária sobre esta temática em virtude de vítimas ou descendentes de vítimas se terem radicado aí e de a comunidade judaica no Brasil ser maior. Cf. Seligmann-Silva, 2007.

refugiados judeus, teve contacto com os refugiados oriundos de diversas nações europeias, maioritariamente apenas de passagem por Portugal, em fuga do terror espalhado pelos nazis por toda a Europa e em busca de uma pátria adotiva, que lhes permitisse a sobrevivência negada na sua e a reconstrução das vidas destroçadas. Mas o contacto da população portuguesa com os refugiados não passou, na maioria dos casos, de contacto visual e revestiu-se de uma grande incompreensão pelo drama humano vivido pelos estrangeiros, sendo o fosso entre a população local e os refugiados acentuada pelas diferenças culturais e de mentalidade. A vivência portuguesa da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto foi maioritariamente indireta e distante, ficando a sociedade portuguesa um pouco à margem, ou pelo menos, pouco ciente do terrível drama que assolava o velho Continente: «um país que não parecia sentir a guerra», afirma Esther Mucznik (2012: 52), sintetizando as impressões de alguns intelectuais europeus que passaram por Portugal a caminho do exílio, como foi o caso de Alfred Döblin, Heinrich Mann ou Hannah Arendt, apenas para citar alguns nomes.

Esta falta de vivência do Holocausto por parte da sociedade portuguesa reflete-se na pouca apetência dos escritores nacionais para explorar esta temática, sendo escassa a produção literária que lhe tem sido dedicada. Reafirma-se, assim, uma vez mais, que a obra de Ilse Losa é pioneira na abordagem desta temática no meio literário português e ainda hoje se mantém quase a única. A publicação das obras de Ilse Losa no mercado editorial português trouxe aos leitores lusitanos a descoberta do Holocausto pela voz de uma vítima e sobrevivente do evento, contribuindo esta obra literária para a divulgação dos factos históricos ocorridos, o que foi significativo num país que não experienciou diretamente o Holocausto e onde a censura instituída e o encerramento ao exterior restringia a circulação de ideias, da informação e do próprio conhecimento. O facto de as obras de Ilse Losa terem sido escritas em português facilitou o acesso dos leitores nacionais a obras que abordam a temática do Holocausto. Recorde-se que os leitores portugueses não tiveram contacto com muitas outras obras literárias que explorem a temática do Holocausto. O *Diário* de Anne Frank foi publicado no ano de 1958, com tradução e prefácio de Ilse Losa, a primeira tradução portuguesa de *Se Isto é um Homem* de Primo Levi foi publicada, em 1988, e a de *Noite* de Elie Wiesel, em 2003.

Este trabalho é uma proposta de estudo da representação do Holocausto na obra narrativa de Ilse Losa, isto é, pretende-se destrinçar a forma como, na obra literária

desta autora, se percebe o Holocausto e a imagem que deste facto histórico se veicula. Relembre-se que, como Stuart Hall afirma, «a representação funciona tanto pelo que *não* é mostrado, quanto pelo que *é*» (1997: 59).

O estudo centrar-se-á na análise dos romances *O Mundo em que vivi* (1949), *Rio sem ponte* (1952) e *Sob céus estranhos* (1962) e em contos integrados no volume *Caminhos sem destino* (1991).

O objeto de estudo não é o Holocausto enquanto acontecimento histórico, mas sim a sua representação, que se alicerça numa visão pessoal, parcial e subjetiva dos factos por parte da autora. Esta representação é uma interpretação dos mesmos, concretizada por meio de uma construção ficcional, que partilha semelhanças com obras de outros autores e revela diferenças face a outras. A representação literária do facto histórico por parte de cada autor é única, ainda que manifeste pontos de convergência ou de divergências relativamente aos demais. A obra de Ilse Losa é produzida num contexto de diáspora, originada pelo Holocausto, e essa condição confere-lhe uma particular visão dos factos.

O ponto de partida para a construção da representação do Holocausto, em Ilse Losa, são as memórias da autora, as recordações que perduram depois do acontecimento ter passado. O acontecimento histórico não existe mais, sobrevivendo apenas as suas memórias que o transformaram em facto histórico. Enquanto produto da memória, a narrativa constitui-se como uma seleção de factos e episódios, feita por parte de quem narra. Não se narra tudo, narra-se o que se recorda, narra-se o que se quer recordar e narra-se o que se quer narrar. O posicionamento ideológico de quem narra interfere nos factos relatados, procedendo a escolhas: seleciona aquilo que deseja recordar e decide como o deseja narrar. Anna Bravo e Federico Cereja, entrevistando Primo Levi, afirmavam, no início a uma questão sobre «a relação escrita-deportação», que «quando se escreve não se relata toda a experiência. Separa-se, seleciona-se, organiza-se» (Levi, 2010: 25). A memória constrói-se de fragmentos e o discurso narrativo, que dela brota, revela-se um discurso fragmentado, que adquire a sua plenitude na diegese.

A criação das obras narrativas de Ilse Losa num período histórico cronologicamente posterior ao tempo dos acontecimentos históricos converte a memória num fator determinante na construção dessas narrativas. A conexão entre o presente do ato de escrita e o passado dos factos narrados faz-se através da memória. Na

impossibilidade da narrativa recriar a realidade histórica, apreendendo-a na totalidade, e de a linguagem conseguir dizer «tudo de todas as maneiras», pedindo emprestada a expressão de Álvaro de Campos<sup>14</sup>, a narrativa é uma construção ficcional na qual as memórias da autora ou as memórias de terceiros, mediatizadas por ela, se incorporam. Essas memórias são fragmentadas, pela impossibilidade de captar o todo, pelo que o ato de recordar, enquanto recuperação da memória, é um ato seletivo, cujo escopo recai sobre determinados indivíduos, factos, momentos e perceções em detrimento de outros, constituindo, deste modo, a obra literária a fixação de uma determinada memória dos factos. A construção da memória faz-se de inclusões e exclusões. A que estratégias narrativas recorrem os narradores (ou narradoras) para construir essa memória?

Na obra losiana, a representação do Holocausto assume-se como resultante de um ato de recordar. Mas para quê recordar? O ato de recordar pode ter diversos sentidos: recordar para dar a conhecer, recordar para não esquecer, recordar para não deixar esquecer, recordar para que não volte a acontecer. Recordar constitui um resgate da memória. Narrar e recordar interligam-se: narra-se, porque se recorda e para que se recorde.

Não é propósito deste estudo desenvolver um trabalho comparativo que procure identificar nas personagens o *alter ego* da escritora nem cotejar a vida da autora com os episódios narrados. Concebem-se as vivências pessoais da autora como experiências empíricas repletas de informação, passível de ser narrada, de ser convertida em matéria narrativa. Mas a sua inclusão na diegese não constitui a transposição da realidade para a ficção. Trata-se apenas do aproveitamento ficcional de informação oriunda do mundo real, extraída do seu contexto original, e enxertada num universo ficcional onde se converte em ficção, sendo dotada de um novo significado, conferido pela situação contextual em que é inserida. Os episódios do mundo real tornam-se matéria ficcional quando são incorporados na diegese e no seio desta adquirem significado próprio. A este respeito Samuel Levin afirma que

os objetos do mundo real experimentam uma transformação ao ser transportados para o mundo imaginário. Já não estão delimitados por coordenadas espaciais ou dimensões

---

<sup>14</sup> No poema «*A Passagem das Horas*» deste heterónimo pessoano, o sujeito poético afirma «Sentir tudo de todas as maneiras».

temporais: recebem uma delimitação implícita pela sua relação com os demais objetos e acontecimentos do mundo imaginário. (1987: 78-79)<sup>15</sup>

É neste contexto que se produz a representação. A opção por explorar literariamente situações pessoalmente vividas constitui uma estratégia literária a que não é alheia a intenção de conferir às narrativas um cunho pessoal e donde se pode inferir um valor documental. As obras não são uma reprodução da realidade, mas antes uma sua interpretação. Essa experiência vivencial, incorporada num universo narrativo, dá origem a uma realidade original e única de carácter ficcional que é a obra literária. Do relato que Ernst Lieblich, irmão de Ilse Losa, faz da sua experiência durante os anos que viveu em Portugal, antes de ir para os Estados Unidos da América, sobressaem aspetos que se encontram diegeticamente representados relativamente a Josef Berger, protagonista de *Sob céus estranhos*: a compra de latas de sardinha para as refeições, os cem escudos das explicações de alemão, o quarto alugado em casa dos Martins e a refeição de bacalhau oferecida por estes (Coimbra, 1993: 32-34).

Na Literatura do Holocausto, em particular nas obras de autores-sobreviventes, a experiência empírica do autor relativamente ao facto histórico constitui um traço distintivo dessas obras literárias. Na medida em que o autor se serve da narrativa para partilhar a sua experiência, a narrativa torna-se veículo de transmissão de um testemunho, adquirindo o valor de um documento. Está-se então perante a designada Literatura de Testemunho, que ocupa um lugar destacado na Literatura do Holocausto. Esta apropriação da escrita literária como estratégia para veicular o testemunho dos dramas humanos vividos pelas vítimas do regime nazi e, portanto, para partilhar a sua visão pessoal sobre o Holocausto, é comum a muitos autores-sobreviventes, embora recorram a diversos géneros literários. Nelas encontra-se a denúncia insistente dos horrores vividos pelas vítimas do regime nazi às mãos dos seus perpetradores.

As narrativas de Ilse Losa não podem ser reduzidas à condição de simples documentos de época, como ocorreu durante anos, em que se valorizou «apenas a vertente documental» (Marques, 2001: 22). A sua riqueza transparece na construção dos universos diegéticos e na aprofundidade das personagens, sobretudo ao nível psicológico.

---

<sup>15</sup> A citação transcrita corresponde à tradução efetuada por Rosa Maria Sequeira (2003: 71-72).

Mas a existência da vertente documental nas narrativas losianas, que suporta a representação do Holocausto (mas não só), permite estabelecer um elo de ligação entre as obras desta escritora e a Literatura do Testemunho<sup>16</sup>, se se entender por esta um *corpus* textual constituído não apenas pela criação dos sobreviventes, englobando portanto não só o testemunho dos sobreviventes mas também a ficção (Marco, 2004: 57).

Enquanto facto histórico, o Holocausto revestiu-se de uma enorme complexidade, com repercussões em todos os níveis da vida humana, tanto no plano individual como coletivo, e a representação do Holocausto confronta-se com essa complexidade, o que se reflete na diversidade de perspetivas e de abordagens adotadas, na multiplicidade de aspetos tratados, assim como na variedade de suportes usados para fixar essa representação.

Que Holocausto é representado na obra de Ilse Losa? Que aspetos são salientados? A abordagem do tema do Holocausto na obra da escritora não se coaduna com uma conceção do conceito de Holocausto em sentido restrito, entendido apenas como o aniquilamento sistemático e programado da população judia da Europa Central e de Leste, levado a cabo pelo regime nazi alemão e seus colaboradores, cuja ação se norteava por teorias rácicas de cariz antissemita. A proposta de periodização histórica do Holocausto, apresentada pelo historiador Saul Friedländer (2009), abarca dois períodos distintos: o período compreendido entre 1933 e 1939 corresponde aos anos da perseguição, enquanto o período correspondente aos anos 1939 a 1945 diz respeito aos anos do extermínio. Esta periodização é reveladora de que o Holocausto não pode ser entendido exclusivamente como o período do aniquilamento dos judeus.

O tema do Holocausto na obra narrativa de Ilse Losa exige que se aborde esta temática de um ponto de vista lato, que englobe não só o período do extermínio propriamente dito, mas também os períodos que o antecedem e que lhe sucedem. O Holocausto teve um antes, um durante e um depois. E a obra de Ilse Losa incide em todos eles, embora preste particular atenção aos períodos anterior e posterior ao Holocausto. A exploração de aspetos relativos ao extermínio propriamente dito ocorre

---

<sup>16</sup> O conceito de Literatura de Testemunho tem englobado até à data duas conceções distintas: uma aplicada aos estudos de literatura latino-americana e a outra relativa à Literatura do Holocausto. Cf. Marco, 2004.

na obra de Ilse Losa, de forma mais diluída, o que se pode explicar pelo facto de a autora não o ter experienciado pessoalmente e de não ter uma visão pessoal dos factos.

Nas narrativas de Ilse Losa, a ação centra-se tanto no tempo passado, anterior ao Holocausto, que contribui para o entender, como no tempo posterior ao Holocausto, onde se refletem as consequências do próprio Holocausto. Os três períodos temporais — o antes, o durante e o depois — estão presentes em cada uma das obras narrativas, embora, em cada caso, a ação se centre particularmente mais num deles que noutros. O período anterior à ascensão ao poder do regime nazi na Alemanha é retratado em *O mundo em que vivi* e em *Rio sem ponte*, recuando, no caso d'*O mundo em que vivi*, até ao período da I Guerra Mundial. Este período caracteriza-se, como foi dito, pelo antissemitismo disseminado na sociedade alemã, que desagua na política de perseguição aos judeus, institucionalizada com a ascensão dos Nazis ao poder. O tempo do exílio e da diáspora, que engloba o período pós-Holocausto, é retratado sobretudo em *Sob céus estranhos*. O exílio é concebido quer como uma fuga espacial aos horrores do Holocausto, quer como um prolongamento temporal do sofrimento, instaurado pela deslocação espacial.

A inclusão destes três períodos temporais na representação do Holocausto não é exclusivo desta autora, mas é um aspeto explorado igualmente por outros autores. A novela *Katerina* do israelita Aharon Appelfeld inclui três momentos da vida da protagonista: os anos antes, durante e após a guerra (Raveh & Wagner, 2000:3). Irving Howe salienta que «nas suas ficções sobre o Holocausto, [Aharon Appelfeld] não o tentou representar diretamente, terminando sempre antes ou começando após o extermínio» (1988: 194), facto que nos sugere similitudes com a obra losiana.

As narrativas de Ilse Losa procuram apreender a complexa realidade do Holocausto, retratando tanto a vida na Alemanha como nos espaços de exílio ou diáspora (Inglaterra e Portugal) e procurando explorar os aspetos retratados sob diversos pontos de vista. Dito de outra forma, na obra de Ilse Losa encontramos os mesmos aspetos observados de diferentes pontos de vista, buscando-se a complexidade que lhe subjaz. Nas narrativas coexistem vítimas, perpetradores e observadores passivos (*bystanders*), os quais têm pontos de vista distintos sobre os factos. Encontramos na obra de Ilse Losa tanto a visão dos factos por parte da minoria alemã de ascendência judaica como por parte da comunidade nacional ariana. Por seu lado, esta última não se

revela um grupo homogéneo, constituído por apoiantes e seguidores de Hitler, mas sim um grupo heterogéneo, onde, a par dos seguidores dos ideais do III Reich, não faltam algumas vozes discordantes.

Ana Isabel Marques propõe uma leitura das três obras narrativas de Ilse Losa como uma tríade romanesca, que, do ponto de vista temático, constitui «uma espécie de ciclo», centrado na exploração de diversos momentos da vida, como se de uma única personagem se tratasse, que abrangem a infância e a adolescência na Alemanha pré-nazi e no período de ascensão dos Nazi ao poder, a vida em Inglaterra e o exílio em Portugal, que se perfilam como diversas fases de um percurso biográfico, pelo que a ensaísta conclui que «não será, pois, abusivo tomar a produção narrativa como um todo e entendê-la como relato (ficcional, como é evidente) de um complexo processo de definição de identidade» (Marques, 2001: 33). Dito de outra forma, será «um percurso de busca de identidade» (2001: 34).

Esta leitura é consonante com a conceção que se defende no presente trabalho acerca das narrativas losianas como criações literárias que veiculam uma representação do Holocausto. Esta conformidade deve-se, antes de mais, ao facto de o percurso biográfico traçado nas obras, segundo a proposta supracitada, se inscrever no contexto espaço-temporal em que teve lugar o Holocausto e ser determinado por ele. As histórias narradas incidem sobre eventos associáveis a momentos do Holocausto.

As narrativas *O mundo em que vivi* e *Rio sem ponte* relatam histórias que decorrem num marco temporal correspondente ao período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto e onde se vislumbram igualmente as primeiras manifestações do genocídio perpetrado pelos nazis. Globalmente, as duas narrativas abarcam o espaço temporal das duas décadas anteriores. Em *O mundo em que vivi*, o tempo da história vai do início da Primeira Guerra Mundial ao período imediatamente após a ascensão de Hitler ao poder, correspondendo à infância, adolescência e início da idade adulta da protagonista Rose Frankfurter, nascida um ano antes de rebentar o conflito mundial de 1914-18, conforme se pode inferir das palavras da narradora<sup>17</sup>. Por seu turno, em *Rio sem ponte*, a ação decorre no início da década de 30 até um momento em que os nazis já se encontram à frente dos destinos da Alemanha e centra-se na vida

---

<sup>17</sup> Infere-se que Rose nasceu no ano de 1913 pela referência que a narradora faz à ida do tio Franz para a guerra, em 1914, quando ela tinha um ano de idade (MV: 22).

da jovem Jutta e do seu amado Johann Schuster. Jutta, nascida em 1915<sup>18</sup>, é, deste modo, contemporânea de Rose Frankfurter.

A Primeira Guerra Mundial, a abdicação do Kaiser Guilherme II, a crise económica dos anos 20 e 30, a convulsa situação política da Alemanha e a ascensão dos nazis ao poder são alguns dos factos históricos englobados no tempo da história das narrativas, mais lato em *O mundo em que vivi* que em *Rio sem ponte*. O tempo da história destas narrativas é parcialmente o mesmo ou, dito de outro modo, as narrativas remetem para o mesmo referente histórico.

Em *Sob céus estranhos*, pelo contrário, o tempo da diegese é o tempo posterior ao Holocausto. O período temporal anterior ao Holocausto é apenas um tempo evocado, a diegese não se centra nele, apesar de o retomar constantemente através de analepses, por breves momentos. Este recurso narrativo proporciona a recuperação das situações vividas pelo protagonista e pelas demais personagens, cujo passado é lembrado, dando-se a conhecer quer as experiências relativas ao período da instauração das perseguições nazis quer a vida no tempo anterior ao surgimento do nazismo.

O desenvolvimento da intriga de *O mundo em que vivi* e de *Rio sem ponte* num contexto histórico sumamente idêntico, reiteradamente alicerçado na mesma ambiência social e recuperando alguns factos históricos, revela a importância que a autora lhes atribui no desenrolar dos acontecimentos futuros, uma vez que esses factos e os valores vigentes na sociedade constituem elementos caracterizadores dessa sociedade, encontrando a autora neles a explicação para os sucessos ocorridos posteriormente. O período correspondente à agudização da situação dos judeus na Alemanha, no princípio da década de 30, que decorria a par e em consequência da grave situação política, económica e social, constitui o tempo da história comum às duas narrativas (Santos, 1988: 12).

Em *Sob céus estranhos*, a história explora o modo como a personagem exilada procura refazer a vida, numa nova sociedade, vivendo entre os dilemas interiores e os obstáculos criados pela sociedade de acolhimento.

---

<sup>18</sup> Também a data de nascimento de Jutta se infere pela sua contextualização relativamente à Primeira Guerra Mundial: «Jutta nascera no segundo ano da Grande Guerra Mundial» (RSP: 15), pelo que se faz uso, em ambas as narrativas, reiteradamente da mesma estratégia para indicar a idade das personagens Jutta e Rose.

Ainda que as narrativas explorem, grosso modo, os mesmos factos históricos e a ação decorra num mesmo ambiente social, no caso das duas primeiras narrativas, os acontecimentos são narrados segundo pontos de vista distintos e focando aspetos diferentes, embora também coexistam aspetos comuns, procurando-se obter uma leitura plural dos acontecimentos. Globalmente, as obras narrativas de Ilse Losa configuram visões complementares da vida na Alemanha na época anterior à chegada dos nazis ao poder, procurando-se veicular uma imagem do período em causa enquanto todo, expondo uma visão abrangente da complexa realidade e apreendendo essa complexidade através de abordagens complementares.

*O mundo em que vivi* foca a vida da protagonista Rose Frankfurter no seio da sua família, da comunidade judaica e da comunidade nacional, traçando o percurso da personagem do pequeno ao grande grupo, do espaço familiar restrito ao espaço social lato, ressaltando as situações de convivência com a comunidade nacional ariana e os termos em que essa coexistência se processa. Em *Rio sem ponte*, o enfoque é colocado na vida de personagens arianas, traçando-se o retrato social, político e económico da Alemanha entre guerras, a partir das vivências das personagens. Enquanto na primeira narrativa a ação se centra numa personagem pertencente a um grupo social minoritário, a comunidade judaica alemã, a segunda narrativa oferece um retrato mais abrangente da sociedade alemã e dos acontecimentos ocorridos, vistos segundo a ótica de personagens pertencentes à maioria — a comunidade nacional ariana —, onde se perfilam apoiantes e opositores do regime hitleriano. A leitura conjugada de ambas obras permite retratar a difícil existência quotidiana vivida numa Alemanha em crise, em que os judeus vivem não só com as mesmas dificuldades da comunidade ariana como ainda têm de enfrentar as dificuldades resultantes da hostilidade que esta nutre pelos judeus, tornando-lhes a existência diária bem mais dificultosa. Em *Sob céus estranhos*, o narrador destaca inúmeras vezes, e de forma abreviada, situações do seu passado, assim como traz à colação as vivências de terceiros, para fazer sobressair a rutura radical com a vida passada, imposta pelos nazis aos judeus.

Se, como se observou nos parágrafos anteriores, todas as narrativas abordam o período anterior ao Holocausto, apenas *Sob céus estranhos* aborda os horizontes abertos às vítimas no período posterior ao Holocausto.

Os títulos das obras permitem igualmente leituras que remetem para aspetos associáveis ao Holocausto. Em *O mundo em que vivi*, a forma verbal no pretérito perfeito do indicativo (*vivi*) estabelece a diferença entre a realidade passada e a presente. A narrativa centra-se nos acontecimentos ocorridos num tempo, distinto do presente, e dominado por valores radicalmente distintos. A dimensão radical dessas vivências leva o narrador a designar a realidade passada de «mundo», como se se tratasse de outro espaço. O título deste romance frisa o distanciamento entre essas realidades, focando as condições de vida então propiciadas à protagonista.

O título *Rio sem ponte* expressa, através das metáforas do rio e da ponte, a impossibilidade de comunicação e de convivência entre indivíduos, que se encontram em margens diferentes do rio, isto é, que pertencem a segmentos distintos da sociedade. O rio representa os valores vigentes na sociedade, que sustentam a segregação e discriminação imperantes na sociedade, tal como aquele separa as duas margens. A ausência da ponte impede a conexão entre margens e significa a vitória do rio. Neste título, o afastamento é essencialmente de carácter ideológico e afetivo, mais do que físico.

*Sob céus estranhos* é um título de sentido mais literal que remete para a vida que decorre num espaço estrangeiro e desconhecido ao indivíduo. Mais uma vez se explora a ideia de afastamento. Neste caso, o afastamento sugerido é de natureza espacial, mas engloba igualmente o aspeto temporal. Os «céus estranhos» correspondem a uma sociedade diferente daquela donde o protagonista provém. Trata-se de realidades políticas, económicas, sociais, culturais e familiares, situadas em espaços distintos e com os quais o protagonista contactou em tempos diferentes.

O título do volume de contos *Caminhos sem destino* sugere os percursos de vida que decorrem sem que a existência vital dos sujeitos esteja determinada por uma orientação precisa que lhes dê sentido. A preposição *sem* rompe a ligação entre os significados dos vocábulos caminho e destino: todo o caminho tem um destino e a sua ausência torna-o desprovido de sentido.

Os aspetos abordados nos parágrafos anteriores permitem verificar que há uma unidade temática que congrega as três narrativas em torno da temática do Holocausto.

Estas obras literárias, concebidas como um todo, proporcionam abordagens distintas e complementares dessa complexa realidade, recorrendo a estratégias

narrativas diversas. Assim, em *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos*, a intriga centra-se em protagonistas judeus, enquanto, em *Rio sem ponte*, a história é protagonizada por uma personagem ariana; em *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos*, a narração está a cargo de narradores autodiegéticos, que relatam acontecimentos em que estiveram envolvidos na qualidade de vítimas judaicas, encarnando respetivamente as personagens Rose Frankfurter e Josef Berger, e, em *Rio sem ponte*, a narração é assegurada por um narrador heterodiegético, que relata uma história protagonizada por uma alemã, pertencente à comunidade nacional ariana, embora não partilhe da opinião da maioria; em *O mundo em que vivi* e na primeira parte de *Rio sem ponte*, os acontecimentos ocorridos na Alemanha são vistos a partir do interior do próprio país, por judeus e arianos, ao passo que, na segunda parte de *Rio sem ponte* e em *Sob céus estranhos*, os eventos relatados são vistos do estrangeiro e neles estão envolvidos igualmente olhares de portugueses, ingleses e polacos sobre os acontecimentos.

O ansiado desejo de captar a complexa realidade procura ser satisfeito através do recurso a uma variedade de perspetivas: os acontecimentos são vistos por judeus e por arianos, por homens e por mulheres; são vistos a partir do local da tragédia (na Alemanha) e desde o estrangeiro; e o desenrolar dos acontecimentos é observado em diferentes tempos (o período que antecedeu o acontecimento, a ocorrência propriamente dita e o período que lhe sucedeu).

## **Capítulo 2 — Os tempos da tragédia: o que é representado?**

### **2.1. A vida anterior ao Holocausto**

A narradora d' *O mundo em que vivi* inicia o relato das suas recordações de infância, evocando os avós paternos, Markus e Ester, com quem viveu os primeiros anos de vida: «Vivíamos os três numa pequena casa com uma varanda deitada sobre a rua coberta com vinha» (MV: 7). As suas primeiras palavras são para este círculo restrito de personagens que compõem o seu universo familiar. Foi na companhia destes familiares que Rose fez as primeiras descobertas e aprendizagens. Estas vivências são narradas sob a ótica da criança que olha para a realidade circundante sem entender muitas vezes a sua razão de ser e as suas contradições. Nesse mundo da primeira infância, muitas vezes desconcertante e de difícil compreensão, o avô Markus desempenhou um papel de suma importância.

É a lembrança deste avô que retém primeiramente a sua atenção. A narrativa tem início com a descrição dele, adquirindo esta personagem novamente vida através da memória tão nítida que a narradora dele conserva, recorrendo a traços físicos precisos que a vivificam, conforme se constata no primeiro parágrafo da narrativa (MV: 7).

Rose mantinha com o avô Markus uma relação especial, pois era a pessoa a quem estava mais ligada e com quem tinha maior afinidade e o carinho que por ele nutria transparece na situação recordada anteriormente e pode ser sintetizada no vocábulo «fascinava-me» (MV: 7). O afeto pelo avô ia ao ponto de sentir-se desgostosa perante qualquer circunstância que o rebaixasse ou constrangesse. Uniu-os uma cumplicidade com a qual faziam frente à avó Ester, pessoa de feitio e temperamento radicalmente distinto do avô, deixando a narradora desde o primeiro momento bem vincado o contraste entre o casal, sendo as diferenças acentuadas não só pelos traços físicos antagónicos (alto / baixa, cara larga / cara miúda) como estes espelham os seus caracteres diferentes.

Estas personagens assumiram relevância distinta e complementar na vida de Rose. O avô proporcionava-lhe momentos de alegria, pelas brincadeiras que conjuntamente realizavam, pelos desejos que lhe concretizava, pelas histórias que lhe contava e pelos segredos do mundo que lhe desvendava, fruto da sua experiência de

muitos anos de vida. Ele satisfazia as vontades da neta e enchia a vida desta dos encantos de um mundo mágico que a toda a criança apraz.

A avó, a pessoa que de facto mandava naquele lar, pautava, pelo contrário, a sua vida por uma visão distinta da realidade, regendo-se por princípios austeros que aplicava ao governo da casa. A vigência do princípio do «prático e económico» na casa dos avós paternos, imposto pela avó Ester, não eram apelativo para Rose nem lhe agradava, uma vez que não se enquadrava no mundo da fantasia e dos sonhos que a criança procurava, criando-lhe muitas desilusões e tristezas, ao ponto da narradora confessar que «aprendi a detestar: prático e económico» (MV: 8). A submissão do quotidiano ao lema do «prático e económico» anulava na vida de Rose a alegria e o colorido, componentes do mundo da fantasia e do imaginário infantil.

A recordação desses tempos em casa dos avós paternos está repleta de referências a momentos de tristeza e à lembrança de objetos e factos suscitadores de mágoa para a criança. A narradora emprega diversas vezes o termo «triste» para caracterizar o ambiente vivido em casa dos avós. A própria casa era um espaço taciturno, sobressaindo as cores escuras e o ambiente pesado: o armário do corredor era «castanho» (MV: 8) e «era-[lhe] misterioso» (MV: 8), os «vasos pintados de roxo» (MV: 8), «as folhas (...) tão escuras» (MV: 8), as «capas tristes» do sofá eram de «veludo azul» (MV: 8) e «o cheiro triste, quase fúnebre» (MV: 8). A avó gostava do preto, pelo que usava roupa escura e impunha a Rose peças de vestuário de cores menos lustrosas, evitando os tons coloridos e o branco. Os próprios movimentos de Rose em casa eram limitados pela avó que não a deixava entrar habitualmente na sala de visitas (MV: 8) e mantinha o armário fechado à chave (MV: 8).

Contudo, tal facto não quer dizer que a narradora sinta tristeza ou amargura em relação a esse período da vida. Pelo contrário, apesar da tristeza que recorda então ter sentido, no presente relembra com nostalgia esse tempo, as situações então vividas e as pessoas entretanto desaparecidas. As suas recordações da infância não são as de uma fase triste da vida, mas são a recordação triste de uma realidade desaparecida, porque as pessoas morreram e o espaço social em que se movimentava também não existe mais, muito pela ação maléfica do ser humano. A menção dos episódios que, na infância, lhe infligiram tristeza faz sobressair quão infimos esses dramas foram, comparativamente com o sofrimento e a verdadeira tristeza que viveria posteriormente. Relembrada desde

o momento presente do ato da escrita, a infância é vista como um tempo em que a personagem viveu bem, rememorando-a com saudade, conforme a narradora afirma, falando a propósito da mãe:

[a mãe] não vivera comigo o meu mundo da primeira infância, mundo limitado, sim, mas muito meu e para mim sempre o mais vasto de todos os mundos que mais tarde encontraria. (MV: 56)

As restrições que lhe impunham, e que tanto desgosto por vezes lhe causavam, eram fruto das regras pelas quais a família se regia, constituindo essa a sua realidade familiar. Apesar dos dissabores que, por vezes sentia, essa realidade era estável e conferia segurança à vida, precisamente porque estava rodeada de familiares. A distância temporal permite à narradora perceber os factos do passado de outro modo. Não obstante as contrariedades quotidianas, ela recorda esse tempo com melancolia, em particular a pessoa do avô que lhe proporcionava momentos encantadores, que lhe enchiam a vida com a sensação de bem-estar, conforme expressa através de termos como «fascinava-me» (MV: 7), «encantavam-me» (MV: 10) ou «aconchegava-me» (MV: 10). O avô foi para ela a figura protetora do período da infância.

Também a recordação da avó Ester, figura severa e pouco acessível à criança, com atitudes muitas vezes hostis, segundo a percepção da pequena Rose, surge afinal em traços positivos e saudosos, em virtude de a narradora fazer uma avaliação do percurso de vida da avó, reconhecendo que a alteração da sua postura após a morte do marido, a venda da casa da aldeia e a ida para casa do filho constituiu o lado decadente da vida da avó, que «já não era a mesma avó Ester, importante e severa» (MV: 95). A narradora está ciente de que os momentos menos bons que a avó lhe causara na infância fazem parte do passado, que afinal não foi ruim, comparado com aquilo por que passaria depois. Em suma, a sua infância decorreu num ambiente familiar, em que havia proibições e restrições, mas havia também amor e proteção. Além do mais, na maioria das vezes, os lamentos de Rose constituíam puro exagero da criança que sente a não concretização das suas vontades como a privação de algo essencial, convertendo essa privação num profundo drama, quase existencial, quando na realidade se trata de factos sem importância maior na vida do ser humano.

Como constatámos nos parágrafos anteriores, a narradora-Rose inicia o seu relato invocando familiares queridos com quem partilhou os primeiros anos de vida, surgindo a família em *O mundo em que vivi* como o principal pilar no qual se sustenta a vida da personagem Rose. Esta opção narrativa é reveladora da importância que aquelas personagens tiveram na vida da protagonista, assim como denotam a estima que nutre pelas memórias a elas associados: memórias das pessoas, das suas práticas, dos seus valores, dos espaços que habitavam e das aprendizagens que com elas fez.

Também em *Sob céus estranhos*, a família constituía o pilar da vida de Josef Berger no período anterior à fuga da Alemanha. Ainda que o narrador não dedique muita atenção a este período da vida do protagonista, sobressai o ambiente harmonioso e de respeito mútuo em que decorria a vida familiar deste casal misto, protestante ela, judeu ele, pelo que o narrador recorda com saudade essa fase da vida passada. No presente da narração, esta realidade é apenas acessível através do exercício de rememoração. Pelo exposto, identificam-se paralelismos entre a vida de Rose Frankfurter e a de Josef Berger no período anterior à fuga da pátria e à separação da família.

A família protege a criança relativamente ao mundo exterior e transmite-lhe valores, iniciando-se no seu seio o processo de socialização da criança, que enforma a sua identidade<sup>19</sup>. A família reveste-se de uma importância fundamental na representação do tempo anterior ao Holocausto na obra narrativa de Ilse Losa, identificando-se este período como o tempo da família e da vida.

Em *O mundo em que vivi*, o universo familiar de Rose será progressivamente alargado, num permanente processo de descoberta de outras pessoas, a quem está ligada por laços de sangue e com quem partilha valores e uma história comum. Ao longo da narrativa, a narradora introduzirá novas personagens, suas familiares, à medida que a entram na vida de Rose, como os pais e os irmãos, com quem não viveu nos primeiros anos de vida, os tios e os avós maternos. Mas o universo familiar de Rose também se dilatará através das fotografias de familiares que encontra nos álbuns que folheia.

A própria estrutura narrativa de *O mundo em que vivi*, organizada segundo uma sequência cronológica, em parte decorrente do forte pendor autobiográfico da obra,

---

<sup>19</sup> Inger Enkvist afirma a este respeito que «Necessitamos de proteção, de comida, de higiene e de aprendizagem durante anos, antes de podermos começar a cuidar de nós mesmos. Dependemos inteiramente, em primeiro lugar, dos nossos pais, mas também do grupo» (2006: 11).

revelando características próximas da autobiografia, acentua a importância da família e da comunidade a que a personagem pertence ao alargar sucessivamente o contexto familiar e social em que a protagonista se movimenta. Assim, a narradora insere inicialmente Rose num grupo restrito de familiares, composto pelos avós paternos, integrando seguidamente a vida desse grupo na da comunidade judaica local, para depois alargar o círculo familiar da personagem, aquando da mudança para a casa paterna, inserindo aí também a vida familiar na da comunidade judaica e, por último, e apenas num terceiro nível, a narradora destaca o contacto de Rose com a comunidade nacional, que ocorre essencialmente a partir da entrada de Rose para escola.

A par da importância da família, e associado a esta instituição, a narradora salienta um outro aspeto central na vida de Rose, pela forma como contribuiu para a configuração da sua identidade: a tradição.

A tradição é um elemento aglutinador dos indivíduos ao agrupá-los em famílias, a instituição mais restrita em que o indivíduo se insere no plano social. A família congrega indivíduos que partilham um património genético, interligando-os sincronica e diacronicamente, mas a tradição familiar não assenta unicamente nesse aspeto biológico, pressupondo igualmente a partilha de um património cultural (princípios, valores, crenças, costumes, objetos, ...) que confere coesão a esse grupo e o particulariza no seio da sociedade pela identidade própria que tem.

No espaço físico que partilha com os avós paternos, tal como acontecerá posteriormente na casa paterna, no contacto com os avós maternos e nos eventos públicos de carácter religioso da comunidade judaica, Rose descobre o valor da tradição familiar e comunitária, num permanente processo de aprendizagem. Através das práticas quotidianas, dos ensinamentos formais e informais, a que diariamente é submetida, e dos álbuns de fotografias, onde contacta com os antepassados ou com os parentes ausentes, Rose insere-se na tradição da sua comunidade. O relato da vida quotidiana permite à narradora revelar os termos em que a sua identidade se foi configurando, integrando-se numa tradição familiar e comunitária que mantêm uma dinâmica permanente de aproximações e afastamentos face ao meio envolvente.

O peso da tradição atravessa toda a narrativa, abrangendo muitos aspetos da vida de Rose. Falar de família e da tradição é falar sobre os valores que predominaram na vida da personagem no período anterior ao Holocausto.

Os nomes próprios dados aos recém-nascidos revelam a importância de inaugurar a vida da criança sob o signo da tradição familiar e comunitária, atribuindo-lhe um nome que homenageia os antepassados, perpetuando a sua memória. O nome da avó paterna – Ester – é judaico. Também em *Rio sem ponte*, as filhas da judia polaca, apelidada pelos familiares de Mamma, têm nomes judaicos — Lea e Ethel —, numa clara opção por perpetuar a tradição judaica mesmo fora da terra natal (ou talvez por isso mesmo). Em *Sob céus estranhos*, o nome de Josef remete para a figura do «Velho Testamento», José do Egito.

A propósito do nome da protagonista — Rose —, o avô afirmou-lhe certa vez que: «Lindo nome, Katarina (...). Queria que fosses também Katarina, mas a tua mãe tem preferência pelos nomes que estão na moda» (MV: 10), lamentando que a neta não tivesse recebido o nome da sua bisavó paterna, mas a mãe optou antes por um nome em voga na época, recaindo a sua escolha num nome pertencente ao património onomástico da comunidade nacional, o que constituiu uma quebra da tradição comunitária judaica.

O próprio negócio da família paterna de Rose alicerça-se numa tradição, pois o avô e o pai eram negociantes de cavalos, numa clara manifestação de continuidade: «O negócio de cavalos é uma tradição na família» (MV: 35)<sup>20</sup>. Recorde-se a este respeito, as seguintes afirmações de Jean Samuel, sobrevivente de Auschwitz e amigo pessoal do escritor e também sobrevivente Primo Levi:

Só muito lentamente [os judeus] se iam afastando das profissões tradicionais que os judeus exerciam no tempo do *Ancien Régime*, as únicas que então eram autorizadas. Os meus avós, os meus tios, os meus primos, ainda eram negociantes de cavalos ou de cereais. Serviam de intermediários entre os camponeses, perto dos quais viviam, e as cidades. (2006: 72)

Em *Sob céus estranhos*, o refugiado Samuel Sperber, «um homem com mais de oitenta anos» (SCE: 56), trouxe consigo «o livro de receitas da sua falecida Jenny» (SCE: 58), um dos «poucos objectos que lhe restavam» (SCE: 58) dela, pelo que este livro remete para a tradição familiar. É um elemento do passado que pode sustentar a

---

<sup>20</sup> Do mesmo modo, outras famílias judaicas da pequena cidade de L. tencionavam dar continuidade à sua atividade familiar: «O sr. Levy, o pai, destinara-lhe a sapataria para lhe assegurar o futuro como julgava poder fazer» (MV: 100).

reconstrução da vida através do «fabrico caseiro de compotas» (SCE: 57), como sugeriu a Josef Berger.

Como anteriormente já se mencionou, a tradição também se veicula através das práticas do quotidiano, onde se incluem, por exemplo, as manifestações do culto religioso judaico, o contacto com a língua do culto judaico — a língua hebraica —, a transmissão do património literário da comunidade, a história e a cultura judaicas e os saberes provenientes das vivências pessoais das personagens.

A avó Ester transmite a Rose a importância dos objetos pessoais e o valor espiritual da herança familiar — o enxoval —, assim como os princípios que deverão reger futuramente a sua vida de adulta, em conformidade com a tradição familiar e comunitária: «a coisa mais preciosa duma dona de casa: a roupa branca» (MV: 8).

A este propósito são significativas as seguintes palavras da avó que a narradora lembra:

e ainda profetizava que eu, depois de crescida e também boa dona de casa, deleitar-me-ia com os lençóis de entremeios feitos por ela em solteira, com as toalhas, toalhinhos, guardanapos, toalhas de rosto e panos de cozinha. (MV: 8)

A avó ensina à neta que também esta dará continuidade à tradição, encarnando o papel de dona de casa, destinado à mulher, como ela própria, e construirá um enxoval para transmitir aos descendentes, de forma que proporcione aos seus descendentes a fruição de uma herança tal como ela prognostica que a neta usufruirá dos objetos pessoais que ela lhe legará. Faz parte da tradição familiar e comunitária legar aos descendentes um património material, constituído por objetos do uso quotidiano, assegurando-se a ligação entre as gerações por meio desses objetos que testemunham a vida pessoal, familiar e comunitária de gerações anteriores, tal como se transmite igualmente um património imaterial. A avó transmite a tradição e, portanto, os valores identitários da comunidade.

Estes ensinamentos revelam uma faceta da cultura judaica: a transmissão dos valores ocorre por via materna. Tal ocorre, por exemplo, também quando a avó lhe diz que «uma menina judia não deve dar nas vistas.» (MV: 17), chamando a atenção para a importância da sobriedade, tão conforme com a sua própria postura pragmática e austera. O avô materno, Jacob, chamará igualmente a atenção dos pais de Rose para o

facto de que «é à mulher que compete, em primeiro lugar, encarregar-se da educação dos filhos.» (MV: 72). As aprendizagens que Rose faz com os avós revelam a importância da autoridade hierárquica dos mais velhos na transmissão do saber.

Se o respeito pela tradição significa integração na vida familiar e comunitária e representa a continuidade, há também circunstâncias que instauram ruturas na tradição, como foi o caso da escolha do nome para Rose e as situações de não cumprimento dos preceitos religiosos judaicos, privilegiando-se antes outros valores que, ao afastarem-se da tradição, procuram a aproximação à comunidade nacional e uma maior integração nesta, num claro gesto de assimilação, que faz perigar a identidade da comunidade judaica, ou, pelo menos, a adoção de costumes mais atrativos e menos restritivos.

No caso de Selma, mãe de Rose, a preferência por um nome não judaico para a filha não significa que esta personagem não valorizasse a cultura judaica e as suas tradições. É uma mulher que segue as tradições religiosas judaicas, ainda que Rose depressa se apercebera de que o tempo dedicado à oração na casa paterna era menor do que aquele dispendido em casa dos avós (MV: 59).

Outras situações também exemplificam a quebra da tradição familiar. Na opinião da avó Ester, Josef, o tio paterno de Rose, «perdera a estima da família por ter casado com uma americana que nem sequer judia era» (MV: 11), atitude reveladora de dupla quebra: não só do vínculo nacional, contraindo matrimónio com uma estrangeira, mas também do vínculo comunitário, por se tratar de uma não judia.

A propósito de Florence, filha da tia Gertrud, residente na América, recorda a narradora como o avô Markus censurava o seu modo de vida sem respeito pelos valores judaicos, afirmando que «Florence, de calças montada num cavalo, o que o avô desaprovava e classificava de ‘maluquices americanas’» (MV: 12).

Em *Rio sem ponte*, a personagem Lea Finkelberg, filha de judeus polacos exilados, protagoniza várias situações reveladoras do afastamento em relação à tradição judaica, numa atitude de absorção do estilo de vida londrino, que, mais de uma vez, foi recriminada pela própria progenitora.

As fotografias são outro elemento que consolida a noção de tradição familiar, recorrentemente presentes na vida de Rose Frankfurter e também relevantes para outras personagens losianas.

As fotografias trazem à presença seres espacial e / ou temporalmente ausentes. Através dos álbuns de fotografia dos avós, que tanto gostava de folhear, Rose descobre os seus ascendentes e os familiares que estão longe, como é o caso dos tios paternos Josef e Gertrud, residentes nos Estados Unidos da América. Também a fotografia do tio Franz foi a primeira forma de ela o conhecer, quando ele era soldado durante Primeira Guerra Mundial, estando na frente de combate.

As fotografias também fixam momentos da vida de outros tempos e de outras realidades, transmitindo os retratos de familiares a ideia de que a família é uma continuidade formada por sucessivas gerações. As fotografias vinculam o sujeito observador ao sujeito representado, revelando a antiguidade da tradição familiar a que o sujeito observador pertence.

Em *Sob céus estranhos*, um dos poucos objetos do passado que Josef Berger levou consigo para o exílio foi a fotografia dos pais que afixa no quarto em casa dos Sousa:

A fotografia dos meus pais com a sua moldura dourada e algumas reproduções que fixei sobre as paredes sujas faziam o efeito de jóias sobre um vestido coçado. (SCE: 50)

Em *O mundo em que vivi*, a narração segue uma estratégia recorrente: após a apresentação dos familiares com quem vive em cada fase, relata-se o quotidiano nesse contexto espaço-temporal, descrevendo-se o espaço físico habitado e expondo os hábitos quotidianos, as vicissitudes e os dramas pessoais e familiares, havendo ainda oportunidade de confrontar as novas experiências com as anteriormente vividas, pelo que da narração transparece o percurso de aprendizagem que a personagem fez e, do ponto de vista da questão da representação do Holocausto, construir-se-á progressivamente a noção de que a realidade dos judeus alemães não era uniforme, mas heterogénea, compondo-se de muitas variantes distintas.

O casal de idosos e a neta residiam «numa pequena casa» (MV: 7), na aldeia, composta por «três ruas importantes e uma data de vielas orladas de casas» (MV: 12), transcorrendo as suas vidas segundo rotinas em nada distintas das que supomos serem as dos demais habitantes. Eram pessoas comuns com uma vida simples, subsistindo com poucos rendimentos numa época em que «os tempos estão difíceis», como afirmava a avó (MV: 17), fruto das carências provocadas pela Primeira Guerra Mundial em curso.

Mas mesmo assim viviam com comodidade, em resultado da preocupação constante da avó Ester em poupar e conservar os bens, preservando-os em bom estado, pela restrição do seu uso e do acesso a eles, num exercício permanente de aplicação dos princípios da poupança, utilidade, pragmatismo e austeridade.

A descrição das lides domésticas quotidianas, em casa dos avós, asseguradas essencialmente pela avó, consolida a imagem de um lar de gente igual aos demais, com hábitos, tradições e rotinas, que em nada se distinguem de outros lares.

Na chegada à casa paterna, a protagonista depara-se com uma realidade distinta da dos avós paternos e a descrição inicial da propriedade indicia a situação económica desafogada dos pais:

O pai tocou a campainha do portão de ferro. Vi a casa, a partir daí a minha casa. Que diferente da da aldeia! Branca, de dois pisos, portadas verdes, erguia-se no meio do jardim relvado e de maciços de flores garridas. O choupo de tronco grosso e copa farta irradiava tranquilidade, enquanto a faia de folhas vermelhas como sangue parecia arder sem sossego. Os cedros, direitos como velas, faziam lembrar o jardim da sinagoga, do lado de lá do meu ribeiro. No lagozinho saltava um repuxo e havia o caramanchão coberto de vinha brava. (MV: 56)

A mãe tinha duas criadas ao serviço que a auxiliavam nas lides domésticas, ao contrário da avó que realizava tudo sozinha, e o pai também contava com o labor de um homem que tratava dos estábulos, confessando a narradora que «ao princípio tive a convicção de que o pai era um homem importante» (MV: 62), pois tinha «tantos cavalos, vários carros e mesmo um criado» (MV: 62), tendo adquirido mais tarde um automóvel, um Studebaker.

A visita dos avós maternos ao lar de Rose e a ida desta para a casa deles descortina uma realidade distinta das duas anteriores: os avós viviam com dificuldades.

Mas o confronto entre estas três realidades familiares também se faz em termos de cumprimentos dos preceitos religiosos judaicos e do valor atribuído à educação segundo os valores judaicos, verificando-se situações muito distintas: os avós paternos cumpriam diariamente os preceitos, sem haver preocupação por se desrespeitar algum aspeto, os avós maternos seguiam rigidamente os preceitos (comida kosher, educação religiosa judaica) e, na casa paterna, a mãe respeitava mas o pai não ligava à religião. A

celebração do Yom Kipur em casa dos pais é a este respeito exemplar: a mãe jejuava todo o dia, as crianças durante meio-dia e o pai não respeitava.

Ao concluir o «almoço, preparado na véspera» (MV: 43) no próprio dia de shabat, a avó Ester não segue na plenitude os preceitos do shabat, pois não observa o preceito que preconiza o descanso total nesse dia em que estava proibida a execução de qualquer tarefa, afirmando que «São leis para mandriões ou para gente com escravos, porque se ninguém se ralar o almoço não aparece na mesa» (MV: 43). A avó Ester, tal como a mãe de Rose, desrespeita a integridade de algumas tradições judaicas, preferindo antes sobrepor a sua vontade pessoal e a comodidade da vida familiar, de acordo com o que considera melhor para si ou para a família.

Entre os aspetos da vida quotidiana da família, a narradora dá particular atenção àqueles relacionados especificamente com a tradição judaica, associados particularmente às crenças religiosas do Judaísmo.

O relato das rotinas diárias da família de Rose constituem uma oportunidade para dar a conhecer ao leitor a realidade judaica, a sua cultura, religião e hábitos do quotidiano, desmistificando essa realidade desconhecida e desconstruindo mitos e estereótipos, pelo que a narrativa adquire uma função formativa, além de promotora de fruição estética. Também em *Sob céus estranhos*, ainda que de forma mais sintética, também se exploram aspetos da realidade judaica. Recorde-se que as obras de Ilse Losa foram escritas e publicadas primeiramente em Portugal, destinando-se ao público-leitor de um país cristão, dominado por valores do catolicismo, vividos, por alguns setores sociais de forma muito intensa, estando a sociedade portuguesa pouco acostumada a lidar com a diferença, situação agravada pelo profundo isolamento face ao estrangeiro, o que constituía um dos pilares do regime político vigente que alicerçava a sua governação no isolamento face ao exterior e na repressão de manifestações político-ideológicas divergentes do regime.

A apresentação da cultura hebraica faz-se pelos olhos da criança, que está a descobrir a realidade circundante e a aprender os valores da sua comunidade, fazendo a narradora uso de uma estratégia pedagógica para apresentar o Outro ao leitor, destacando tanto os aspetos específicos da cultura hebraica, distintos da cultura alemã, como aqueles que são comuns à comunidade nacional ariana. A visão da criança contextualiza a cultura hebraica no seio da sociedade alemã, traçando um jogo de

aproximações e afastamentos entre as culturas alemã e judaica, num processo de exploração da identidade e alteridade, conforme Ana Isabel Marques (2001) apontou.

A primeira referência aos rituais do culto judaico faz-se pelo olhar inocente de Rose, sem que a narradora explicita que se trata de práticas do judaísmo: «o avô punha um barretinho na cabeça e rezava, as mãos no colo, uma em cima da outra» (MV: 12). O leitor contacta primeiro com o ritual, ficando para mais tarde a revelação de que aquela prática cultural corresponde ao Judaísmo.

A narradora dedica, na economia da narrativa, bastante atenção à tradição religiosa judaica, focando diversos aspetos: a língua hebraica como língua das cerimónias religiosas; o protagonismo reservado aos homens na religião judaica; a alimentação *kosher*; a celebração do *shabat*, mencionando os preceitos; os objetos e os procedimentos rituais das cerimónias religiosas, entre os quais ressalta a utilização separada dos espaços na sinagoga, por parte de homens e mulheres; os rituais da cerimónia fúnebre a propósito da morte do avô Markus; as festividades — a festa religiosa *Rosh Hashanah*; a celebração do *Yom Kipur*, o «dia da reconciliação», em que se jejua todo o dia (MV: 80)<sup>21</sup> e se usa vestuário e decoração branca; *Hanuka*, «a festa das luzes e da alegria» (MV: 80)<sup>22</sup>; a festa de *Passah*, «a Páscoa dos judeus (MV: 90), com a menção dos preparativos, dos rituais e explicação interpretativa pela voz do avô Jacob (MV: 91); a «*barmizwoh*» de Bruno (MV: 134) —; a explicação sobre calendário judaico (MV: 79); e referências a figuras bíblicas do Judaísmo como José, o Egípcio.

No romance *Sob céus estranhos*, o narrador também faz referência a algumas tradições judaicas como festa de Succot, explicando «que recordava as colheitas e as aproximações das chuvas na Terra Prometida» (SCE: 17), ou a referência ao mazzohs, «o pão ázimo da epopeia do êxodo do Egito» (SCE: 17), a propósito da Páscoa judaica.

A apresentação da religião judaica constitui a revelação da singularidade cultural e religiosa da comunidade judaica, pelo que a narradora aposta na exploração desse traço da identidade judaica como expressão da sua especificidade.

A rememoração da vida quotidiana, com os seus hábitos, costumes e crenças, e a inserção dessas práticas numa tradição familiar e comunitária é revelador de que os

---

<sup>21</sup> Ilse Losa procura aporuguesar os termos hebraicos, escrevendo, por exemplo, Jaumkipur referindo-se ao Yom (ou Iom) Kipur.

<sup>22</sup> À semelhança do referido na nota de rodapé anterior, a autora escreve Chanuka referindo-se a Hanuka.

indivíduos da comunidade judaica alemã têm uma existência idêntica aos da comunidade ariana, tendo apenas tradições religiosas e culturais distintas. O relato da vida quotidiana no seio de uma família judia permite descobrir os indivíduos dessa comunidade enquanto seres humanos, com necessidades, dramas pessoais e familiares semelhantes aos demais, desmistificando-se a imagem estereotipada desta comunidade minoritária da sociedade alemã.

No próprio seio da família de Rose verifica-se que os judeus não são todos iguais: nem nas condições económicas, nem no respeito pelas tradições religiosas nem no grau de exposição e assimilação dos valores germânicos. Cada família é uma realidade, mas todos são seres humanos.

A heterogeneidade da comunidade judaica alemã põe em causa a crítica generalizada que a sociedade ariana dirigia aos judeus como se estes fossem um todo homogéneo. A pobreza do mendigo polaco e as dificuldades económicas dos avós maternos de Rose contrapõem a ideia dos judeus como pessoas sempre ricas. A própria avó Ester perdeu o dinheiro amealhado durante toda a vida em virtude da desvalorização da moeda e da inflação, não diferindo a sua situação da dos alemães arianos.

Ainda que pertença à comunidade judaica, a família de Rose partilha os valores da nação germânica, incluindo o nacionalismo alemão. O pai e o tio Franz participaram na Primeira Guerra Mundial enquanto soldados alemães, sacrificando-se pela pátria, tal como os compatriotas arianos, tendo o pai inclusive sido ferido. E, não obstante a despesa e os sacrifícios daí advindos, Rose participou, a par das crianças das famílias arianas, no cortejo em honra do Kaiser, organizado pelo professor Lebehuhn, responsável pela instrução primária na aldeia, como manifestação pública de apoio ao Kaiser e à postura belicista germânica, num claro gesto de nacionalismo alemão.

O mesmo sentimento de pertença à comunidade germânica e de crença no nacionalismo alemão encontra-se nas reações à derrota da Alemanha nesse primeiro conflito bélico mundial: «Sim, acabou a guerra, disse mais tarde o avô, sem alegria. Mas perdemo-la» (MV: 28). Em vez da alegria por causa do fim da guerra, há a manifestação de pesar pela derrota sofrida.

O episódio do mendigo judeu polaco, que só pedia esmola aos judeus (MV: 108), também permite tirar conclusões quanto ao sentimento de pertença à nação

germânica. Rose e os familiares vêm-no primeiro como estrangeiro e só depois como membro da comunidade judaica. A própria língua do mendigo, o ídiche, reforça a ideia de que ele é um estranho na Alemanha, por oposição, por exemplo, a Rose que é alemã e cuja única língua de comunicação é o alemão. Por outro lado, Rose não domina o hebraico, a língua das escrituras e das cerimónias religiosas judaicas, nem o ídiche, a língua das comunidades judaicas do Leste da Europa, pelo que os aspetos que a unem a uma pessoa como o mendigo, que pertence à comunidade judaica, são menores do que os aspetos que a ligam à comunidade maioritária da Alemanha.

A posição manifestada pelos pais de Rose acerca da questão da emigração para a Palestina, fomentada pelos sionistas, não deixa margem para dúvidas de que a família considerava a Alemanha a sua pátria e que se deveria ser bom cidadão: «e eu, como boa alemã, não devia abandonar a pátria a que pertencia» (MV: 104).

O sentimento de pertença à comunidade nacional alemã faz-se a par da pertença à comunidade judaica. Rose vive entre os valores das duas comunidades, manifestando contudo maior proximidade afetiva pelos valores da tradição judaica. Na ida à sinagoga da aldeia com os avós paternos, num momento em que ainda não sabia ler, ao visualizar os caracteres hebraicos e «alemães», aqueles suscitam-lhe maior simpatia. Igual preferência manifesta acerca das canções hebraicas, conforme expressa a respeito da cerimónia judaica:

Cantava a mais bela melodia da cerimónia, ao mesmo tempo queixume e consolo, que despertava em mim sonhos, desejos, pressentimentos sombrios, e me extasiava como a rosa vermelha no friso da janela da nossa sala de estar. (MV: 42)

O contacto com a comunidade maioritária cristã suscita a Rose comparações acerca dos valores e tradições das duas comunidades, contrapondo pessoas, práticas e espaços. Este exercício é revelador do seu posicionamento crítico face à realidade envolvente e a consciência da situação que vive. Ela desejava pertencer ao grupo dos outros, dos cristãos, por estes irem «despreocupados (...) aos domingos à igreja e veneravam um Deus oficialmente reconhecido» (MV: 44), ao passo que «o meu [Deus] parecia não gozar de boa reputação» (MV: 44) e «soava grave e estrangeiro» (MV: 44). Contudo, mais tarde, rejeitará a hipótese da conversão ao cristianismo como forma de

ultrapassar as dificuldades criadas pela maioria ariana em relação aos judeus, ao contrário do que fez o doutor Schoenberg que batizou os filhos.

Em *Sob céus estranhos*, a família de Josef Berger apresenta uma realidade distinta. A união dos seus pais corresponde a um casamento misto, composto pelo pai judeu e a mãe protestante. Josef e o irmão Tony cresceram num ambiente em que os progenitores não abandonaram as respetivas tradições religiosas, mas revelaram flexibilidade e respeito pela tradição do cônjuge, assinalando a família os momentos mais significativos de cada uma das tradições, num manifesto sinal de que a coexistência é possível. A formação de Josef beneficiou igualmente do contacto com ambas tradições culturais.

A relação da comunidade judaica com a comunidade ariana faz-se de gestos reveladores da convivência pacífica entre indivíduos arianos e judeus como a narradora de *O mundo em que vivi* exemplifica por diversas vezes. Os avós Markus e Esther relacionam-se socialmente com o pastor protestante da aldeia, embora «ele [servisse] a um Deus diferente do nosso» (MV: 22); Rose frequentava a casa dos Dorn, uma destacada família ariana da aldeia, brincando com Ina Dorn, a filha do casal, mas os avós não frequentavam a casa dos Dorn (MV: 36), mantendo com eles apanham relações profissionais de médico-paciente; também na cidade onde residiam os pais, Rose ia a casa das amigas arianas (Anni Plannecke, Käte Mustermann e Frieda), as duas primeiras pertencentes a famílias com posição; Leo, o pai de Rose, que falava o dialeto do campo, num claro sinal de integração na comunidade local, era recebido pelos lavradores com «forte aperto de mão» (MV: 63), almoçava em casa deles quando se deslocava às aldeias para negociar e ele fora eleito Rei da Festa do Tiro na cidade onde habitava; quando Rose ingressara na escola, na aula do senhor Brand, «ninguém se virou para mim com sorrizinhos por [o nome] soar a judaico» (MV: 66); o doutor Schoenberg, médico assistente de parte dos habitantes da cidade de L., era chamado mesmo por gente antisemita como o inspector Neuberg, sendo os judeus tolerados segundo as conveniências da comunidade maioritária; membros da comunidade judaica ajudavam as pobres fidalgas «complicadas», que «viviam nas águas-furtadas da casa do sr. Levy, que as dispensava do pagamento da renda» (MV: 109), apoiando-as outros judeus com comida, segundo o sistema montado por «várias senhoras da cidade» que se «revezavam».

Mas a vida quotidiana dos indivíduos da comunidade judaica também se vê confrontada, e com o passar do tempo, cada vez mais, com manifestações de antissemitismo que fazem perigar a coexistência e a convivência pacífica entre judeus e arianos no seio da sociedade alemã. À medida que o relato da vida de Rose avança, a narradora presta maior atenção aos sinais de intolerância em relação aos judeus, passando esta questão a monopolizar a narração, pelo que se converte numa rotina, substituindo a narração da sua vida familiar e comunitária, que progressivamente também se foi alterando com a ocorrência de acontecimento funestos e que trouxeram a tristeza e a ansiedade à vida de Rose e dos seus.

O início da vida escolar de Rose correspondeu ao momento em que o contacto com a comunidade nacional se intensificou e o confronto entre as identidades judaica e ariana esteve permanentemente presente. A maior exposição à realidade exterior à família e à comunidade judaica aumentou a sua perceção do confronto entre esta e a sociedade alemã ariana, tendo-se verificado um aumento dos antagonismos com a maioria. É neste momento da sua vida que o facto de pertencer à comunidade judaica se torna mais evidente, pela diferença face aos alemães arianos. Deste modo, a escola representará não só o espaço de aprendizagem e socialização a que tradicionalmente é associado como também proporcionará à personagem o confronto com realidades menos agradáveis.

O antagonismo que enfrentava judeus e arianos fica exemplarmente espelhada nas seguintes afirmações da narradora, que refletem como as relações sociais entre ambas comunidades eram complexas:

«Os habitantes da pequena cidade faziam parte de mim como o fazia a natureza, e ainda hei-de falar neles, duns que eram amigos e ficaram sempre amigos, de outros que de amigos se fizeram inimigos e ainda de alguns que, desde sempre, não gostavam de judeus e me atormentavam com a sua hostilidade.» (MV: 61).

O preconceito antissemita estava enraizado e generalizado na sociedade alemã, corroendo as relações sociais entre os membros das duas comunidades. O diálogo mantido por Selma Frankfurter com um passageiro durante a viagem que efetuava na companhia da filha ilustra esta situação:

— Pensei em ir para uma praia, mas desisti da ideia. Estão cheias de judeus. E eu não posso com judeus. (MV: 119)

A afirmação do interlocutor está imbuída de antissemitismo, mas, ao ver-se confrontado com a identidade judaica da mãe de Rose, procura contornar cobardemente a rudeza manifestada, encontrando em Selma Frankfurter uma exceção à generalidade dos judeus. A narradora concluirá num tom irónico que «cada alemão tinha o seu bom amigo judeu que era uma exceção» (MV: 119).

Desde pequena, Rose confronta-se com situações reveladoras da tensão entre a sua comunidade e a maioritária e tem consciência da pertença ao grupo minoritário, ao lado mais frágil nas relações sociais, o que a leva a recordar que «queria ser igual a elas» (MV: 8), ansiando por eliminar a diferença em relação aos outros, pois «ser-se judia não tinha nada de fácil» (MV: 75). Neste sentido, o nome «Rose», «um nome que estava na moda», funciona para a personagem como um elemento que a liga aos indivíduos fora da sua comunidade, suprimindo a diferença. Mas só por si o nome não é suficiente, os seus valores e as suas origens separam-na da maioria.

A perceção do antissemitismo surge quando ainda residia com os avós na aldeia, decorrente da experiência relatada pelo tio Franz, durante a Primeira Guerra Mundial, relativamente ao antissemitismo manifestado pelo seu superior hierárquico:

[o] tenente a que estava subordinado [o tio Franz] e que detestava os judeus, lhes chamava nomes feios, chegava mesmo a tratá-los por ‘judeu porco’, ‘safado’, e coisas do género. (MV: 24)

Esta é a primeira referência à hostilidade que os judeus sofrem na Alemanha por parte dos seus concidadãos arianos. E surge num contexto em que judeus se sacrificavam na guerra pela pátria, ao lado dos compatriotas arianos, como é o caso do tio Franz. Não obstante o sacrifício, eram vítimas da discriminação resultante do preconceito e do estereótipo. Deste modo, o sacrifício pessoal que faziam não era reconhecido como prova de dedicação à pátria nem servia de elemento integrador na nação germânica.

Perante a inexplicabilidade de tal atitude, a narradora conta que «o tio Franz não sabia qual a razão por que o tenente insultava os judeus, limitando-se ao queixume de que era uma desgraça ser-se judeu» (MV: 25), facto que leva a pequena Rose a tentar

encontrar uma explicação para a realidade, conjugando o ponto de vista do tio Franz («uma desgraça ser-se judeu») com o da avó (ter orgulho na tradição familiar e da comunidade). Quando frequentava o Liceu, Rose resumiria esta contradição com os termos «resignação e orgulho» (MV: 76).

O professor Heim apresenta a Rose três hipóteses explicativas para o antissemitismo: um «povo inteligente» vítima de «invejas»; o «nosso destino é uma tragédia determinada por Deus»; e as «qualidades inferiores» e «malvados». Acrescenta ainda uma afirmação significativa que se revela um presságio: «somos como toda a gente, mas somos poucos, e poucos não têm defesa contra muitos» (MV: 98).

Em *O mundo em que vivi* são diversas as situações que refletem esse mal-estar: o incidente de feição antissemita na Schützenfest, «a festa popular de tiro» (MV: 122), envolvendo o pai de Rose; o lançamento de bolas de neve por parte de Käte e dos outros companheiros contra a sinagoga; as suspeitas lançadas por Käte sobre os ensinamentos nas aulas de religião hebraica, ministradas pelo doutor Grund, o rabino, às alunas judias, duas vezes por semana, apelidando inclusive o rabino de «o judeu barbudo»; o uso de termos mitigadores para se referir à condição de judia e à profissão do pai, dizendo «israelita» em vez de «judia» e «comerciante» em vez de «negociante de cavalos», durante o período de frequência do liceu; a observação preconceituosa de Helene, colega de liceu, sobre o hipotético desinteresse de Rose acerca da «perseguição aos cristãos por seres judia» (MV: 118).

O episódio, ocorrido na infância de Rose, envolvendo «a velha menina Stephanie Kohn», «a bruxa da aldeia», uma senhora que «pertencia ‘à nossa gente’», a quem as crianças fizeram «uma visita», espelha como o antissemitismo estava impregnado na sociedade alemã, não escapando sequer às brincadeiras das crianças. Ina Dorn, a amiga de Rose, recusa-se a aceitar que a senhora Kohn não era bruxa, facto apurado por Rose na «visita de reparação» que efetuou com a avó. Este episódio explora a questão do outro e das imagens estereotipadas prejudiciais à convivência, revelando como as calúnias e os boatos progridem, alcançando uma projeção nefasta. Neste caso, associa-se o judeu à bruxaria e a vassoura — objeto associado à bruxaria —, que a senhora Kohn utiliza para afastar as crianças da porta da casa, confirma aos olhos destes o estatuto de bruxa. O próprio imaginário popular, a lembrança da história de Hänsel e Gretel, contribui para Rose persistir nas suas suspeitas.

A intensificação do antissemitismo ocorre a par da grave instabilidade que afetava o país, repercutindo-se a crise económica na esfera política e social, em que os judeus se converteram em bode expiatório para os problemas da nação.

O retrato político, social e económico da Alemanha assenta em *O mundo em que vivi* e em *Rio sem ponte* essencialmente nos mesmos aspetos. A vida quotidiana na Alemanha do início da década de 30 caracterizava-se pela elevada percentagem da população em situação de desemprego. Várias personagens destas narrativas passam por essa experiência (o senhor Krempeke e o jovem hóspede deste, em *O mundo em que vivi*, Karl Berner, a filha Jutta e a amiga desta, Li, em *Rio sem ponte*, para citar apenas alguns exemplos), mas muitas outras figuras na mesma condição são evocadas, donde sobressai a ideia de um flagelo social de grande dimensão, estando os afetados obrigados a depender dos poucos subsídios estatais e do trabalho das esposas, no caso dos homens, pois estas preocupam-se mais em resolver diariamente os seus problemas do que dispendir o tempo a ouvir Hitler como se as suas promessas resolvessem as carências diárias. Outros, sobretudo jovens, são forçados a emigrar, como foi o caso de Jutta, a protagonista de *Rio sem ponte*.

A par do desemprego, os baixos salários, a inflação galopante e a desvalorização permanente da moeda alemã constituíam outros aspetos que afetavam a vida diária dos alemães, como se reflete em ambas narrativas.

As pessoas trabalhavam muito, mas mal conseguiam subsistir, como ocorria com Selma Frankfurter, mãe de Rose, em *O mundo em que vivi*, na época em que geria a sua pensão, ou com a senhora Krempeke, que alugou o quarto a Rose, em Berlim, que lavava roupa e aplicava remédios (MV: 165), ou ainda com Eva Berner, a mãe de Jutta, em *Rio sem ponte*, que para gerir o lar era cabeleireira e engomadeira.

A crise económica repercutia-se nas empresas que viviam momentos críticos, ameaçando despedir empregados e engrossar a lista de desempregados, agravando a crise, num ciclo interminável. Em *Rio sem ponte*, a loja de Bernhard Schuster, pai de Johann, atravessa uma situação insustentável, quase de falência por falta de negócio.

A situação económica tem reflexos no plano social, em geral, e nas relações laborais em particular. Os armazéns *Hoehler & Bernstein*, a casa comercial propriedade de judeus, onde Johann fez um estágio profissional, vê a crise económica passar ao lado em virtude de ser uma empresa com prestígio, gerida com profissionalismo, mas vê-se

afetada pela crescente hostilidade aos judeus. Os empregados apoiantes das ideias de Hitler, como Brentano, desprezam os colegas e os superiores hierárquicos de ascendência judaica, tornando-se a situação progressivamente mais grave e insustentável para estes últimos, acompanhando a ascensão social e política de Hitler.

Segundo Maria Lúcia Lepecki, o tema literário da perda e da posse domina a narrativa *O mundo em que vivi* e, associada a esta temática, está uma outra igualmente explorada nesta obra: a da plenitude e da carência (1987: II). A percepção da vida anterior ao Holocausto como uma realidade desaparecida, destruída intencionalmente pela ação humana, constrói-se na narrativa losiana através da abordagem das temáticas enunciadas por Lepecki. Esta conceção é, a nosso ver, extensível às outras duas narrativas, particularmente a *Sob céus estranhos*.

A representação deste período homenageia a realidade humana, social e cultural desaparecida, não só do espaço territorial germânico como metonimicamente de quase toda a Europa, por responsabilidade do ser humano, que premeditadamente agiu com propósitos maléficos. A realidade destruída, que a narradora do conto *Encontro no Outono, ou O que Paula me contou* apelida de «mundo submerso» (CSD: 153), é a das comunidades judaicas. Os indivíduos e as comunidades destruídas não se reduzem a cifras de vítimas. Por detrás dos números estão seres humanos, cujas vidas foram destroçadas e eliminadas. A representação do tempo pré-Holocausto presta tributo não só às vidas humanas perdidas mas também ao património material e imaterial dessas comunidades, cuja identidade os singularizava.

A homenagem passa, por um lado, por desvelar os seres humanos genericamente rotulados de «judeus», os laços afetivos, os sentimentos, as frustrações, as alegrias e as tristezas, e, por outro, os hábitos e tradições desses indivíduos pertencentes a comunidades com identidade própria.

## **2.2. O tempo das perseguições e do extermínio**

Na obra narrativa de Ilse Losa, a abordagem do tempo das perseguições e do extermínio, ou seja, o tempo correspondente aos factos associados habitualmente ao

Holocausto, exige, em primeiro lugar, que se defina a transição entre o período anterior ao Holocausto e este período.

A proposta do historiador Saul Friedländer (2009), já referida no capítulo anterior, contribui para a definição desse limite divisório entre esses períodos. Friedländer vislumbra no período temporal correspondente à governação nazi (1933-1945) a existência de dois momentos distintos no que respeita à atuação dos nazis relativamente aos judeus: o período de perseguição e o período do extermínio. As perseguições dominam a primeira fase da abordagem da «questão judaica» por parte do regime hitleriano, estando a segunda fase — a do aniquilamento — vinculada a uma abordagem mais radical, a da «Solução Final», baseada na vontade de irradiar o problema através do extermínio dos «indesejados».

Seguindo a proposta de Friedländer, a representação deste período na obra de Ilse Losa engloba tanto situações de perseguição como de extermínio, predominando, sobretudo, as primeiras e sendo as segundas essencialmente evocadas, pois a ação das narrativas em estudo não se centra nas experiências-limite dos universos concentracionários nem as ações se desenrolam em espaços como o campo de concentração ou o gueto. Mas ter-se-á igualmente de incluir as situações de fuga das vítimas aos nazis que vivem no exílio sob a condição de refugiados. A inclusão deste aspeto deve-se ao facto de a condição de refugiado refletir a situação resultante da perseguição sofrida, em que o indivíduo ainda não recuperou o controlo sobre a sua vida nem esta decorre segundo parâmetros de normalidade e de estabilidade.

Para delimitar na obra losiana o período das perseguições e do extermínio relativamente à fase anterior, opta-se por considerar a subida ao poder de Hitler como o limite divisório entre os dois períodos.

Mas, mesmo assim, este marco temporal divisório entre os dois períodos revela-se ténue nas narrativas losianas, uma vez que, na fase final do período anterior, a narração dá conta da intensificação de situações que configuram perseguição aos judeus.

Deste modo, adota-se a ascensão de Hitler ao poder como limite inaugural do período em causa, em virtude da ação governativa ter estado dominada pela perseguição e aniquilamento dos judeus, mas considera-se que as manifestações persecutórias narradas, ocorridas mesmo antes de Hitler tomar o poder, já se englobam neste período, uma vez que esses acontecimentos ocorrem sob a influência dos ideais de Hitler,

refletindo a reação popular às propostas do dirigente político e traduzindo-se o crescente apoio que Hitler colhe entre a população na intensificação da violência antissemita. A única diferença reside no facto de a perseguição aos judeus ainda não estar institucionalizada. Mas o ambiente social que se vivia na fase imediatamente anterior à chegada de Hitler ao poder já estava impregnado de muitas das ideias que depois serão formalmente instituídas e sujeitas inclusive a abordagens mais radicais.

A representação do período das perseguições e do extermínio está dominada pela destruição e pela morte, sendo os judeus alvo de violência física, psicológica e verbal, levada a cabo com vista à eliminação física do indivíduo do espaço germânico, à irradicação dos vestígios identitários da sua comunidade da sociedade alemã e ao desaparecimento da presença e influência judaicas nas estruturas económicas, sociais e culturais do território germânico. Este período é marcado por um projeto que evoluiu da exclusão social do indivíduo para o extermínio completo da comunidade. «São tempos sombrios» (SCE: 69) é a caracterização genérica que *Good Old Man* faz desta época.

Nos parágrafos seguintes abordar-se-ão separadamente as situações de perseguição, extermínio e fuga.

A perseguição é a situação mais explorada nos romances de Ilse Losa relativamente a este período e abarca uma pluralidade de manifestações. A normalidade da vida quotidiana das personagens judias foi afetada pela chegada de Hitler ao poder e pela implementação das medidas legais antissemitas, embora nas narrativas nunca haja explicitamente referência às leis de Nuremberga, que restringiram a participação dos judeus na vida pública alemã, privando-os dos seus direitos cívicos e políticos, existindo sim situações que refletem algumas das disposições daquele quadro legal, conforme veremos.

O retrato traçado por Johann, em carta a Jutta, acerca das manifestações públicas de regozijo pela ascensão de Hitler ao poder e as imediatas alterações visíveis na vida quotidiana, é elucidativo da nova fase que se viverá na Alemanha:

Milhares de pessoas uniformizadas marcharam, ainda na mesma noite, pelas ruas, com archotes na mão. Gritavam: *Sieg Heil* e, embriagadas de alegria, cantavam estranhos hinos. Nunca cá se viu tal coisa. (...) Muitas pessoas erguiam os braços, mas outras estavam como eu, com cara aborrecida e espantada. (...) Fala-se muito em raça pura, e os Judeus são assaltados por onde quer que andem. No armazém já há quem não cumprimente o Bernstein e ele chega a entrar de olhar fixo no chão como se tivesse

medo ou vergonha. (...) Quando ontem Bella Rosenstock apareceu na cantina, o Brentano e mais outros colegas saíram em sinal de protesto. Hoje, nem ela nem o Hirsch lá comeram. (RSP: 132-133)

Também em *O mundo em que vivi* se relata este acontecimento, focando a narradora os mesmos aspetos, mas sobressaindo nesta narração mais o carácter belicista e opressivo da marcha, uma vez que é vista segundo a ótica de quem é o alvo dessas manifestações:

Nessa noite marcharam as tropas de uniforme castanho. Em cada mão um archote. Em cada boca um grito de entusiasmo. Braços erguidos. Botas, botas, botas a bater no pavimento, num ritmo igual, sempre igual. Os archotes, o mar de chamas, o ritmo das botas. Gritos. Canções. Vitória! (MV: 183)

Pela relevância que têm no desenrolar das histórias, este episódio é narrado em ambas narrativas, tal como ocorre com outros acontecimentos tidos como fundamentais para caracterizar este período, depreendendo-se deles o ambiente geral vivido.

Este episódio fecha a terceira parte de *O mundo em que vivi*, quando a tempestade está sobre a cabeça de Rose Frankfurter: «Agora está mesmo por cima de nós!» (MV: 184). Como Ana Isabel Marques (2001) refere, a progressão da ação em *O mundo em que vivi* é dominada, a partir da terceira parte, pela metáfora da tempestade, reveladora da radicalização do discurso e das ações contra os judeus e prenunciadora dos acontecimentos fatídicos por vir.

Mas como Jutta contou à família Finkelberg, «havia bastante tempo que os nazis, de uniforme castanho, andavam por toda a parte a fazer comícios e distúrbios» (RSP: 132), passando os judeus a estar expostos a todo o tipo de ofensas e agressões, um clima geral de insegurança, onde as «cenas desagradáveis» (RSP: 122) e os incidentes sucediam-se e tornaram-se rotineiramente «o pão nosso de cada dia» (RSP: 122). Johann sintetiza na mesma carta que «tudo o que se está fazendo cá é horrivelmente arbitrário; não se veem razões, nem se encontra justificação» (RSP: 133).

A política nazi de discriminação, segregação e perseguição dos judeus pretendia arredá-los da vida pública alemã, afetando a própria vida pessoal. Era a sua existência que era posta em causa. As medidas antissemitas adotadas repercutiram-se em todos os âmbitos da vida, refletindo-se tanto na esfera pública como privada. Era convicção de

Ethel, judia inglesa de ascendência polaca, irmã de Lea Finkelberg, que «essa gente na Alemanha tem um programa em que está incluída a perseguição aos judeus» (RSP: 131).

As medidas antissemitas retiraram todos direitos aos judeus, privando-os da própria cidadania alemã. Na qualidade de refugiado no Porto, Josef Berger refere por diversas vezes a sua condição de «alemão sem passaporte» (SCE: 29) e, já antes de ter saído da Alemanha, fora privado de frequentar a universidade (SCE: 29), tendo cursado medicina apenas durante dois semestres. Por outro lado, como o pai lhe afirmara, também «os empregos ainda permitidos a filhos de pai judeu são bem poucos e sem futuro» (SCE: 33). As perturbações na vida diária dos judeus fazem-se sentir a todos os níveis: a mãe de Rose era «frequentemente insultada nas lojas quando fazia compras» (MV: 156).

O ataque aos judeus não se ficava pelo insulto verbal, mas ameaçava a integridade física dos indivíduos, como se verifica nos diversos relatos de agressões físicas, existentes nas três narrativas, de que a agressão a Josef Berger, em *Sob céus estranhos*, é a mais significativa, pois é a única referente a uma personagem relevante das narrativas losianas, mas também porque é reiteradamente referida pelo narrador (SCE: 32).

O encarceramento era outra forma de perseguição dos indivíduos e são diversas as situações narradas: no conto *O Concerto*, o pianista Peter Kahn é levado por três homens, momentos antes de dar um concerto na Associação de Cultura Musical, que teria lugar no próprio «dia do grande boicote» (CSD: 23); em *Sob céus estranhos*, a senhora Grünbaum, uma refugiada alemã, conta que «[se] encontrava na Holanda» (SCE: 113) «quando os *uniformizados* o foram buscar [ao marido]» (SCE: 113), ou «uma mulher nova, grávida, e com duas crianças a encostarem-se a ela» (SCE: 75) cujo «o meu marido está preso em Gurs» (SCE: 75), apenas para referir alguns exemplos.

A sede da Gestapo, em Berlim, instituição criada pelos nazis, aparece, em *O mundo em que vivi*, quando Rose lá vai, como um espaço grande e organizado, onde tudo está sob controlo. Mas para a vítima é um labirinto, porque está confusa e abatida.

Mas a perseguição aos judeus também reveste a forma de ataque à propriedade, tanto o património privado como os estabelecimentos comerciais. Procurou-se destruir a participação judaica na economia alemã, eliminando os lucros que obtinham nas

transações comerciais realizadas com a população ariana. Esse ataque começava pela inscrição do «grande J» nas montras das lojas, identificando os estabelecimentos comerciais em causa (SCE: 56), passando depois ou pela sua destruição física ou pela asfixia financeira resultante da falta de clientela, como ocorreu no boicote de um de abril às suas «casas comerciais na Alemanha» (RSP: 140), em «protesto contra a agitação internacional judaica» (RSP: 140), ou ainda pela confiscação do negócio, revertendo os bens expropriados para o Estado, que assim se fortalece, conforme ocorreu com a senhora Teich (SCE: 65) e com outras vítimas referidas.

No boicote mencionado houve recurso a estratégias de intimidação que pretendiam coagir a população a aderir à causa: «Fotógrafos estarão nas ruas para filmar as pessoas que se atreverem a entrar em lojas de judeus, e projectar-se-ão os filmes em todos os cinemas» (RSP: 140).

O regime de Hitler introduziu no quotidiano a impunidade dos agressores face aos crimes cometidos, transparecendo este estado geral nas três narrativas. Os nazis institucionalizaram o medo e a repressão como meios de alcançar os fins.

O objetivo final era privar a população judaica de meios de subsistência, transformando a sua existência diária impossível e, deste modo, incentivava-se a emigração dos judeus.

O regime nazi pretendia expulsar judeus da Alemanha mas não lhes era permitido levar dinheiro, forçando-os a trocar a vida pelo património (SCE: 41). Refugiados abastados como Lindomonte e Mündel anteciparam-se às medidas nazis, saindo da Alemanha com os seus bens.

Para conseguir a segregação total da população judaica, o regime de Hitler não se limitou a produzir legislação que impunha aos judeus um tratamento discriminatório, como também proibiu qualquer relacionamento entre judeus e arianos, afetando profundamente as relações sociais entre os indivíduos ao nível do convívio, das amizades, dos tratos profissionais e comerciais como também a nível das relações afetivas. Encontram-se na pensão da mãe de Rose situações que refletem a proibição de trato entre judeus e arianos a vários níveis: a hóspede fraulein Braun saía com o senhor Kahn, por ele ser bonito, sem se importar que ele fosse judeu, mas «o amigo [de Fräulein Braun], membro do partido nacional-socialista, não via com bons olhos que ela

estivesse hospedada na pensão duma judia» (MV: 158), pelo que saiu da pensão e deixou de se relacionar com o senhor Kahn.

A sociedade civil, nomeadamente os apoiantes do regime, transformou-se em agente controladora do efetivo cumprimento das medidas implementadas, denunciando os incumprimentos ou encargando-se pelos próprios meios de as fazer cumprir, criando um clima de suspeição.

A proibição dos relacionamentos amorosos entre indivíduos arianos e semitas e nomeadamente a proibição de casamentos mistos, como o dos pais de Josef Berger, irá afetar a vida privada. Estava em causa a manutenção da pureza do sangue ariano e qualquer quebra era vista como um crime. Os descendentes de uniões mistas eram apelidados de bastardos, por não se reconhecer a legitimidade de tais uniões. Os filhos de um progenitor judeus, como é o caso de Josef Berger, são considerados judeus e sujeitos ao mesmo tratamento que os indivíduos inteiramente judeus, pelo que o pai desta personagem lhe afirma que «nem sequer a tua mãe te pode valer» (SCE: 33).

Nas três narrativas losianas existem diversos casais mistos que mantiveram relações amorosas, expostas a variadas pressões externas, nomeadamente dos familiares, e que tiveram destinos diferentes em resultado das escolhas feitas pelos próprios. A família e a sociedade surgem como facilitadores ou dificultadores dos relacionamentos entre judeus e arianos.

Apesar da oposição dos pais, Lilli, a amiga de Selma Frankfurter e professora de piano de Rose, casou com o ator judeu Richard Brent, não tendo nunca mais tido contacto com os pais, mas o casal concretizou o seu desejo, vivendo a vida em consonância com a própria vontade (MV: 82). O matrimónio da tia Helga, irmã mais nova da mãe de Rose, com o aristocrata von Reichenstein, de Munique, pertencente a uma «velha família fidalga», contou com a oposição de ambas famílias (MV: 86).

Pelo contrário, no caso de Werner Levy, filho do dono da sapataria, que casou com Hildegard, uma jovem cristã, filha do relojoeiro, senhor Stepper, a união foi bem-sucedida, tendo o casal tido como descendente um «menino prodígio» (MV: 101). A narradora destaca a propósito desta relação a posição do pai de Hildegard: «O sr. Stepper, o relojoeiro, não se incomodava com o facto de o namorado da filha ser judeu. Constava ser um homem liberal e, nesse tempo, isso significava elogio.» (MV: 100).

Este é um dos casamentos mistos reveladores de como era possível a convivência entre as duas comunidades. Também no caso do tio Franz, irmão do pai de Rose, que casa com Marie, uma mulher não judia, o relacionamento é aceite pela família, mas o matrimónio é destruído pela Segunda Guerra Mundial.

O contraponto a este cenário de oposição aos relacionamentos mistos entre judeus e arianos são as relações que ocorrem noutros espaços geográficos ou noutros tempos como, por exemplo, ocorre na América, onde os tios paternos de Rose, Josef e Gertrud, casaram com cidadãos americanos não pertencentes à comunidade judaica e com os pais de Josef Berger na Alemanha mas num tempo passado. Do mesmo modo, em *Sob céus estranhos*, o matrimónio de Josef (ou José) Berger com Teresa revela que a segregação social dos judeus não tem lugar em Portugal.

Destaque-se que, face à perseguição movida pelos homens, as vítimas salientam a harmonia que sentem no contacto com a Natureza, encontrando aí o refúgio que os homens lhes negam. O ataque a Josef Berger contrastou com o tempo e o espaço em que ocorreu: num «tranquilo dia» de primavera, no meio do campo (SCE: 32). Também Rose Frankfurter, em *O mundo em que vivi*, se sentia em paz quando estava no meio da Natureza.

O extermínio constituiu uma etapa mais radical no processo de resolução da «questão judaica», já não pelo simples afastamento dos judeus do espaço vital germânico através do incentivo à emigração ou pela saída sob coação. As referências a situações de extermínio ocorrem apenas nos romances *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos*, mas são alusões a eventos que não fazem parte da diegese e que ocorreram com outras pessoas que não as personagens.

Em *O mundo em que vivi*, a alusão ao tempo do Holocausto faz-se pelo recurso à prolepse, pois a narradora relata a sua história passada, a partir do presente da narração, mas narra-a segunda a visão da criança que fora e seguindo a sequência cronológica da vida. O seguinte exemplo é a este respeito ilustrativo, pois é a primeira referência que ocorre na narrativa ao Holocausto:

Havia de chegar o tempo em que o espectáculo da neve não me inspirava senão tristeza por saber os amigos a morrer de frio em campos de concentração. Mas como adivinhar isso nessa época, (...) e eu vivia despreocupada como toda a gente (MV: 60)

Entre o passado da história e o presente da narração, houve um tempo antecipadamente insuspeito, dominado pelo espectro da morte e personificado pelos campos de concentração.

Em *Sob céus estranhos*, narrando-se o percurso do refugiado judeu a partir do tempo presente, a evocação de acontecimentos de aniquilamento de vítimas faz-se pelo recurso à analepse, pois eles constituem eventos do passado.

Neste romance, as referências ao extermínio de crianças são insistentes, particularmente chocantes pela crueldade envolvida em tal crime. As crianças são seres inocentes e, por outro lado, indefesos, pelo que a ação dos nazis se revela mais brutal e incompreensível e o narrador manifesta-se atónito quanto à atitude dos nazis face às crianças judias (SCE: 17-18).

A referência a atos de genocídio é muitas vezes associada aos efeitos que provocaram no sujeito que os testemunhou: «Seria outro se não soubesse do massacre de inocentes que os meus compatriotas levaram a cabo» (SCE: 17).

Os perpetradores dos crimes queriam desumanizar as suas vítimas, mas estas mantêm gestos de humanidade e de solidariedade, ao passo que os nazis perdem essas qualidades. O seguinte excerto é a este respeito significativo:

«Porque, se eu não o soubesse, como poderia imaginar que eles eram capazes de organizar tal carnificina, se sempre os vira sorrir com ternura para as crianças? Se para eles, como para toda a gente, a criança representava uma esperança colectiva, um sentimento inefável: a nostalgia, as oportunidades perdidas, tudo aquilo que poderia ter sido e poderia ainda ser: a outra possibilidade. Tudo isso os comovia, aos meus compatriotas. Assim, quem os teria julgado capazes de matar crianças?» (SCE: 17-18)

A simpatia dos nazis pelas crianças limita-se às crianças arianas. Pelo contrário, as crianças judias não são vistas como crianças mas como judeus, portanto, inimigos.

Os narradores de ambas narrativas têm conhecimento desses atos, porque as vítimas são suas conhecidas ou receberam o testemunho de quem as conheceu. Nestas narrativas são poucas as vítimas do extermínio nazis, sucumbidas nos campos de concentração, que são identificadas. Em *O mundo em que vivi*, a alusão às vítimas faz-se em termos genéricos e impessoais («os amigos»). Pelo contrário, em *Sob céus estranhos*, algumas vítimas do genocídio são identificadas ou pelo menos a referência a elas é feita de forma mais individualizada: o rabino Reh que fez Josef Berger sair da

Alemanha (SCE: 36), «uma criança (...), cujos pais agonizavam num campo de concentração na Polónia» (SCE: 66), ou a personagem Sofia do conto *Encontro no Outono, ou O que Paula me contou* (CSD: 153).

As alusões aos campos de concentração fazem-se de forma genérica, referindo-se apenas os nomes (campo de concentração, Auschwitz e Buchenwald) ou traçando-se uma breve caracterização sintética do lugar: «antes que fosse deportado (...)» (SCE: 26); «viria a terminar na câmara de gás» (SCE: 36); «Isto faz parte do progresso (...) Tal como os campos de concentração» (SCE: 40-41); «uma professora de línguas com uma criança pela mão, cujos pais agonizavam num campo de concentração na Polónia do qual só mais tarde chegamos a saber a denominação, Auschwitz;» (SCE: 66); «o velho rabino Reh da minha cidade foi assassinado na câmara de gás em Auschwitz» (SCE: 69), «as atrocidades nos campos de concentração» (SCE: 92) e «afeiçoei-me a ela. Marie morreu. No fim da guerra o seu nome figurou, burocraticamente, entre os dos mortos em Buchenwald» (MV: 113).

Com a referência a estes espaços pretende-se dar apenas uma imagem geral dos acontecimentos aí ocorridos.

O relato da viagem de *Good Old Man* (SCE: 27) até Lisboa decorreu em condições parecidas às deportações para os campos de concentração, pelo que, na obra de Ilse Losa, a narração deste episódio é aquele que apresenta mais semelhanças com as narrativas de outros autores, como Primo Levi ou Imre Kertész, que relatam as viagens a caminho dos campos de concentração.

A fuga das vítimas do nazismo do território germânico ou de territórios sob ocupação alemã para territórios livres converte-as em refugiados, que passa a ser outra das consequências decorrentes da implementação da política de perseguição aos judeus. Este aspeto é explorado no romance *Sob céus estranhos*.

A experiência do refugiado ainda se integra no período do Holocausto propriamente dito, pois este ainda luta por sobreviver, não tendo garantida a sobrevivência, pelo que continua a ser vítimas. Os refugiados encontram-se de passagem por Portugal, em busca de um destino onde se possam exilar e refazer a vida, vivendo um quotidiano doloroso, repleto de carências e incertezas: «era tudo menos simples» (SCE: 11). A passagem deste período ao seguinte, o do pós-Holocausto, só

ocorre quando a personagem começa a reconstruir a sua vida, quando volta a dispor da capacidade de tomar decisões por si mesmo.

A fuga aos nazis origina uma avalanche de refugiados (SCE: 72) em Portugal, pois «de dia para dia estão a chegar mais alemães» (SCE: 13), que «fogem aos milhares da terra deles» (SCE: 13). Este «estranhamente heterogéneo grupo» (SCE: 66) de refugiados, «em permanente mutação» (SCE: 64), em que «a maior parte das que por aqui haviam passado já tinham seguido caminho para outras terras» (SCE: 55). Esta multidão não tem ocupação, pelo que se mantêm pelos cafés todo o dia (SCE: 15), o que suscita incompreensão por parte da população local sobre a sua situação. A estada permanente dos refugiados nos cafés originou a própria designação de «mesa dos refugiados» (SCE: 63), indiciando quer a frequência constante quer o número de «convivas». Por outro lado, o dia dos refugiados preenchia-se na azáfama das idas às delegações estrangeiras em busca de vistos que lhes permitissem continuar viagem: «Temos andado de consulado em consulado, mas até agora em vão» (SCE: 75). A existência dos refugiados resumia-se à preocupação em arranjar um visto nas delegações estrangeiras em Portugal ou em receber o visto e a fiança dos familiares residentes no estrangeiro. A vida do refugiado reduzia-se à vivência do presente, sendo o futuro uma miragem longínqua.

Pela narrativa desfila um grande número de personagens refugiadas, cada uma com o seu drama, «embora tais histórias se assemelhassem umas às outras» (SCE: 56). A diferença entre as histórias de cada refugiado permitem criar um conjunto que espelha globalmente as situações pelas quais os refugiados passam. O grupo de refugiados que desfila pela narrativa é sobretudo constituído por pessoas idosas, física e psicológica debilitadas, crianças e mulheres. O narrador não destaca outros homens jovens e com boa condição física como Josef Berger. Sobressaem os indivíduos mais débeis, mais desamparados e mais expostos às desventuras: a «mulher sem notícias do marido» (SCE: 56) ou «uma mulher nova, grávida, e com duas crianças a encostarem-se a ela» (SCE: 75).

A chegada e partida constante de indivíduos dá a noção de que o Holocausto foi um fenómeno social de grande dimensão e está na origem da falta de memória do narrador sobre todos com quem contactou, confessando por diversas vezes essas lacunas da memória: «Dos demais não me lembro» (SCE: 66). O narrador apenas fixou aspetos

genéricos e um ou outro acontecimento mais significativo. Por outro lado, a memória, que reteve daqueles que pelo Porto passaram, assenta sobretudo em referências de cariz geográfico. Assim, temos o jovem polaco, a velha refugiada austríaca, a senhora de Praga. A propósito do encontro em casa dos Mündel, o narrador afirma

Apresentámo-nos e acrescentamos o nome da cidade ou da aldeia de onde tínhamos vindo, o que sempre se fazia para eventualmente chegar a conhecer o destino de amigos ou parentes comuns. (SCE: 67)

Apesar de estarem fisicamente afastados do perigo imediato, a precariedade domina ainda a vida dos refugiados ao nível do alojamento (SCE: 41; 49), da alimentação (SCE: 53), do procedimento rigoroso das autoridades portuguesas (SCE: 72) e da incompreensão da população local (SCE: 55). A própria existência diária dos refugiados em Portugal não é igual para todos, dependendo das condições económicas e da altura em que entraram no país (SCE: 36; 66; 72). Josef Berger tinha a autorização de permanência renovada de trinta em trinta dias, ao passo que os refugiados chegados após a alteração da legislação portuguesa tinham a vida mais dificultada em virtude da atuação mais rigorosa das autoridades lusas. O zelo das autoridades no cumprimento da nova legislação pode levar os refugiados à prisão ou para um centro de acolhimento como ocorreu, no primeiro caso, com poeta Goldberg (SCE: 76) e, no segundo, com a senhora Grünbaum que «fora obrigada a partir, mais o seu caixote, para as Caldas da Rainha onde, por falta de espaço nas prisões, a Polícia Internacional concentrou, até ao desfecho da guerra, os fugitivos à espera de vistos ou de outra solução para a sua vida» (SCE: 133).

Os refugiados adotam todas as estratégias ao seu alcance com vista a ultrapassarem as carências diárias com que se deparam, como Josef Berger que dava explicações de alemão ou a velha refugiada austríaca que emprestava livros da biblioteca familiar que parcialmente salvara, que «apanhava malhas» e «envernizava unhas» (SCE: 63). A necessidade obrigava-os a não olhar a preconceitos como «esta ou aquela rapariga se entregar a entidades influentes para conseguir a autorização de residência por mais um mês» (SCE: 56).

Outros aspeto abordado em *Sob céus estranhos* e respeitante a este período é o trauma que as vítimas que chegam a Portugal consigo carregam. Observe-se o seguinte excerto bem ilustrativo:

Acontecia chegarem prisioneiros de campos de concentração (...) Vinham acabrunhados, esfomeados como bichos, humilhados até à ira ou à apatia ou tomados desse azedume peculiar das pessoas que estão em disputa com o seu destino por saberem que o fantasma da abjeção infernal se intrometerá, para sempre, com riso de escárnio, entre elas e o mais breve momento de alegria e de despreocupação, condenando-as ao tormento das angústias, das visões macabras, da descrença em Deus e nos homens. Ainda dominados pelo medo e pelas ameaças, suspeitando em cada indivíduo um criminoso ou um denunciante (SCE: 88)

O trauma das vítimas reflete-se nas relações que mantêm com os demais, mesmo com outras vítimas, como aconteceu no barco que levou *Good Old Man* para a América em que conforme o próprio relatou «os passageiros assemelhavam-se a bichos perseguidos, e as adversidades dominavam-nos ao ponto de nem conseguirem ser simpáticos uns para os outros» (SCE: 26). O trauma deve-se ao que viveram mas também ao que viram ocorrer a terceiros.

A representação do período da perseguição e do extermínio é aquele que assenta mais na narração de episódios vinculados com factos históricos específicos, cuja singularidade marca precisamente esta época, sem os quais este período histórico não existiria. É o caso, por exemplo, de episódios como as marchas comemorativas da subida de Hitler ao poder (dez de janeiro de 1933) ou o boicote aos estabelecimentos comerciais judaicos (um de abril de 1933). Dos três períodos em que sustentamos a nossa interpretação do Holocausto (as fases antes, durante e após o Holocausto), é nesta que constatamos que a representação está mais associada a factos históricos particulares. Nas outras fases, a representação firma-se mais na criação de uma ambiência geral que permite dar conta daquilo que as vítimas viveram do que no destaque de factos históricos precisos. O que desses períodos sobressai é o clima geral vivido.

Este aspeto está intimamente associado à questão da (in)capacidade da narrativa do Holocausto relatar com exatidão e precisão os factos históricos. Como Lawrence Langer afirma, o que interessa não é reproduzir exaustiva e absolutamente os factos históricos — tarefa a vários títulos impossível —, mas fazer sobressair o clima geral que

se viveu (1995: 75-87). A autora e sobrevivente do Holocausto Charlotte Delbo faz, a este propósito, a distinção entre narrar factos tidos como verdade e narrar factos verídicos, ressaltando que os que narrou são verídicos, embora não tenha a certeza que correspondam à verdade.

Os factos que definem este período como um momento particular, com características singulares, integralmente distintas das dos períodos que lhe antecederam e sucederam, não contavam na altura dos acontecimentos nem nos anos imediatamente posteriores com uma designação que os particularisasse, pelo que a referência aos factos históricos do Holocausto se fazem na obra de Ilse Losa através de expressões como «grande tempestade», calamidade ou catástrofe.

### **2.3. A vida no exílio**

O estudo da vida das vítimas no período do exílio exige que se comece por estabelecer a linha divisória entre o período das perseguições e do extermínio e o período pós-Holocausto.

Esta questão coloca-se em *Sob céus estranhos*, cuja ação decorre na cidade do Porto, num tempo que medeia entre o decurso da Segunda Guerra Mundial, período temporal em que se integram os factos correspondentes ao que se entende por Holocausto, e o período temporal posterior ao conflito mundial. Os momentos relativos aos períodos durante e após o Holocausto coexistem nesta narrativa. A personagem Josef Berger encarna sucessivamente os dois papéis: o de refugiado que se encontra em trânsito por Portugal, em busca dos documentos que lhe permitam seguir caminho para o seu ansiado destino final — a América —, onde pretende refazer a vida, e o de cidadão estrangeiro que decide estabelecer-se no Porto e reconstruir aí a sua vida, integrando-se na sociedade local.

A capacidade de tomar decisões baseadas na livre escolha do próprio afigura-se o critério que melhor sustenta a delimitação entre os dois períodos. As condições em que decorre a vida de Josef Berger nestas duas fases são distintas e a aptidão para poder fazer escolhas apresenta-se como o pilar estrutural desta última.

O exílio e a diáspora são experiências que muitas das vítimas sobreviventes do Holocausto enfrentam no período posterior à hecatombe, embora também haja vítimas que decidiram regressar para a terra natal, como foi o caso de Cristina Weber, personagem do conto *Encontro no Outono, ou O que Paula me contou*, que trabalha na Emissora do Sul, em Estugarda, e anteriormente, na BBC, em Londres, para onde fugira com o marido «não ariano», morto em combate, em Tobruk, lutando contra as tropas alemães, pelo que Ludovica destaca o facto de ter lutado «na guerra contra nós» (CSD: 169). Também em *Sob céus estranhos*, «a velha refugiada austríaca» tencionava voltar para a sua terra natal mal a onda de violência contra a população judaica cessasse (SCE: 114).

Mas, na obra losiana, a representação do tempo pós-Holocausto está sobretudo associada ao exílio. Este período temporal corresponde ao tempo do renascimento e da esperança e caracteriza-se pela procura da reconstrução da vida e pela superação do trauma da experiência vivida.

Em *Sob céus estranhos*, Josef Berger consegue recuperar as condições afetivas e materiais propiciadoras para a reconstrução da vida, ressurgindo o amor, a família, o sonho e a esperança, elementos essenciais na vida do ser humano, indispensáveis para a sua plena realização.

É o tempo da refundação da vida e da tradição, o ressurgimento daquilo que fora dizimado durante a fase de morte e destruição. Um ressurgimento que tem lugar num novo contexto espácio-temporal e envolvendo novas pessoas, não se recuperando a realidade anterior ao Holocausto, definitivamente perdida, mas reconstruindo a vida e preenchendo-a com novas pessoas e novas experiências que devolvem a felicidade. A existência humana erige-se sobre sonhos e esperança, que espelham a liberdade do sujeito de fazer escolhas e de tomar decisões.

Ao contrário desta personagem, as outras personagens refugiadas, que Josef Berger conhece nos espaços públicos portuenses e com quem estabelece contacto por períodos de tempo curtos, não vivem os seus dias no Porto sob o signo da reconstrução como ele viverá a partir de determinada altura. As suas existências decorrem ainda sob o signo da fuga, vivendo o calvário do tempo do Holocausto, em que o narrador dá conta da permanente movimentação dos refugiados, que constantemente chegam e

partem, aparecem e desaparecem, num vai-e-vém de gente sem destino, cujas existências estão dominadas pela incerteza.

*Sob céus estranhos* inicia-se com o protagonista Josef Berger a aguardar que a esposa Teresa, uma jovem portuense, dê à luz o primeiro filho do casal. A espera propicia-lhe um exercício de rememoração do passado, avaliando o percurso feito desde os tempos anteriores ao Holocausto, quando levava uma amena existência no seio da família, composta pelos pais e pelo irmão Tony, até ao presente, em que o futuro é novamente possível graças ao aparecimento de Teresa, que lhe reavivou a esperança e o sonho de viver, passando pelos tempos difíceis da intensificação dos atos antissemitas no quotidiano alemão e da chegada ao Porto como refugiado, onde teve de levar uma existência em condições difíceis, como verificámos no subcapítulo anterior.

A desistência de continuar viagem para a América começa a desenhar-se quando se apaixona por Hannah, num momento em que já estavam reunidas as condições para prosseguir a viagem, pois o irmão «mandou uma fiança de se lhe tirar o chapéu» (SCE: 69). Depois conhece Teresa e a sua vida passa a ser dominada pela vontade de permanecer junto dela, de casar e constituir família e, deste modo, criar raízes num novo espaço. A fixação em Portugal surge assim como uma opção viável. Este desejo é acompanhado pelo aportuguesamento do próprio nome que passa do alemão Josef ao português José, num claro sinal de procura da integração na nova sociedade, mais do que vontade de colmatar a dificuldade dos portugueses em pronunciarem o nome alemão. No conto *Retta ou Os ciúmes da morte*, o aportuguesamento do nome da personagem Franz, convertido em França, partiu, não da própria personagem, mas da iniciativa do engraxador, sendo de qualquer modo uma forma de reforçar a integração na sociedade local (CSD: 135). Neste caso, o aportuguesamento do nome talvez seja mais um gesto de o integrarem do que de a personagem se integrar.

O tempo pós-Holocausto revela-se para as personagens que foram refugiadas um tempo repleto de dilemas, centrados sobretudo na questão da pertença a que terra e da dúvida sobre a reconstrução da vida em que local. Josef Berger defronta-se com o dilema de ficar ou partir, encontrando em ambos os espaços – a terra natal e a terra adotiva – vantagens e desvantagens, mas nenhum lugar parece oferecer a possibilidade de realização plena. Ele debate-se entre a inadaptação à nova realidade (ou o sentimento de incapacidade de atingir a integração plena) e a recusa em regressarem à pátria. Neste

sentido, o tempo posterior à «grande tempestade», usando as palavras da narradora de *O mundo em que vivi*, pode constituir a continuação da crise instalada nas suas vidas com o surgimento do nazismo: ultrapassado o perigo de extermínio físico, persiste a crise identitária que os impede de refazerem as suas vidas plenamente. Está-se perante um tempo que pode ser de dilemas, alguns complicados, mas, por muito difícil que sejam as decisões, as personagens têm a possibilidade de escolher, de agir de acordo com a própria vontade, ao contrário da fase anterior.

Josef Berger apresenta-se como um homem dividido, um homem que tem muitas dúvidas sobre a sua existência e poucas certezas: a que terra pertence? um pouco a todas? a nenhuma? A personagem questiona-se acerca do significado que diversos espaços físicos e sociais têm para si: Portugal é a terra de acolhimento, que o recebeu, mas que não sente como sua; a Alemanha foi a sua pátria, com a qual já não se identifica; poderá optar por um terceiro espaço, idealmente concebido para refazer a vida, mas nada garante que o dilema desapareça.

A relação do refugiado com a terra de acolhimento é uma ligação complexa. Por um lado, porque o indivíduo estrangeiro não deixa de ver a terra adotiva segundo uma ótica externa, cotejando as práticas locais com as da terra natal, donde sobressai a estranheza face à realidade local. O seu olhar, afetivamente desvinculado do objeto observado, é sempre crítico.

Por outro lado, o estrangeiro é tolerado pelos locais, mas nunca se integra plenamente. Desse modo, a visão externa e crítica que tem da terra de acolhimento nunca é ultrapassada, uma vez que a relação com a nova realidade nunca resulta de laços afetivos. A sua integração consolidar-se-á por meio dos sonhos que leva a cabo na terra de acolhimento.

A fixação na terra de acolhimento dá origem a saudades da terra natal, muitas vezes vinculadas sobretudo à recordação de momentos passados, de pessoas queridas, de iguarias gastronómicas prediletas. Trata-se mais da nostalgia das vivências pretéritas do que nostalgia da pátria e dos espaços aí reconstruídos, que se revelam vazios face à ausência de memórias que os conecte com o sujeito:

Sempre que se aproximava a Primavera não podia deixar de sentir a nostalgia dos dias muito frios em que o assombrava a luta da primeira campânula com a terra ainda coberta de neve, a vitória do frágil rebento sobre a morte. (SCE: 9)

O encontro com Teresa significou o renascimento do amor, que o capacitou para reedificar a vida, num novo contexto e em novas circunstâncias. O facto de ele refazer a vida com uma mulher oriunda de outro espaço, que não partilha a memória dos trágicos acontecimentos que experienciou, permite-lhe recriar a vida alicerçando-a noutros valores, não significando isto, contudo, que ele tenha esquecido tudo por quanto passou.

Ao contrário do relacionamento com Teresa, a anterior relação amorosa com a judia alemã Hannah, primeira manifestação do renascimento da vida de Josef após a experiência traumática, centrava-se ainda nas situações anteriormente vividas por ambos amantes, pelo que a refundação das suas existências ainda estaria profundamente ligada ao passado, mais voltada para o passado do que para o futuro. Só o relacionamento com Teresa lhe permite estabelecer verdadeiramente raízes no espaço lusófono.

O futuro da personagem Josef Berger firma-se no amor e na constituição da família, na qual o filho representa a continuidade por ser a geração seguinte, reestabelecendo-se a tradição familiar. O nascimento do filho em solo português e, portanto, com plena cidadania portuguesa, é o modo como Josef Berger melhor afirma a sua integração na sociedade portuguesa, pois o filho é o seu prolongamento, mas, ao contrário do pai, está enraizado em Portugal.

A ligação de Josef a Portugal faz-se sobretudo através dos laços familiares que criou. A hipótese de se ir embora continuava a pairar no ar, caso a esposa e o filho morressem no parto, ficando a personagem novamente sem vínculos que o prendessem a Portugal, ou seja, ficando de novo completamente desenraizado, donde se depreende que os vínculos do exilado à terra de acolhimento são sempre ténues.

Josef Berger estrutura a vida futura com base nos sonhos que ambiciona concretizar. O sonho e a capacidade de agir em conformidade com ele, por forma a concretizá-lo, dominam esta fase da vida da personagem. Josef e Teresa desejam ter descendentes, uma casa, uma livraria e posteriormente transformá-la também em editora.

Os sonhos não incidem apenas sobre a realização pessoal e a melhoria das condições de vida – uma casa, um negócio -, procuram igualmente contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que estão integrados. Josef, o estrangeiro que se fixou em Portugal, pretende retribuir o gesto do país de acolhimento, cooperando no enriquecimento cultural do país, através da disponibilização de traduções de obras

literárias estrangeiras, possibilitando ao público português o acesso às correntes literárias e culturais em voga no estrangeiro. Josef Berger integra-se na vida portuguesa também através daquilo que lhe oferece.

O renascimento da vida de Josef Berger alicerça-se assim também em torno do mundo dos livros e da literatura, em sumo, do universo da fantasia e do sonho. Ao longo da narrativa, o narrador dá mostras do gosto que tem pela literatura, nomeadamente pela literatura germânica que corresponde à sua formação literária.

A permanência numa terra de acolhimento é acompanhada pela adoção de hábitos dessa terra, com vista a alcançar a integração. No conto *Retta ou Os ciúmes da morte*, a personagem França diz gostar dos vinhos portugueses, do vinho verde e de «um bom maduro tinto» (CSD: 139).

O tempo pós-Holocausto e pós-Segunda Guerra Mundial é também o tempo para se fazerem balanços, para que cada um veja o que perdeu com a catástrofe. Também neste âmbito, a realidade vivida não é sentida por todos do mesmo modo. As divisões são inevitáveis. Se as vítimas do Holocausto sentem aquilo que lhes aconteceu como uma injustiça, também os alemães arianos querem ultrapassar esta fase das suas vidas, dissociando a história do país daqueles eventos, na medida em que também sofreram e foram igualmente vítimas, embora ninguém pareça ter tal facto em conta. A ideia de ultrapassar o passado e de se alcançar a reconciliação não se apresenta como uma tarefa fácil de alcançar.

Perante as experiências traumatizantes, a vítima enfrenta diversos cenários possíveis: pode reconstruir a vida, tendo superado a experiência vivida; pode reconstruir a vida sem se ter superado completamente o trauma; e pode não conseguir reconstruir a vida, porque não superou o trauma.

Face ao trauma resultante da experiência vivida, o tempo ulterior ao Holocausto tanto pode ser um tempo pós-traumático como continuar a ser o tempo traumático da fase anterior.

Márcio Seligmann-Silva considera que «estar no tempo “pós-catástrofe” significa habitar essas catástrofes» (2005: 63), no sentido em que as consequências traumáticas da catástrofe não desaparecem necessariamente como o fim da tragédia, mas podem perdurar, condicionando a existência futurodo sujeito e, por vezes, nunca serem mesmo superadas.

O tempo pós-Holocausto manifesta-se para muitas personagens um tempo traumático, pois não conseguem superar os traumas. O suicídio é uma das consequências, uma das formas de desistir da vida por não se ver solução para o problema que se vive. Em *Sob céus estranhos*, o escritor Egon Frank e o seu companheiro Hans suicidam-se em Santa Mónica, na Califórnia, quando já estavam numa terra que aparentemente era uma terra de felicidade. Mas a Egon Frank faltava-lhe o ambiente social e cultural da Alemanha natal, pelo que não consegue ultrapassar essa perda. Outras personagens deste romance sucumbem igualmente aos traumas vividos. Marta, a prisioneira, auxiliar do médico em Auschwitz, que se deparou com «um monte de cadáveres nus, acamados uns por cima dos outros como lenha» (SCE: 137-138) morreu com sinais de esgotamento. E a outra refugiada que contara ao narrador a história de Marta pereceu em consequência do «abuso de pastilhas tranquilizadoras» (SCE: 137).

Ainda que Josef Berger esteja a reconstruir a vida, há vestígios do trauma que perduram. Por diversas vezes o narrador rememora as agressões de que foi vítima na Alemanha nazi por parte dos seus compatriotas. Esta insistência na recordação da agressão é sinal do trauma que permaneceu. O episódio é várias vezes repetido, abordando-o o narrador sempre de perspetivas diferentes. O seguinte excerto frisa as consequências traumáticas advindas desse acontecimento:

Eu seria diferente sem os fanáticos desumanizados que me agrediram num tranquilo dia de Primavera. A sua brutalidade vive em mim, viverá sempre em mim, mas a minha inocência daquele momento, a dor e a minha solidão, por sua vez, vivem neles, por mais rudes e duros que possam ser. (SCE: 17)

A agressão passou a fazer parte da sua identidade. A vítima ficou marcada pela agressão, mas o agressor também ficou para sempre associado ao ato que cometeu e ao próprio sujeito agredido. Vítima e perpetrador estão irremediavelmente ligados para sempre. Para a vítima a agressão resultou em dor, em solidão e na perda da inocência. A brutalidade do agressor vive na vítima.

Sonhar reiteradamente com experiências desagradáveis do passado é outra manifestação do trauma, pois o sonho é a repetição da imagem que se quer esquecer. Tal facto ocorre, por exemplo, com a imagem do menino com «olhos aterrorizados» (SCE: 18). O narrador de *Sob céus estranhos* confessa a persistência dos sonhos

indesejados — «Depois de me perseguir em sonhos» (SCE: 18) —, mas essa omnipresença também se faz sentir através de outros sentidos como a audição: «não deixa de ressoar nos meus ouvidos» (SCE: 18).

Nos anteriores parágrafos ficou delineado o percurso seguido por Josef Berger no período pós-Holocausto e os dilemas inerentes a essa opção. Na mesma narrativa, outras personagens seguiram caminhos distintos. Assim, Tony, irmão de Josef Berger, refez a vida na América, para onde rumou mal a situação na Alemanha piorou, tendo sido bem-sucedido na vida, pois concretizou o sonho americano. Para ele, a América converteu-se no «país das possibilidades ilimitadas» (SCE: 33).

A capacidade de opção não se cingiu a Josef Berger, também as famílias abastadas como os Lindomonte e os Mündel, que vivem o exílio no Porto em condições de conforto muito distintas das da maioria dos refugiados, optam por trocar as terras lusas por outros destinos onde se sintam bem ambientados. Por exemplo, os Lindomonte irão «para o Brasil dentro de duas semanas» (SCE: 39), onde o chefe de família procurava «uma atmosfera que me desse a sensação de não ser totalmente estranho, o gosto de me sentir como em minha casa» (SCE: 40), pese embora a esposa preferisse ir para os Estados Unidos por lá encontrar «uma parcela da Europa» (SCE: 40).

Recorde-se que a América surge como o destino preferencial dos refugiados, embora também haja refugiados que pretendem seguir para outros destinos como a Argentina, o Uruguai, o Brasil ou a Austrália, consoante o país onde residem os familiares que os tentam ajudar. Particular significativa é a imagem da América na obra narrativa de Ilse Losa, onde surge como terra distante e desconhecida mas apelativa e sugestiva.

Em *O mundo em que vivi*, a narradora recorda como sonhava com terras distantes, desconhecidas mas atrativas — «encher os olhos e o coração de sonhos de terras distantes» (MV: 25). A vontade de viajar e o desejo de descobrir outros horizontes e outras gentes enraizava-se nomeadamente na tradição emigratória de alguns familiares, como os tios paternos Josef e Gertrud, que abandonaram a terra natal em busca da realização dos seus sonhos. O estrangeiro surgia como espaço potencialmente aliado, onde o sujeito poderia levar a cabo aquilo que na terra natal se

revela impossível: «Tinham deixado a casa quando novos para procurarem ser felizes noutras bandas» (MV: 11). A felicidade pode ser procurada e encontrada noutro lugar.

A fuga de Rose Frankfurter da Alemanha, tal como a saída de Josef Berger e a de todos os outros refugiados, revelariam que o estrangeiro se pode tornar o espaço de sobrevivência quando a terra natal a impede. Neste caso, não seria a realização dos sonhos pessoais, mas a própria sobrevivência. Enquanto nas situações anteriores, os atos dos seus protagonistas são fruto da própria vontade e resultam de uma escolha, no último caso, a saída da Alemanha foi uma imposição, ou a fuga forçada ou a morte.

Outro aspeto associado ao tempo pós-Holocausto como tempo da reconstrução da vida surge no romance *O mundo em que vivi*. O facto de o tempo da escrita, em que a narradora procede ao relato da história, corresponder a um tempo posterior ao tempo da história, permite identificar aquele com o período pós-Holocausto e a escrita da narrativa neste momento pós-catástrofe é uma manifestação de vitalidade. O tempo da escrita é o tempo em que a vida se reconstrói através da possibilidade de narrar aquilo que foi vivido e que ficou para trás, de dar forma ao passado testemunhando-o. O ato de narrar personifica assim a (re)criação de novos mundos, edificados a partir das cinzas da realidade anteriormente destruída. A escrita e a narração são vida, são atos fundadores que se projetam para o futuro, tal como a própria vida.

## **Capítulo 3 — Os atores da tragédia: quem é representado?**

### **3.1. As vítimas**

Na obra narrativa de Ilse Losa, os indivíduos pertencentes à comunidade judaica são as principais vítimas da ação governativa do regime nazi, embora os opositores políticos ao regime também sejam suas vítimas. Mas existe uma clara distinção entre a condição de vítima de uns e outros: enquanto os opositores políticos são perseguidos por assumirem abertamente a sua discordância face ao plano de ação do regime hitleriano, defendendo uma proposta de governação alternativa, pelo que constituem uma ameaça à permanência de Hitler no poder, os judeus são identificados como o alvo a eliminar da sociedade alemã por serem vistos como indivíduos de uma raça distinta da ariana e inferior (inclusive sub-humana), à qual se associa uma identidade cultural e religiosa própria, sendo percebidos como estrangeiros aos olhos dos arianos e, deste modo, uma ameaça à integridade da nação germânica.

Segundo a conceção dos perpetradores, a luta contra os judeus é uma ação legítima de reparação de um dano criado por estes, a restituição de uma situação original por eles desvirtuada. Hitler propõe-se irradiar a influência maléfica dos judeus na vida económica, social e cultural do país, devolvendo à nação a natureza genuinamente germânica. Mas, por outro lado, o afastamento dos judeus do espaço vital germânico seja, numa primeira fase, através do incentivo à emigração ou à expulsão forçada, seja através do extermínio, numa fase ulterior, constituíram estratégias para tornar irreversível a presença das perniciosas influências judaicas na vida da nação ariana.

A questão da pertença dos judeus ao espaço territorial germânico é um dos aspetos que enfrenta as duas comunidades. Os judeus, as vítimas, também são alemães, no sentido em que nasceram na Alemanha e, por isso, a sua terra natal é aquela. Em *Sob céus estranhos*, a personagem Josef Berger refere-se insistentemente aos perpetradores da perseguição contra si e contra a sua comunidade como os seus compatriotas alemães, mas também se referindo a si próprio como «um alemão sem passaporte» (SCE: 29).

Também Rose Frankfurter, em *O mundo em que vivi*, considera a Alemanha a sua terra, frisando não ter qualquer ligação afetiva com a terra de Israel, para onde os sionistas queriam emigrar.

Além das personagens judias alemãs, também existem judeus de outras nacionalidades em virtude de a ação persecutória de Hitler se ter estendido aos judeus de toda a Europa, sendo tal facto visível em *Sob céus estranhos*.

Deste modo, constata-se que, nas narrativas losianas, existe um grande número de personagens que encarnam o papel de vítimas da ideologia racista nazi. Se personagens como Rose Frankfurter, em *O mundo em que vivi*, e Josef Berger, em *Sob céus estranhos*, têm na economia narrativa o estatuto de protagonistas, pelo que as suas vidas e o destino que lhes coube viver são narrados com minúcia, explorando-se com minúcia os dilemas vividos em contextos distintos mas em condições sumamente as mesmas, muitas outras personagens com menor importância no desenrolar da ação assumem igualmente o papel de vítimas dos nazis. O grande número de vítima confere ao evento uma dimensão generalizada, que não afetou apenas umas quantas pessoas, mas uma comunidade inteira, cujo drama coletivo é esmiuçado em múltiplas existências particulares. Nomeadamente, no romance *Sob céus estranhos*, as inúmeras figuras de judeus, com quem o protagonista convive por breves períodos de tempo, no Porto, referidas dispersamente ao longo da narrativa, dão conta da magnitude do flagelo causado pela ação persecutória dos nazis, provocando a chegada a Portugal de uma avalanche de refugiados, resultante do êxodo massivo de seres humanos fugidos das suas terras, despojados dos bens e da capacidade de possibilidade de escolher, estando à mercê de todos, na busca de um exílio fora do espaço europeu, muitas vezes ainda incerto.

O universo de personagens judias vítimas do nazismo engloba indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, novos e velhos, ricos e pobre. A condição de judeu era razão única e suficiente para os lançar no grupo dos indivíduos a irradiar da sociedade. Mas ser judeu não é uma categoria uniforme, abarcando indivíduos com valores e condições muito distintos entre si. Assim, temos judeus de ascendência exclusivamente judaica e judeus oriundos de matrimónios mistos, judeus que escrupolosamente seguiam a tradição judaica e judeus assimilados, judeus laicos e judeus ortodoxos, judeus abastados e judeus com poucas posses.

A própria aparência física dos indivíduos de origem judaica, que era estereotipicamente concebida como distinta dos arianos, não constitui um traço distintivo claro, que sustente a segregação dos judeus. Rose Frankfurter tinha traços físicos passíveis de a confundir com as raparigas arianas, como o agente da Gestapo, que a interrogou, e a senhora Krempke, que a alojou, confessaram. Aliás, ao longo de toda a narrativa, a condição de judia sempre causou surpresa face à sua aparência.

Mas, nos romances losianos, as descrições físicas das personagens judaicas incidem particularmente nos traços em que se alicerça o preconceito contra a comunidade ou então, como no caso de Rose, anteriormente analisado, na desconstrução desse estereótipo.

O que une esse universo vasto e diversificado de indivíduos convertidos em vítimas é, além da sua condição de judeus, a experiência dolorosa e traumática que partilham de perseguição, discriminação, fuga forçada e futuro incerto, as quais se resumem à injustiça e ao sofrimento.

Na obra narrativa de Ilse Losa, explora-se a tese de que as vítimas do regime nazi eram pessoas oriundas de contextos socioeconómicos, culturais e religiosos muito diversos, tendo como denominador comum, segundo a categorização do regime instituído, o aspeto racial, ao qual era associada uma identidade cultural e religiosa própria, que lhes conferia o estatuto de diferente e estranho no contexto da sociedade alemã.

Esse grupo heterogéneo era tratado como uma categoria uniforme, concebendo-se uma ideia geral e homogénea deles e generalizando-se as críticas e as acusações proferidas a todo o universo de judeus, sustentadas mais no preconceito e nas ideias estereotipadas do que na realidade.

Muitas das críticas lançadas aos judeus eram exageradas se se tiver em conta que a generalização as tornava abusivas. Por exemplo, a acusação de que todos os judeus eram ricos não correspondia à verdade, pois havia judeus abastados e outros com poucos rendimentos, tal como ocorria entre os alemães arianos. O discurso dos nacional-socialistas é propositadamente tendencioso focando apenas os judeus, generalizando-lhes as críticas e acusações e desprovendo-os de quaisquer qualidades.

Em *O mundo em que vivi*, no seio da família de Rose existiam situações económicas distintas: os avós paternos tinham uma situação acomodada graças à boa

gestão do lar levada a cabo pela avó Ester, já os avós maternos viviam com dificuldades e os pais de Rose tinham uma situação desafogada, permitindo-se algumas extravagâncias como a compra de um automóvel de marca *Studebaker*.

Em *Sob céus estranhos*, o pai de Josef Berger, «dono de uma loja de mobília» (SCE: 50), que «subira na vida, em parte pela enérgica ajuda» (SCE: 52) da esposa, na altura do noivado tivera de pedir emprestado o dinheiro para comprar o anel, pois era «pobretão» (SCE: 52).

A comparação da descrição da casa do senhor Herz, diretor da companhia de seguros, onde Rose trabalhava em Berlim, com a descrição da casa dos Krempke, acentua a ideia de que o judeu é rico e o alemão ariano é pobre, pelo que este se assume como vítima do judeu e do sistema criado pelos judeus.

O grau de observância das tradições religiosas judaicas e o tipo de educação proporcionado pelos judeus às suas crianças e jovens também comprovam que nestes dois âmbitos a comunidade judaica alemã não é um grupo uniforme: os avós maternos de Rose cumpriam escrupulosamente os preceitos alimentares judaicos (*kosher*), enquanto os avós paternos os cumpriam, mas abrindo exceções como a conclusão do almoço do shabat no próprio shabat, desrespeitando a avó Ester o total descanso preconizado pelas leis religiosas. Os pais de Rose não respeitavam muito as tradições religiosas judaicas, sendo Leo, o pai de Rose, um descrente nas questões religiosas, e a mãe também não lhes votava uma dedicação extrema, cumprindo apenas alguns preceitos, sobretudo a celebração de festividades.

Personagens judaicas como Rose, de *O mundo em que vivi*, que viviam entre as duas identidades culturais, a judaica e alemã, tendo uma formação que mesclava a tradição cultural e religiosa judaica com os valores culturais germânicos, são reveladoras de que parte da comunidade judaica partilhava os valores culturais da maioria da nação, apenas divergindo nas questões religiosas e na tradição cultural específica. Tal facto prova que os judeus não viviam isolados na sua comunidade, fechados sobre si mesmo, como se estivessem apartados da restante realidade nacional e se mantivessem irredutivelmente impermeáveis às influências exteriores, cultivando o sentimento de diferença e mantendo apenas a coexistência territorial mas não a cultural. Em *Sob céus estranhos*, as famílias de judeus abastados, como os Lindomonte e os Mündel, e outras figuras de refugiados, outrora ricas antes de os seus bens lhes terem

sido confiscados e obrigados a fugirem da terra natal, são judeus assimilados que amam a cultura germânica e vivem segundo os seus valores.

A partilha dos valores identitários da comunidade nacional por parte dos judeus como, por exemplo, o contacto que Rose tivera com a tradição literária germânica, popular e erudita, desde a infância, e a participação em eventos sociais e culturais como a festa anual do tiro, mostram que os membros dessa comunidade, ou pelo menos alguns deles, têm uma identidade cultural na qual as manifestações culturais da identidade cultural germânica também estão incorporadas.

Idêntica situação ocorre, em *Sob céus estranhos*, com a refugiada austríaca, que Josef conheceu no café Superba, no Porto, que recordava insistentemente a deslumbrante vida que tivera em Viena, «a única cidade no mundo onde a vida valia a pena ser vivida» (SCE: 114), para onde dizia querer voltar, mal cessasse aquela onda de violência que tinha os judeus como alvo. Repare-se a este respeito como muitos dos refugiados de origem germânica eram apreciadores da literatura alemã: o velho Samuel Sperber, o escritor Egon Frank e o próprio Josef Berger.

Nos agregados familiares mistos, compostos por progenitores judeus e cristãos, como no caso de Josef Berger, em *Sob céus estranhos*, vive-se entre duas identidades culturais e religiosas, num claro exemplo da possibilidade de vivência harmoniosa das duas tradições, fruto do respeito mútuo e da abertura ao outro. Tal facto traduzia-se na celebração de festividades de ambas crenças religiosas.

Os arianos, pelo contrário, procuram excluir o elemento judaico das suas vidas, sejam os indivíduos propriamente ditos, sejam os contributos judaicos para a vida política, económica, social e cultural da nação, como, por exemplo, se passava com a música de Mendelsohn. Também nesta situação, os judeus são vítimas da ação dos arianos, na medida em que estes pretendiam pôr cobro a um estado de coisas em que se sentiam subjugados aos judeus e, portanto, vítimas deles. Os contributos judaicos para a vida económica e cultural alemã não são entendidos pela população ariano como manifestações da vontade de integração da população judaica na sociedade alemã, mas são antes vistos como a invasão do território ariano por elementos estranhos. Os judeus são vítimas da estratégia de vitimização que os arianos põem em marcha. Está-se perante a construção da vitimização dos perpetradores, que edificam um sistema

argumentativo baseado na ideia de que eles são os lesados e, por isso, reagem, procurando irradiar a presença dos invasores.

As obras romanescas de Ilse Losa pretendem desmistificar a ideia de que os judeus são um grupo uniforme através da desconstrução do estereótipo que os afetava. A narração da vida quotidiana das personagens judias e a exploração das suas tradições são aspetos fundamentais sob os quais assenta essa desmistificação.

Se, como se verificou, na obra losiana se salienta a heterogeneidade da comunidade judaica alemã, por outro lado, também se explora a forma como as vítimas enfrentam o Holocausto. Também neste âmbito se apresentam diversas possibilidades.

As condições económicas em que os refugiados enfrentam a fuga são diferentes: os abastados têm a oportunidade de manter um padrão de vida melhor, nomeadamente ao nível do alojamento e das condições de subsistência. Os refugiados com carências económicas, pelo contrário, estão muito mais expostos às adversidades quotidianas. De qualquer modo, todos enfrentam o oportunismo que as situações calamitosas originam: a desgraça de uns constitui uma oportunidade para outros se aproveitarem. As condições de vida das famílias Lindomonte e Mündel, durante a estada no Porto, contrastam com as dos outros refugiados.

As distintas condições económico-financeiras em que os refugiados se apresentam no exílio, ou no local de passagem, também são consequência da leitura diversa que fizeram a respeito da evolução da situação na Alemanha. As vítimas não revelaram todas as mesmas atitudes face às ameaças que os nazis proferiam. Houve uns que não acreditaram na possibilidade das ameaças se concretizarem (talvez pelo radicalismo que pressupunham) e pagaram um alto preço pela escolha feita: pagaram com a própria vida ou com a fuga da Alemanha fez-se em condições extremas ficando completamente à mercê de terceiros. Houve outros que levaram as ameaças a sério e abandonaram a Alemanha a tempo, tendo a possibilidade de se porem eles mesmos e os seus bens a salvo, pelo que enfrentam o exílio em condições mais favoráveis.

Se o judeu é a vítima dos nazis, na obra narrativa de Ilse Losa também surge a imagem do judeu como ser fraco pela postura não combativa e resignada que demonstra nos confrontos que mantém com a comunidade ariana. Esta crítica refere-se sobretudo ao período anterior à ascensão dos nazis ao poder, quando ocorriam mais as agressões verbais e psicológicas do que as físicas, em que os judeus revelavam atitudes

conformistas face às circunstâncias que os afetava: «O melhor é a gente aceitar o mundo tal como ele é» (MV: 21), afirmava o avô Markus, em *O mundo em que vivi*. Na mesma narrativa, o tio paterno de Rose, Franz, reagia resignadamente ao antissemitismo do tenente de quem hierarquicamente dependia durante a Primeira Guerra Mundial com um queixume.

A maneira de ser de Rose é exemplificativa dessa atitude resignada, não se insurgindo contra os insultos e discriminações de que era alvo, como ela própria reconhece: «incapacidade de me defender» (MV: 118-119).

No decurso na narração de *O mundo em que vivi*, são três os episódios que revelam essa postura: a brincadeira envolvendo «a velha menina Stephanie Kohn» (MV: 45), o arremesso da bola de neve por parte de Käte, colega de Rose, à porta da sinagoga, e as insinuações maliciosas desta sobre o Dr. Grund, o «barbudo», professor de religião hebraica de Rose no liceu.

Na primeira situação, embora contrafeita, Rose participa na brincadeira, deixando-se influenciar pelo grupo e não tendo sabido manter-se firme à sua convicção de que aquela diversão envolvia uma conduta incorreta.

Nas outras duas situações, Rose acobarda-se e não manifesta a sua discordância face a tais manifestações preconceituosas e discriminatórias, sentindo-se no liceu «envergonhada» perante a exposição que a condição de judia lhe acarreta. Mas a incapacidade de enfrentar as situações antissemitas criava-lhe um mal-estar que tinha interiormente de gerir: «a ideia de ser cobarde torturava-me até ao mais fundo do meu ser» (MV: 118).

A afirmação do senhor Heim, professor de religião hebraica de Rose, na escola da cidade de L., de que «podes ter orgulho em seres judia» (MV: 76) constituiu um consolo apenas interior para o próprio judeu, mas sem produzir efeitos na imagem dos judeus na sociedade, pois essa ideia não é usada publicamente como estratégia combativa do preconceito.

O contraponto do judeu resignado e conformista, que não reage aos preconceitos e às manifestações discriminatórias, são os jovens sionistas que exteriorizam o orgulho em serem judeus. A atitude deste grupo juvenil constituía uma ruptura com a atitude dos mais velhos da comunidade, que se limitavam à resignação e ao conformismo. Os jovens sionistas encontraram «novos rumos», criando-lhes a esperança de um futuro

distinto, livre da situação opressiva em que as comunidades judaicas viviam há séculos: «expectativas duma vida livre em Israel» (MV: 104).

Em *O mundo em que vivi*, o grupo juvenil sionista transmite a ideia de força ao se apresentarem como um grupo, uma «grande massa de gente», contrapondo a fragilidade do indivíduo isolado incapaz de enfrentar sozinho a adversidade. Mas não se trata apenas de uma entidade coletiva. Essa entidade é composta por indivíduos ativos predispostos a agir, refletindo-se esse estado de ânimo no facto de falarem simultaneamente e de o fazerem com «vozes altas, vigorosas». O «murmúrio crescente» das suas vozes representa metaforicamente o poder crescente que o grupo sionista vai adquirindo.

A importância das aparências desempenha neste episódio um papel relevante, pois o grupo sionista não é forte, mas parece forte, o que motiva os seus membros para agirem. A dança coletiva «horra» e a canção «*hatikvah*», «a canção da esperança», futuro hino nacional do Estado de Israel, transmitem a ideia de unidade do grupo, a sua força e determinação.

A atitude de Hanna Berg, integrante do grupo juvenil sionista e colega de liceu de Rose, era diferente da desta. Hanna assume frontalmente a sua identidade, «sou judia» (MV: 103), e as tradições da sua comunidade, as «seculares lendas de sabedoria e flagelos» (MV: 103), enquanto Rose tenta minimizar o impacto da diferença frente à maioria.

Bertold é outro membro do grupo juvenil sionista, cuja descrição física — alto, «mão larga e forte» (MV: 104) — e psicológica — «expressão franca e decidida» (MV: 104) —, reitera a mesma ideia de força e determinação.

Também fora do grupo juvenil sionista, existem jovens judeus como Werner Levy que apresentam características físicas e psicológicas indiciadoras da capacidade de enfrentar a adversidade e repor a justiça. A relação amorosa do filho do dono da sapataria com Hildegard, uma jovem cristã, filha do relojoeiro, não foi objeto de resistência familiar, pelo que a harmonia familiar reforça a coesão do casal e a predisposição daquele para se afirmar socialmente. A caracterização física do casal — «ela frágil e bonita com o seu cabelo cor de cobre, ele forte e com ar de protector» (MV: 100) — acentua a heterogeneidade da sua identidade cultural e religiosa. A descrição dele como protetor e forte incide sobre traços inusualmente atribuídos aos judeus, pois

maioritariamente a força e a proteção estão associados aos cristãos. Neste caso, pelo contrário, a jovem cristã está conotada com a fragilidade.

Para concluir, saliente-se que os protagonistas das narrativas *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos* — Rose e Josef, respetivamente —, ambos judeus e vítimas dos nazis, sobrevivem ao Holocausto e reconstróem as vidas, donde se depreende a mensagem de Ilse Losa de que a vida venceu a morte.

### **3.2. Os perpetradores**

A propósito da morte de Jesus Cristo, o deicídio dos judeus, que historicamente constituiu a acusação sob a qual se alicerçou o anti-judaísmo ao longo de séculos, o senhor Heim, professor de religião hebraica de Rose, teceu as seguintes palavras sábias, procurando dar à pupila uma explicação sobre aquele facto histórico:

Em todos os tempos e em todos os países cometeram-se e cometem-se injustiças. A razão encontra-se sempre nas circunstâncias e nunca nos povos em si. (MV: 76)

Esta afirmação é igualmente aplicável à questão do Holocausto e dos seus responsáveis. A culpa pela ocorrência de qualquer acontecimento reside nos homens que o idealizaram e o levaram a cabo, assim como na sociedade que lhes proporcionou as condições para que o perpetrassem, permitindo-lhes a sua execução, pelo que se tornam cúmplices. Deste modo, a responsabilidade recai sob a sociedade do período histórico em que os acontecimentos ocorreram, resultantes das circunstâncias históricas particulares que aí se viveram, e não são culpa do povo em si, entendido como entidade coletiva com existência diacrónica. Não podemos conceber esses acontecimentos como qualidade inerente a essa coletividade histórica, mas como característica específica da sociedade de um tempo histórico particular. No caso específico do Holocausto, a sociedade alemã da primeira metade do século XX foi a responsável pelo ocorrido, fruto das circunstâncias criadas, tendo os decisores políticos e os homens e mulheres do aparelho do Estado particular responsabilidade por terem concebido e levado a cabo as operações, mas a sociedade na generalidade não está livre de acusações por o ter permitido e, por vezes, por ter colaborado.

Este ponto de vista acerca da responsabilidade pela ocorrência do Holocausto trespassa as três narrativas losianas. Ilse Losa explora a forma como a sociedade se deixou envolver nas ações idealizadas por um grupo radical, altamente fanático mas minoritário, e como a maioria da sociedade acabou por apoiar e legitimar essas ações, colaborando nelas e criando o ambiente propício para que os objetivos traçados superiormente fossem alcançados ou então mantendo uma atitude de indiferença face ao que ocorria no seu entorno. Os romances de Ilse Losa procuram retratar as condições em que os nazis chegaram ao poder e o modo como esse apoio social das bases, do cidadão comum, alastrou até que os nacional-socialistas dominaram todo o país e estenderam o controle sob boa parte da Europa.

Adolf Hitler não é uma personagem nas narrativas losianas, é uma referência constantemente presente, um líder político que encarna a pele de líder espiritual de uma nação, cujas ideias-chave estão permanentemente na ponta da língua daqueles que se tornam seus apoiantes, norteando a sua conduta diária. Também a presença dos homens e mulheres do aparelho do Estado e das estruturas repressivas por ele criadas para controlar a sociedade e levar a cabo a sua missão (a Gestapo e as unidade paramilitares como os «camisas castanhas») não assumem relevância de primeiro plano nas narrativas.

Em *O mundo em que vivi*, a presença de Hitler na vida das personagens faz-se sob a forma de «voz metálica na rádio», que os inquilinos dos Krempke têm de suportar a todo o tempo, ferindo-lhes não só os ouvidos como também a alma.

Nas narrativas losianas procura-se encontrar no seio da sociedade, na base social da nação, os perpetradores e seus cúmplices, isto é, os que executaram as ações mas também os que as legitimaram pelo apoio que depositaram na palavra de Hitler. Ilse Losa indaga o motivo pelo qual o cidadão comum embarcou numa aventura de tais dimensões.

O elenco variado de figuras nas três narrativas que assumem o papel de perpetradores do Holocausto permite explorar a questão das origens sociais desses indivíduos, e deste modo a base social de apoio que sustentou o regime hitleriano, e permite descortinar as motivações dessas pessoas, na grande maioria dos casos pessoas comuns e até aí afastadas da política e de concepções como as que os nazis defendiam e puseram em marcha.

Encontram-se assim nas obras de Ilse Losa, por um lado, aquelas pessoas que representam o apoio social para a causa de Hitler, porque se deslumbraram com os seus argumentos e a todo o momento os defendem e reproduzem, crendo que eles são a receita para a saída da crise que a Alemanha atravessava.

Em *O mundo em que vivi*, o senhor Krempke, proprietário do apartamento a quem Rose alugou um quarto, durante a sua estada em Berlim, é um desempregado que se vê na necessidade de arrendar aquele espaço com vista a aumentar os poucos rendimentos, obtidos do trabalho árduo diário da esposa, que «lav[a] roupa e aplic[a] remendos» (MV: 165) e do apoio da assistência social, mas «o que nos dão do desemprego é pouca coisa e a vida está cara» (MV: 165). Na falta de ocupação profissional, o senhor Krempke passa «as tardes nas cervejarias» (MV: 165), onde as conversas giram em torno de Hitler e das suas propostas e os seus discursos se revelam cativantes: «promete tudo: trabalho, casa, automóvel. Um automóvel para cada operário» (MV: 165). Hitler torna-se uma figura omnipresente na sua vida, ao debater as ideias dele no espaço público (a cervejaria) como ao ouvir os discursos pela rádio no espaço privado (o lar). O senhor Krempke, que «sempre foi um bom social-democrata (...) dedicado ao partido» (MV: 165), «arranjou trabalho» por meio dos nacional-socialistas e «fez-se membro do partido» nazi (MV: 188).

Outra personagem com perfil idêntico ao senhor Krempke é, em *Rio sem ponte*, o pai de Jutta, Karl Berner, um homem «de tipo banal» (RSP: 15), que nunca conseguiu desenvolver uma carreira profissional estruturada, que contribuisse para o sustento da família e lhe desse estabilidade, saltando, pelo contrário, entre ocupações temporárias:

Desde que se vira obrigado a ganhar dinheiro, começou a deitar mão aos mais variados “modos de vida”: trabalhara num armazém de exportações, angariara anúncios para jornais, vendera revistas de moda em casas particulares, servira refeições num clube nocturno... e finalmente, depois da guerra, fizera-se agente numa Companhia de Seguros. (RSP: 16)

Antes da família se mudar de «W., na região industrial do Ruhr» (RSP: 15), onde «a crise económica estava a ser mais grave do que em qualquer outra parte do país» (RSP: 18), para a cidade de R., onde Karl Berner se estabeleceria «num negócio de artigos eléctricos» (RSP: 18), com que «começaria a fazer fortuna» (RSP: 18), que nunca se concretizou, ainda se envolveu num rol de outras atividades profissionais:

depois de ter trabalhado alguns meses como agente de seguros, confessou não ser “talhado” para aquela profissão e trocou-a por uma representação de artigos de perfumaria. Mas depressa se cansou também do “cheiro a fêmeas” (...) e fez-se vendedor de jogos infantis, didáticos. (RSP: 17)

Este homem, profissionalmente fracassado, manifesta interesse pela política, por aquilo «que ouço falar na rua ou na cervejaria» (RSP: 94), confessa, ao cunhado, Dr. Georg, professor de matemática, que «tenho por aí uns amigos entusiasmados com o Hitler» (RSP: 94) e reage com uma «expressão pérfida», que a filha conhecia e temia, à posição contrária a Hitler do cunhado, num claro sinal de que era uma pessoa que se poderia tornar perigosa e pouco confiável, como mais tarde Johann diz a Jutta por carta: «O teu pai não sabe as razões da sua vinda, e é preciso que não saiba» (RSP: 141).

A referência que a mãe de Li, antiga colega de Jutta na fabriqueta de estampilhas *Druckemann*, faz a esta de que «Somos três bocas a comer. O pai da Li só sabe ir à taberna» (RSP: 86) indicia que este é mais um caso de um desocupado que preenche o tempo aliciado pelo discurso hitleriano, pelo que se está perante um fenómeno generalizado.

Também em *Sob céus estranhos*, o narrador recorda uma situação análoga às anteriores: «um sujeito gordo, calvo e vermelhusco de tanto beber cerveja» (SCE: 150) falava numa cervejaria «da sublimidade dum homem chamado Hitler que com certeza viria acabar com a desordem na Alemanha e saberia reivindicar o espaço do qual o povo alemão carecia e o altíssimo lugar que merecia ocupar no mundo, e assim por diante.» (SCE: 150).

Outro setor da sociedade particularmente sensível ao discurso de Hitler e que assume o papel de perpetradores ao serviço do movimento nazi é a juventude. Em *Rio sem ponte*, Brentano, um «aprendiz» nos armazéns *Hoehler & Bernstein*, casa comercial, propriedade de judeus, com «prestígio no país» (RSP: 32) e com um bom atendimento e serviço elegante, é um jovem declaradamente antissemita.

O seu aspeto físico, um «rapaz, franzinho louro» (RSP: 36), contrasta com o ideal nazi do homem ariano forte, bem constituído e esbelto. Mas as suas opiniões a respeito dos judeus são eco das palavras de Hitler, criticando implacavelmente tudo quanto os judeus fazem ou dizem e tecendo comentários desagradáveis a respeito dos colegas de trabalho e superiores hierárquicos de ascendência judaica:

— Bella! Sabe o que quer dizer, claro, você aprendeu francês. *Belle!* Aquela cabra. Eles têm cada disparate! (RSP: 37)

Este jovem passou de defensor das ideias do líder a agente ativo que contribui para a concretização dos objetivos traçados pelo mentor, andando «aos domingos de uniforme», o que insinua a participação em ações violentas contra a população judaica.

Brentano louva sempre em Hitler o tratamento que se propõe dar aos judeus. A figura do líder é enaltecida precisamente por essa postura de intransigência face à questão judaica, cuja resolução por métodos radicais contribuirá para o reestabelecimento da situação do país. O senhor Krempeke, pelo contrário, deixa-se deslumbrar pelas propostas de Hitler por causa dos benefícios que este promete para a população alemã.

Existem, por outro lado, cidadãos alemães que pautam a sua conduta cotidiana por comportamentos de desprezo e discriminação em relação aos judeus num gesto consonante com o clima geral vivido no país, em que as suas ações decorrem a par do próprio ritmo dos acontecimentos. As suas atitudes constituem manifestações de violência psicológica, que fragilizam os judeus emocionalmente, e reforçam a rutura da coesão social ao ostracizar uma parte da população. Por exemplo, em *O mundo em que vivi*, a narradora conta que, após a chegada de Hitler ao poder, a porteira do prédio onde se situavam os escritórios da companhia de seguros para quem trabalhava «já nem me cumprimentava» (MV: 187). O mesmo ocorre, em *Rio sem ponte*, com os diretores judeus dos armazéns *Hoehler & Bernstein*, a quem os funcionários se recusam a transportar no elevador.

A insistente referência, ao longo das narrativas, a cidadãos comuns que optam por trajar vestes associadas ao movimento nazi cria a ideia de um movimento coletivo progressivamente maior e mais forte e de uma sociedade dominada pela opressão, pela perseguição e pela vigilância apertada, assegurada não só pelas estruturas do próprio regime como pelos próprios cidadãos, que reforçam a repressão exercida pelo Estado. Encontramos abundantes referências sintéticas desta natureza como, por exemplo, «via uma série de colegas com a cruz gamada ao peito» (MV: 156), os «Müller, os inquilinos do esquerdo [vizinhos dos Krempeke]. São entusiastas do Hitler, andam de cruz gamada

ao peito» (MV: 165) e «grupo de rapazes de farda castanha» (SCE: 34), apenas para referir alguns exemplos.

Há, por outro lado ainda, aqueles indivíduos que participaram na execução de ações de violência verbal, psicológica e, sobretudo, física contra os judeus. São estes indivíduos os que põem em prática as ações mais hediondas e são a face mais visível do regime hitleriano. A crueldade dos nazis é insistentemente salientada. Em *Sob céus estranhos*, várias vítimas chegadas a Portugal em fuga aos nazis, incluindo o próprio narrador-protagonista, insistem em referir o sofrimento inflingido pelos nazis a crianças indefesas, denotando o seu comportamento a perda de qualidades humanas e vindo ao de cima o lado mais animalesco do Homem.

O narrador de *Sob céus estranhos* destaca a postura cruel que os nazis adotam face às crianças judaicas, completamente distinta do modo de tratamento que reservam às crianças arianas, como se as primeiras não fossem crianças ou mesmo seres humanos:

«Porque, se eu não o soubesse, como poderia imaginar que eles eram capazes de organizar tal carnificina, se sempre os vira sorrir com ternura para as crianças? Se para eles, como para toda a gente, a criança representava uma esperança colectiva, um sentimento inefável: a nostalgia, as oportunidades perdidas, tudo aquilo que poderia ter sido e poderia ainda ser: a outra possibilidade. Tudo isso os comovia, aos meus compatriotas. Assim, quem os teria julgado capazes de matar crianças?» (SCE: 17-18)

O escritor Elie Wiesel tece, a este propósito, as seguintes considerações:

As pessoas pensam que o assassino enfraquece quando enfrenta a criança, que a criança pode despertar a humanidade perdida do assassino, que o assassino será incapaz de matar a criança que tem diante de si.

Não desta vez. Connosco, sucedeu de modo distinto. As nossas crianças judias não tinham qualquer efeito sobre o assassino. Nem sobre o mundo. Nem sobre Deus. (1995: 17)

Na narração de ataques a judeus, a identidade do perpetrador é mantida anónima, fazendo-se a identificação desses indivíduos apenas através de traços genéricos como os «uniformizados», os «camisas castanhas», em que o estatuto de agressor se sobrepõe ao da pessoa que está por detrás do agressor. Por outro lado, a sua atuação faz-se no seio de um grupo, em que a individualidade de cada sujeito participante se anula em nome do

coletivo, que age mecanicamente, desprovido de sentimentos. O agressor perde a sua condição humana no grupo e o coletivo executa as tarefas de forma racional em vista dos objetivos.

Em *O mundo em que vivi*, Rose recorda um episódio vivido:

Ainda poucos dias antes, quando ia a caminho de casa dos Herz, vira um homem a atravessar a rua e de repente — de onde e como? — surgira um grupo compacto que se precipitara sobre ele. “Cheguem-lhe, ao judeu porco!”, gritara uma voz. Tinham-me subido lágrimas à garganta e os punhos cerraram-se-me nos bolsos do casaco. O grupo desapareceu tão subitamente como tinha surgido. Um homem banhado em sangue. E só então se aproximara a polícia. (MV: 179)

Neste episódio, que retrata uma situação típica de violência envolvendo os três elementos humanos presentes no Holocausto — a vítima, o agressor e o observador passivo (*bystander*) —, o agressor é constituído por um grupo de indivíduos que enfrenta a vítima isolada. O adjetivo *compacto*, relativo ao grupo, reforça a ideia de que o agressor é forte, coeso e dificilmente vencível, contando, além do mais, com a conivência das autoridades que só comparecem após o ato, pelo que a polícia assume um papel mais de colaborante do que de *bystander*, em virtude da sua chegada tardia revelar passividade e concessão de margem de manobra aos agressores.

Em *Rio sem ponte*, situação análoga ocorre durante o passeio de Jutta e Johann, no dia anterior à viagem daquela para Inglaterra:

Tinham chegado ao jardim público. A calma era completa. Mas, de repente, um grito. Passos apressados, tormentoso arfar entre cortado de gemidos. Um homem numa corrida doida, a gemer. Abandonou o jardim, e Jutta e Johann perderam-no de vista. Instantes depois um grupo de uniformizados, também a correr.

— Não passou por aqui ninguém? — perguntou um deles bruscamente.

— Aqui não — disse Johann, apertado, num impulso espontâneo, a mão de Jutta. Traziam uniformes castanhos e o da frente gritou:

— Depressa, senão o porco foge!

E tornaram a correr. (RSP: 97-98)

Nesta sequência narrativa, os agressores são identificados pela sua indumentária («uniformes castanhos»), indiciadora da pertença a uma estrutura organizada. A diferença relativamente ao episódio anterior reside na postura de Johann e Jutta que não

assumem a postura de observadores passivos, mas optam por ajudar a vítima sonhando informação aos seus perseguidores, não alinhando no espírito persecutório aos judeus.

Ao contrário da referência coletiva aos agressores, que impossibilita a identificação pessoal dos perpetradores dos crimes nazis, mantendo-os no anonimato, no conto *Encontro no Outono, ou O que Paula me contou* nomeia-se uma antiga guarda do campo de concentração de Buchenwald, caso quase único nas narrativas losianas. Este texto relata o reencontro de antigas companheiras do liceu Schiller que, anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, se reúnem, recordando histórias passadas e colegas ausentes, referindo Ludovica, a organizadora do evento, a este propósito, que Elsa Bach fora «guarda de prisioneiros... em Buchenwald» (CSD: 176) e tivera como castigo o enforcamento. Ludovica considerou que Elsa «enveredou pelo caminho do mal» (CSD: 176), ajuizando a sua opção como distinta da das demais que se situariam do lado do bem. Do mesmo modo, o enforcamento da antiga guarda do campo de concentração é tido por um castigo justo. Estas afirmações adquirem maior significado por virem da parte de uma alemã ariana.

Algumas personagens representam o oportunista que vislumbrou no movimento nazi a possibilidade de beneficiar económica e socialmente através do desempenho de cargos políticos. Trata-se, neste caso, sobretudo, de pessoas com formação, indivíduos educados, pelo que a ideia que os perpetradores são pessoas sem instrução cai por terra.

É o caso, em *Rio sem ponte*, de Helmut Staufe, um jovem «menino prodígio», oriundo de uma família com posses que lhe possibilitou cursar Direito com vista a um futuro proeminente. A sua imagem reúne os elementos de um potencial nazi: aliava a boa aparência física de rapaz com «físico apolíneo» (RSP: 43) e «destreza de acrobata» (RSP: 43) às capacidades intelectuais, tendo o dom da palavra, a capacidade de improvisar e de convencer. Mas o seu sucesso estava até ao momento comprometido, pois «não lhe fora possível tornar o seu sonho realidade» (RSP: 43). Contudo, era ambicioso e gostava de estar em destaque, pelo que «andava à procura de um público que o admirasse» (RSP: 44), não sendo «exigente na escolha» (RSP: 44).

A aspiração de Helmut Staufe ao sucesso toma forma pela mão das estruturas organizacionais do Partido Nacional-Socialista, como Johann conta a Jutta numa carta: «À hora do almoço, quando ia a descer a Oesterstrasse, vi a tua amiga Li com o Helmut

Staufe. Calcula, o Staufe ia de uniforme castanho, todo esticadinho» (RSP: 117), acrescentando numa outra que

Encontrei o Helmut, de uniforme, e todo pimpão. Contou-me que tinha uma colocação importante em vista. Estava inchado de importância. Sempre se julgou um prodígio, mas agora dá-se ares dum Deus. (RSP: 133)

Para outros, a adesão à causa nazi revelou-se a solução mais fácil para resolver os problemas pessoais. São como os anteriores pessoas que tiveram um comportamento oportunista, mas na sua conduta vislumbra-se mais a resposta às necessidades imediatas do que a aspiração a uma carreira de sucesso.

A personagem Sibille Halberstadt, em *Rio sem ponte*, é exemplo desta situação. Esta personagem, responsável pelo pessoal na fabriqueta Druckemann, «com um rosto duro, inconivente» (RSP: 30) para as operárias que controlava, escondia, contudo, por detrás dessa imagem austera, o drama de uma mulher que tem a seu cargo um irmão internado numa clínica para doentes mentais. O encerramento da fabriqueta priva-a do ordenado, único recurso financeiro para pagar as despesas da clínica, e a adesão às estruturas do movimento nazi afiguram-se-lhe como a única solução. O drama humano enfrentado pela personagem, de quem a existência do familiar deficiente depende, parece constituir justificação para a sua atitude. Na obra de Ilse Losa procura-se demonstrar como muitos e diversos foram os motivos pessoais que levaram à adesão ao nazismo e que alguns dos motivos acentaram em dramas pessoais, pelo que todas as personagens parecem surgir como vítimas das circunstâncias, mesmo aqueles que contribuíram para o genocídio.

Outros indivíduos integrantes do grupo dos perpetradores são representados como pessoas com um carácter fraco, que se deixam influenciar por terceiros a respeito da realidade circundante, ao ponto de prescindirem das convicções pessoais e deixarem-se levar pela maioria, resignando-se a viver numa posição tida como a mais cómoda para si mesmos.

Em *O mundo em que vivi*, Paul Marten afastar-se-á da amada judia, Rose, por influência da irmã, que «simpatizava com o movimento nacional-socialista» (MV: 153).

«Paul vivia em conflito» (MV: 153), como afirma a narradora, e desistiu dos sonhos que, para si e para a amada, idealizara, por falta de firmeza e de convicção nas

suas ideias, pelo que a narradora-Rose declara que «teria gostado de ver Paul firme por índole, sem necessidade de ir buscar convicções fosse a quem fosse» (MV: 154).

O comportamento de Paul Marten traça o percurso de observador passivo resignado perante os acontecimentos circundantes, quando diz a Rose «Não tomes estas coisas a sério. Dentro de pouco tempo está tudo como antes» (MV: 156), a participante ativo nesses acontecimentos: «porque ele fez parte da perturbação geral que reinava no país» (MV: 153). O «sonho» de Paul relativo ao casamento futuro com Rose, um futuro idílico (MV: 155), prova que ele tinha uma visão distorsida acerca da realidade dos tempos que corriam, ao contrário do seu amigo Kurt que vê as coisas tal como são.

A personalidade fraca e influenciável de Paul viu-se pressionado pela irmã e pelo amigo Kurt, que «tentava combater nele a influência da irmã» (MV: 154), tendo cedido à coacção da primeira que tinha do seu lado a força da maioria, como a própria narradora reconhece: «E mesmo se não se quisesse participar da perturbação ela entranhava-se na nossa vida, nas nossas amizades e em tudo o mais que nos dizia respeito» (MV: 153).

Estas personagens integram o grupo dos perpetradores e não o dos observadores passivos, porque efetivamente acabaram por ingressar nas fileiras do movimento nacional-socialista, engrossando o número dos seguidores, o que numérica e emocionalmente foi um fortalecimento da causa nazi.

O que caracteriza os perpetradores, independentemente da razão pela qual integram o nazismo, foi a capacidade que tiveram para fazer uma escolha. Os indivíduos, que se tornaram seguidores do movimento nazi, aderiram a ele, porque quiseram. Havia alternativas. Por muito graves que as consequências pessoais e familiares da rejeição do nazismo pudessem ser para os indivíduos, eles tinham sempre a oportunidade de seguir por outro caminho, por uma via alternativa que não lesasse terceiros, mesmo que se lesassem eles mesmos. Tratou-se de uma livre escolha alicerçada na vontade própria e no interesse pessoal. Este é o aspeto essencial que distingue as vítimas dos perpetradores e dos observadores passivos. A postura de oposição aos nazis, adotada por Georg Schulz, tio de Jutta, assim como a mudança de atitude de Johann, que passou de observador passivo a apoiante e colaborador dos opositores de Hitler, são exemplo de que havia uma alternativa, pese embora os

sacrifícios pessoais que implicaram: o primeiro foi morto pelos nazis e o segundo teve de fugir da Alemanha.

Deste modo, em *Rio sem ponte*, as palavras escritas por Johann na carta enviada a Jutta, logo após a ascensão de Hitler ao poder, não podem constituir mais que uma desculpa ou desresponsabilização dos indivíduos pelos seus atos:

Já sabes que não aprecio os nazis. Nunca encontrei um único que me agradasse. Não digo que talvez não haja entre eles alguma gente boa que vai enganada e não tardará a dar por isso. (RSP: 132-133)

Do mesmo modo, em *O mundo em que vivi*, a compreensão que Rose manifesta pela opção do senhor Krempeke em aderir ao nazismo, justificando-a como consequência das difíceis condições económicas (baixos salários, custo de vida alto, recursos insuficientes para subsistir) não é válida. Havia outra possibilidade. Pelo menos, havia a hipótese de não querer que o benefício pessoal assentasse sobre a desgraça e a infelicidade alheia. Como o outro inquilino dos Krempeke joga à cara do senhor Krempeke:

o meu homem era um grande ignorante, que nem sabia onde Hitler ia buscar a massa que gastava para fazer aquela gritaria toda. Que nos deixávamos levar na lábia da malta nazi, e não sei que mais. (MV: 180)

A complexidade das relações sociais numa situação de conflito bélico e de genocídio em particular torna a segmentação social em grupos oponentes, como se fossem estanques e incomunicáveis, onde uns se identificam como vítimas e identificam os outros como os seus agressores, é uma conceção simplista e linear, que não reflete a realidade.

Em *O mundo em que vivi*, Rose não deixa de revelar carinho pelo amigo Herbert que

tombaria em França combatendo por aqueles que eram os meus inimigos. Creio bem que não lhe foi fácil submeter-se a essa gente. Nunca quis penetrar em problemas complexos, era despreocupado e talvez, ao seu modo, feliz. Há quem o inclua na lista dos culpados. Mas eu não o posso fazer. (MV: 133)

### **3.3. Os observadores passivos**

Nas obras narrativas de Ilse Losa em estudo, a representação do Holocausto não envolve apenas personagens que desempenham o papel de vítimas e outras de perpetradores dos crimes cometidos contra as vítimas, mas inclui um terceiro grupo de indivíduos: os observadores passivos ou *bystanders*.

Os observadores passivos são as pessoas que têm conhecimento do que se está a passar, uma vez que vivem em sociedade e os acontecimentos têm lugar nos espaços públicos e privados, interferindo no normal funcionamento da vida quotidiana. Convive diariamente com cenas de violência, atos arbitrários e cruéis, contra uma população muitas vezes indefesa (senão mesmo inocente), desvanecendo-se a distinção entre os princípios do Bem e do Mal que orientam a vida humana. Mas, perante tais acontecimentos, de que são testemunhas, os observadores passivos preferem não agir, como se não vissem nada nem soubessem de nada, mantendo-se à margem dos acontecimentos, mesmo tendo consciência de que estão a ser cometidas injustiças, de que o Mal se está a sobrepôr aos princípios do Bem. Ainda que não concordem com as ideias do regime político vigente, que promove as arbitrariedades contra um setor da população indefesa, os observadores passivos, considerando que nada tinham a ganhar nem a perder, optam por não interferir, de forma a não serem salpicados por uma questão que não lhes dizia respeito. A sua inércia tem em vista o interesse pessoal — não ser envolvido num problema com o poder instituído e, deste modo, tornar-se também uma potencial vítima do sistema repressivo — e o comodismo de viver a sua vida quotidianamente, passando ao lado dos trágicos sucesso que se desenrolavam.

Entre os perpetradores e as vítimas encontrava-se o vasto grupo de observadores passivos correspondente à larga maioria da população. A indiferença com que assistiram aos acontecimentos revela-se a grande aliada dos nazis na prosequção dos seus objetivos, pois a maioria não se manifestou contra os acontecimentos e o poder instituído encontrou nessa atitude um aliado que, apesar de não colaborar diretamente, também não criava obstáculos.

Em *O mundo em que vivi*, a senhora Krempke, em conversa com a hóspede Rose, demonstra claramente uma atitude de observadora passiva face aos acontecimentos que a rodeavam diariamente ao afirmar que

Não, o melhor é a gente calar-se, nunca se perde em ficar calado, senão ainda são capazes de nos meter em sarilhos. (...) Por isso, o melhor é a gente calar-se, compreendeu? (MV: 165)

O silêncio é a estratégia seguida pela senhora Krempke: calar-se para não revelar a opinião contrária à tendência vigente e, desse modo, evitar atrair sobre si a máquina repressiva do regime. Esta estratégia revela-se particularmente danosa para a estabilidade social e para a proteção das vidas humanas dos judeus por se tratar de alguém que já tinha manifestado, no espaço privado, antipatia aos nazis — «Eu cá embirro com aquela cambada de nazis, mas estamos nisto que se vê» (MV: 165) — e descrédito nas teses defendidas por Hitler — «Diz ele, o Hitler, que são [os judeus] os culpados de toda a nossa desgraça» (MV: 165). Inclusivamente, o conselho dado a Rose para que se protegesse, não revelando a sua identidade judaica, a indiferença por trabalhar para clientes judeus e a própria aceitação da uma hóspede judia, demonstram que é uma mulher à margem da onda geral que a Alemanha vivia.

A senhora Krempke, que discorda sem manifestar a discordância, tal como grande parte da sociedade alemã o fez, também é responsável pelos crimes cometidos, pois assistiu ao desenrolar dos acontecimentos sem nada ter feito para os evitar.

A sua atitude é a de resignação perante um movimento político e social generalizado, cuja força se percebe como inalterável e imbatível, pelo que nada há a fazer. O modo como justifica a adesão do esposo à causa nazi revela a desculpabilização do indivíduo — «O meu homem não é nazi, sempre foi um bom social-democrata, lá isso foi, dedicado ao partido» (MV: 165) —, apontando o dedo acusatório ao movimento geral, instalado no país, que influenciou a opinião do marido: «Mas de há um tempo para cá anda a cismar» (MV: 165).

No romance *Sob céus estranhos*, o narrador recorda «um grupo de mulheres que observei, certa tarde, sentadas na esplanada duma cervejaria perto da minha casa paterna» (SCE: 150) que «diziam que sim ou que não com a cabeça, de acordo com as afirmações do gorducho, como convinha a um público grato e que não se dava ao trabalho de reflectir no que ouvia» (SCE: 151).

Em *Rio sem ponte*, o cunhado de Johann, Minnehaus, «não se importa com os nazis, como de resto não se importa com nada que não seja a minha irmã ou vender leite

e manteiga» (RSP: 133), numa atitude de indiferença, que se torna grande aliada dos nazis. A atitude dele é diferente da de Johann que, inicialmente, demonstrava apenas discordância mas que não a efetivava em resistência. Indiferença ou completo desinteresse e discordância passiva não convertida em resistência resultam no mesmo: vitória dos nazis.

O narrador de *Rio sem ponte* também relata a forma como Jutta pensa que aqueles que lhe são próximas na Alemanha teriam reagido à ascensão de Hitler ao poder, patenteando as suas palavras resignação e conformismo:

Claro, o tio não devia estar satisfeito, nem Johann, nem Lammers. O Johann, desde que conheceu o tio Georg, ainda embirrava mais do que antes com os nazis. Mas decerto se conformariam, e dentro de pouco chegaria a vez de outro chanceler mais a gosto deles. (RSP: 132)

Esta também é a visão de um *bystander*: eles não gostariam da situação, mas teriam a necessidade de se conformar e aguardar por um futuro melhor. Neste caso, interessante é o facto de a personagem, residente no estrangeiro, projetar a sua opinião sobre aquela que deverá ser a atitude dos que estão na Alemanha e discordam de Hitler. O seu ponto de vista também está condicionada pelo facto de «nunca se tinha preocupado com as mudanças dos chanceleres» (RSP: 132), que «nada influíam na sua vida» (RSP:132).

Também em *Rio sem ponte*, é interessante a posição de Lea Finkelberg, uma judia descendente de polacos exilados em Londres, sobre a tomada de posse de Hitler como chanceler da Alemanha e a ameaça que pairava sobre os judeus alemães:

— Isto não tem nada a ver connosco. Bastam-nos as nossas próprias ralações. Em vez de as pessoas pensarem tanto no que se passa na Alemanha, deviam antes empenhar-se numa baixa dos preços aqui no país. (RSP: 131)

A reação desta personagem denota sobretudo egoísmo, sendo particularmente significativa por vir de uma judia, que, como a própria mãe lhe chamou a atenção, não está livre de lhe ocorrer o mesmo em Inglaterra: «Quem nos garante a nós que a desgraça não pega também aqui? Para fazer mal toda a gente está pronta num instante» (RSP: 131).

Tanto o ponto de vista de Lea Finkelberg, anteriormente expresso, como o do esposo, Sam, que confiava nos esforços protetores que o governo britânico envidaria para manter a segurança dos judeus alemães caso a política de Hitler os pusesse em perigo, revelam que os judeus de outras nacionalidades não alcançaram a gravidade da situação na Alemanha. Apenas a Mamma, mulher experiente que já vivera situações de perseguição e discriminação na sua Polónia natal, manifesta claramente preocupação pela situação.

A inclusão destas personagens de ascendência judaica no grupo dos observadores passivos e não no das vítimas deve-se ao facto de elas não terem sido atingidas pelas perseguições nazis, observando os acontecimentos de um ponto de vista externo e tendo a possibilidade de agir em defesa dos alvos da política hitleriana.

Mas o papel de *bystanders* não é apenas desempenhado por pessoas individualmente. Tanto em *Rio sem ponte* como em *Sob céus estranhos*, a posição adotada por governos e sociedades civis de países estrangeiros acerca dos acontecimentos na Alemanha também merece crítica.

Em *Rio sem ponte*, o boicote às casas comerciais judaicas na Alemanha em «protesto contra a agitação internacional judaica» (RSP: 140) teve reações internacionais de limitado alcance: «em Londres houvera um meeting de protesto, na Whitechapel Art Gallery, e (...) um tal Lord Snowden mandara um telegrama à Alemanha afirmando a sua repulsa por tais cruéis acontecimentos» (RSP: 141), provando que os indícios da grave situação não foram levados a sério nem se acreditou que a situação pudesse chegar a tal extremo.

No romance *Sob céus estranhos*, a postura do governo português é objeto de crítica, pelo facto de a política de concessão de autorizações de permanência em Portugal aos refugiados judeus dificultar a vida destes, agindo a Polícia Internacional com muito zelo e desconfiança em relação a eles.

Da conversa entre o rabino Reh e *Good Old Man*, pai de Josef Berger, sobressai igualmente a crítica aos países que restringiram enormemente a imigração, pelo que se tornava cada vez mais difícil sair da Alemanha, tendo deste modo as outras nações propiciado as condições para que os judeus viessem a morrer: «São poucos os países que ainda recebem de boa vontade gente nossa» (SCE: 36).

### **3.4. Os oponentes ao regime nazi**

O perfil de *bystander* encontra nas narrativas losianas o seu contraponto: aqueles indivíduos que não se resignaram perante os acontecimentos e manifestaram a sua oposição, encarnando a resistência às injustiças e aos sofrimentos infligido indiscriminadamente contra um setor da população indefesa.

A ação deste grupo minoritário de indivíduos que ofereceu resistência aos nazis em condições de desvantagem numérica e de meios, agindo mais individual e descoordenadamente, reforça a crítica à inércia da maioria que se manteve passiva.

A introdução nas narrativas destas personagens que assumiram o papel de resistentes, a par da presença de outras que assumiram outros papéis no desenrolar do Holocausto, constitui a forma de Ilse Losa procurar mostrar como este facto histórico foi complexo, repleto de muitas variantes, em que não é possível linearmente dividir a realidade em segmentos bem delimitados e comunicáveis. A realidade humana e social é bem mais complexa e foram diversas as opções tomadas pelos atores que nele participaram e Ilse Losa procura refletir na sua obra essas variantes.

Em *O mundo em que vivi*, duas personagens personificam o papel de opositores ao regime: Kurt, amigo de Rose e proprietário da livraria, e o rapaz inquilino em casa dos Krempke.

O primeiro discordava do rumo que a Alemanha tomava sob o governo de Hitler e na sua livraria, «por detrás das edições antigas, havia escondido outros livros: (...) livros queimados (...) atirados para a fogueira (...) Thomas Mann, Heinrich Mann, Franz Werfel; sigmund Freud ...» (MV: 188). Esta personagem sucumbirá aos nazis em resultado da carta que Rose lhe enviara onde tecia considerações pouco abonatórias a respeito de Hitler.

A segunda personagem teve destino idêntico — «Os fardados apareceram certa manhã para buscar o “pequeno da despensa”» (MV: 188), pairando no ar a dúvida se não teria sido vítima de denúncia por parte do senhor Krempke, com quem se enfrentava frequentemente por causa do apoio deste a Hitler. Apesar de os dois partilharem a condição de desempregados, encaram as propostas de Hitler com visões diametralmente opostas.

Tanto Kurt como o inquilino dos Krempke são pessoas com instrução, que cultivam o espírito e que têm uma postura crítica face aos acontecimentos do meio envolvente.

Em *Rio sem ponte*, a figura do Dr. Georg Schulz, tio de Jutta, representa, desde o primeiro momento, a oposição ao nazismo, manifestando as suas ideias inicialmente no espaço privado, aos familiares — «Para que há-de falar de um homem [Hitler] que não merece nenhuma consideração?» (RSP: 94) —, e posteriormente, quando a situação se agrava, não se coíbe de as expressar abertamente no espaço público, pelo que «querem prendê-lo por ter dito francamente que não concordava com a perseguição aos judeus» (RSP: 141).

Esta personagem revela-se decisiva na transformação de Johann Schuster que evolui de uma posição inicial de bystander para a de resistente. A evolução empreendida por Johann foi resultante das próprias circunstâncias, que o fizeram agir para ajudar uma pessoa do seu círculo de amigos que estava em perigo.

Mas a sociedade civil também pode assumir uma atitude ativa, participando em atividades de apoio e ajuda às vítimas. No conto *Encontro no Outono, ou O que Paula me contou*, Ludovica menciona que a antiga colega de liceu Leonore Winkelmann, alcunhada desde os tempos liceais de a Princesa, enfermeira de profissão, cooperou em operações de salvamento de civis inocentes: «nos “anos de barbárie”, transportara (...) vários grupos de crianças judaicas para a Suíça» (CSD: 168).

## **Capítulo 4 — As estratégias narrativas: como se representa o Holocausto?**

### **4.1. Os narradores**

Na representação do Holocausto, a escolha do narrador não se apresenta como um ato aleatório do autor, uma vez que aquela entidade ficcional, encarregue da «tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa» (Reis & Lopes, 2011: 257), desempenha um papel relevante. O tipo de narrador selecionado para uma narrativa constitui uma das opções técnico-literárias do autor, com vista a alcançar os objetivos que se propõe. O narrador selecionado é uma das estratégias da criação ficcional. Como M. Zérafra afirma, «a exigência estética do escritor dita-lhe, antes de mais nada, que escolha instrumentos de trabalho graças aos quais será capaz de traduzir uma experiência» (apud Reis & Lopes, 2011: 258).

Nas três narrativas de Ilse Losa em análise estão presentes dois tipos de narrador: autodiegético e heterodiegético.

O narrador autodiegético assegura a enunciação nos romances *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos*, embora neste último, o primeiro e o último capítulo, estejam a cargo de um narrador heterodiegético. Pelo contrário, em *Rio sem ponte*, o narrador é integralmente heterodiegético.

O recurso ao narrador autodiegético, isto é, «o narrador da história relata as suas próprias experiências como personagem central dessa história» (Reis & Lopes, 2011: 259), ocorre nas narrativas nas quais o protagonista corresponde a uma personagem judia, vítima dos nazis. É o caso de Rose Frankfurter, em *O mundo em que vivi*, e de Josef Berger, em *Sob céus estranhos*.

A opção por este tipo de narrador outorga à vítima o direito de expor os acontecimentos por si vivenciados, relatando-os na primeira pessoa. Os atos nefastos que constituem aquilo que entendemos por Holocausto são narrados segundo a perspectiva de quem os sofreu.

Como Reis & Lopes afirmam, as potencialidades semionarrativas do narrador autodiegético resultam do facto de ele ser «um sujeito maduro, tendo vivido importantes experiências e aventuras, [que] relata, a partir dessa posição de maturidade, o devir da

sua existência mais ou menos atribulada» (2011: 259-260). A maturidade de Rose Frankfurter e de Josef Berger é fruto, não da idade, mas da experiência pela qual passaram, que lhes deu experiência de vida.

O recurso a um narrador heterodiegético no primeiro e no último capítulo de *Sob céus estranhos* corresponde a momentos da narrativa em que se narra o presente da vida do protagonista, que aguarda pelo nascimento do filho, efetuando uma avaliação pelo seu passado recente, desde que chegara ao Porto na condição de refugiado, com um futuro incerto.

A escolha de um narrador heterodiegético, isto é, de um narrador que «relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra, como personagem, o universo diegético em questão» (Reis & Lopes, 2011: 262-263), no caso do romance *Rio sem ponte*, corresponde à narração de uma história em que os acontecimentos que configuram o Holocausto não se apresentam como centrais. Mencionam-se eventos que afetam particularmente os judeus, mas a sua narração está subordinada às preocupações e aos interesses das personagens principais, alemães arianos, que os observam com o olhar distante de quem não é pessoalmente atingido. Ao seguir a ótica dos protagonistas, o narrador heterodiegético não coloca o drama dos judeus em primeiro plano, porque a história relatada não se centra particularmente nessa questão. Saliente-se, além do mais, que nem as personagens principais (Jutta e Johann) nem as personagens secundárias com maior relevância na economia da narrativa são judias, o que se traduz na observação dos atos persecutórios contra a população judaica como ocorridas não vividas pessoalmente, não sofridas.

#### **4.2. Prolepses e analepses**

O universo diegético das narrativas *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos* gira em torno de acontecimentos que não correspondem ao período dos atos de extermínio dos judeus propriamente ditos, embora os narradores dessas histórias os invoquem sumariamente ao longo das narrativas, em breves sequências narrativas, aludindo a atos perpetrados, às vítimas e aos perpetradores, assim como aos espaços

associados a esses acontecimentos. A informação contida nestas breves sequências narrativas está intimamente relacionada com a representação do Holocausto.

A inclusão dessas sequências narrativas alusivas a eventos passados ou a ocorrer num tempo posterior, relativamente ao tempo da história, resulta do modo como o narrador organiza o tempo do discurso, fazendo uso de signos temporais como a prolepse e a analepse, que correspondem, respetivamente, à antecipação de eventos futuros e à recuperação de acontecimentos passados.

Em *O mundo em que vivi*, a organização do tempo do discurso correspondente, grosso modo, ao tempo da história, isto é, à sequência cronológica da vida de Rose Frankfurter, da infância ao início da idade adulta, pelo que esta característica, aliada a outras, que não cabe aqui referir, aproximam esta narrativa do texto autobiográfico.

A narradora efetua a narração num tempo posterior ao tempo da história, que é relatada segundo a perspetiva limitada da criança que um dia fora. O distanciamento temporal que separa o eu da narração do eu da história, ou seja, o narrador da personagem, repercute-se no grau distinto de conhecimentos que cada um deles tem acerca dos acontecimentos. Dito de outro modo, o eu da história fazia uma avaliação dos acontecimentos por si vividos de forma mais subjetiva, sem conseguir obter uma visão global, ao passo que o eu da narração consegue ter uma visão mais abrangente e mais objetiva, resultante quer do distanciamento temporal quer da própria maturidade com que sobre eles discorre (Marques, 2001: 60).

A narradora, o eu da narração, introduz no seu relato breves sequências narrativas respeitantes a acontecimentos ocorridos num tempo posterior ao tempo da história e relativos à ação bárbara de extermínio de judeus, levada a cabo pelos nazis, pelo recurso à prolepse, como ocorre nos seguintes exemplos:

Com toda a certeza o meu pai teria sido capaz de mudar de ofício se a necessidade o tivesse exigido. Mas na altura em que tantos dos seus amigos se procuravam adaptar, em terras estranhas, a novas circunstâncias, o meu pai já não vivia. (MV: 64)

se a mãe dele [filho do sr. Heim] tivesse adivinhado que, alguns anos mais tarde, se sentiria aliviada sabendo o filho longe da Alemanha, com que satisfação o teria deixado partir. (MV: 136)

Para Ana Isabel Marques, esses «comentários prolépticos indiciadores da catástrofe» correspondem a informação relativa ao plano da História, são factos históricos extradiegéticos que se articulam com a diegese (2001: 60).

No que diz respeito ao futuro das personagens que integram o universo diegético, o recurso à prolepse também permite à narradora dar sinteticamente conhecimento do desenlace de algumas personagens, sobretudo nas situações em que se contam entre as baixas do conflito mundial ou foram vítimas do genocídio nazi. A referência proléptica ao destino de Marie, a esposa do tio Franz, é um exemplo desta situação:

afeiçoei-me a ela. Marie morreu. No fim da guerra o seu nome figurou, burocraticamente, entre os dos mortos em Buchenwald. (MV: 113)

Em *Sob céus estranhos*, a inclusão das sequências narrativas referentes a atos do genocídio nazi têm um valor distinto.

O tempo do discurso desta narrativa apresenta-se mais complexo do que a narrativa anterior, uma vez que não se segue a sequência cronológica dos acontecimentos. O narrador relata a história num tempo ulterior aos acontecimentos, procedendo muitas vezes a recuos na história, à recuperação de factos do passado, do seu ou de outras personagens, através do recurso a analepses. A atuação do eu da narração faz-se a partir do presente, em que o narrador tem uma visão abrangente e objetiva do passado. Ainda que relate episódios do seu passado e do dos demais refugiados com quem convive nos espaços sociais da cidade do Porto, tudo converge para a construção do presente e do futuro de Josef Berger, centrando-se o universo diegético na vida da personagem no período pós-Holocausto, que decorre na cidade do norte de Portugal.

Neste sentido, a alusão aos atos do extermínio dos judeus por parte dos nazis faz-se pela inclusão de sequências narrativas igualmente de dimensão breve, que correspondem à recuperação de episódios do passado, introduzidos na narrativa por meio de analepses.

Ao contrário das alusões prolépticas de *O mundo em que vivi*, que se referiam muitas vezes genericamente a pessoas que não são participes do universo diegético, ou seja, que não são personagens da história, em *Sob céus estranhos*, as analepses

referentes a episódios de violência bárbara e atos de extermínio perpetrada pelos nazis dizem respeito a personagens da história, que padeceram pessoalmente tais crueldades ou foram testemunhas delas. À semelhança das prolepses, as analepses são sequências narrativas breves, pelas quais o narrador dá conta da sua experiência ou da de outra pessoa ou ainda dá a palavra à personagem que na primeira pessoa transmite o que viveu.

### **4.3. As cartas**

A ação narrada na segunda parte de *Rio sem Ponte* decorre em Inglaterra, para onde Jutta foi trabalhar como *au pair* em casa da família Finkelberg. O narrador adota uma perspectiva narrativa que traduz a própria deslocação do seu ponto de vista, acompanhando a protagonista e limitando a narração aos acontecimentos que decorrem em torno desta personagem no novo espaço físico. A ligação à realidade que a protagonista deixou para trás, na Alemanha, fica reduzida à correspondência que esta troca com o amado Johann, que permaneceu na terra natal, não incidindo a narração sobre ela, por voluntária e intencional decisão do narrador. Pelo recurso a esta técnica narrativa, o narrador faculta apenas a informação a que a própria protagonista tem acesso.

Nas narrativas *O mundo em que vivi* e *Sob céus estranhos* houve notícias que chegaram ao conhecimento das personagens através da receção de cartas, como foi o caso das notícias das mortes dos tios Josef e Gertrud, em *O mundo em que vivi*, ou da notícia da morte de *Good Old Man*, pai de Josef Berger, em *Sob céus estranhos*. Tratava-se neste caso apenas da referência do narrador à chegada de cartas com a novidade.

Em *Rio sem ponte*, o narrador elege uma estratégia narrativa distinta: incorpora as próprias cartas na narrativa. Existem na narrativa várias referências à troca de correspondência entre Jutta e os entes querido, residentes na Alemanha, sobretudo à correspondência recebida por Jutta, que ocorria constantemente. Mas, neste ponto, interessa particularmente abordar a inserção de cinco cartas que Johann remeteu a Jutta e uma que esta lhe enviou a ele, integralmente transcritas no corpo da narrativa.

Esta opção narrativa constitui a delegação da sua função de narrador no remetente das cartas, que o substitui.

A carta de Jutta a Johann, escrita logo após a chegada a Inglaterra, dá conta das primeiras impressões sobre Londres e sobre a família, procurando que a apreensão do recetor relativa à ausência da remetente seja superada pelo fornecimento de informações que o tranquilizem.

As cartas de Johann desempenham na economia da narrativa um papel mais amplo: relatam a vida quotidiana do remetente, transmitem informações sobre terceiros, sobretudo sobre os familiares de ambos, e abordam os acontecimentos em curso na Alemanha, relativos à ascensão de Hitler ao poder e à radicalização da situação no país, particularmente para aqueles que foram apontados como os inimigos: os judeus e os opositores. A propósito destes últimos, dão igualmente conta da forma como o círculo de familiares e amigos de Jutta e Johann lida com a situação que o país atravessa e do posicionamento que assumem face a eles. Do ponto de vista do nosso objeto de estudo, o interesse reside na correspondência redigida por Johann, pois é nela que se encontra a representação da Alemanha hitleriana.

As cartas apresentam os factos ocorridos no espaço físico a que a protagonista deixou de ter acesso direto. O relato dos acontecimentos na Alemanha é dado segundo o ponto de vista de Johann que os vivenciou, transparecendo na sua narração o seu posicionamento ideológico face aos mesmos. Pela inserção das cartas na narrativa institui-se a focalização interna na narração, centrada nesta personagem, o que origina, segundo Reis & Lopes, a «restrição dos elementos informativos a relatar, em função da capacidade de conhecimento» da personagem sobre os próprios eventos (2011: 170), pelo que a narração de Johann funciona como um «filtro quantitativo e qualitativo» (ibidem: 170), em que, a par do que a personagem vê, interessa «o que cabe dentro do alcance do seu campo de consciência» (ibidem: 170).

Referiu-se anteriormente que a incorporação das cartas constituía a delegação das funções do narrador, mas essa delegação é parcial, pois este continua a ter o controlo sobre a narração, chamando-a a si quando deseja, como ocorre no resumo das cartas, em que prefere recontá-las a transcrevê-la. Também nas cartas de Natal, recebidas por Jutta aquando da celebração desta festividade, o narrador prefere

transcrever sinteticamente as mensagens mais significativas de cada um dos remetentes, intercalando a sua voz com a da personagem.

O recurso a esta técnica narrativa permite recuperar os acontecimentos, narrados pela viva voz de quem os viveu, alternando o narrador a sua própria narração com a das personagens remetentes das cartas.

#### **4.4. O ato de recordar**

Em *O mundo em que vivi* e em *Sob céus estranhos*, ainda que em menor quantidade neste último caso, os narradores explicitam insistentemente ao longo das narrativas a recordação do passado, vinculando a história narrada com um passado vivido, do qual se apresentam como testemunhas. O ato de recordar assenta no distanciamento temporal entre o tempo da narração e o tempo da história e implica sempre uma das duas possibilidades expressas pelo binómio recordar / não recordar.

A explicitação da recordação faz-se pela enunciação de verbos pertencentes ao campo semântico da lembrança, tais como recordar, lembrar e evocar. Já a enunciação de atos de esquecimento ou de não lembrança resultam não do uso de verbos como esquecer, mas faz-se pelo recurso a estruturas sintáticas distintas.

Observe-se um dos parágrafos iniciais de *O mundo em que vivi*, em que a narração se constrói pelo recurso ao ato de recordar, uma vez que a ação diz respeito a acontecimentos do passado acessíveis apenas através da memória da narradora:

Vivíamos os três numa pequena casa com uma varanda deitada sobre a rua, coberta com vinha. Ali minha avó passava as tardes de Verão a fazer meia ou a costurar. Ao certo não me recordo se costurava, mas suponho que sim, pois não me lembro de costureira alguma que a tivesse substituído nesse serviço. Mas seja como for: que fazia meia nunca o poderei esquecer. Vejo-a sentada na cadeira de espaldar, as agulhas a bater desembaraçadamente, enquanto observava o que se ia passando na rua. Tão acostumada estava a fazer meia que nem precisava de olhar. (MV: 7)

Encontra-se neste excerto a utilização de uma série de verbos e expressões relacionados com o ato de recordar: «ao certo não me recordo», «não me lembro», «nunca o poderei esquecer» e «vejo-a». Por um lado, ocorrem enunciações de

lembranças que o narrador garante corresponderem inquestionavelmente ao efetivamente ocorrido («nunca o poderei esquecer»), e, por outro, assinala as dúvidas relativas a outros atos, cuja efetiva realização não tem a certeza, preferindo explicitar as suas lacunas de memória («ao certo não me recordo» e «não me lembro»).

Repare-se como no primeiro caso, a lembrança se constrói pelo verbo esquecer integrado numa frase com valor negativo («nunca o poderei esquecer»). Pelo contrário, os enunciados com significação de esquecimento produzem-se pelo recurso a verbos com valor de recordação (recordar e lembrar), mas integrados em estruturas sintáticas negativas: «não me lembro», por exemplo.

A recorrente formulação de atos de recordação ou de esquecimento nas supracitadas obras narrativas de Ilse Losa leva a autora a recorrer a uma panóplia diversificada de enunciados como, por exemplo, «consigo lembrar-me bem» (MV: 8), «também se me gravou nitidamente na memória» (MV: 8), «Ainda hoje evoco» (MV: 63), «E para sempre levei a imagem» (MV: 52), «Faria o quadro que tão nítido vive em mim» (MV: 115), «o que sempre se me impõe à memória» (SCE: 56), para apenas referir alguns dos muitos casos.

A recordação faz-se muitas vezes pela associação a experiências sensoriais relativas aos cinco sentidos.

Atente-se no seguinte exemplo extraído de *O mundo em que vivi*, relativo ao primeiro contacto de Rose com a casa paterna:

Entrei na sala que tanto gosto de recordar: a mesa redonda com a toalha espessa, bordada a seda; as cadeiras de palhinha; a taça de cristal em cima do aparador; o prato de porcelana preta para o qual a minha mãe escolhia frutas de cores vivas; o sofá de bombazina verde. Ainda oiço, nitidamente, o som quente do carrilhão do relógio de parede.

Vi a mesa posta para o lanche, a torta de creme cor-de-rosa no centro e por toda a sala senti o cheiro a café. Empoleirado numa cadeirinha alta, Rudi, o meu irmão mais novo, rosado como o creme da torta. Aproximei-me dele, acanhada. (MV: 56-57)

A recordação da casa dos pais está neste excerto associada a três experiências sensoriais: a visual, a auditiva e a olfativa.

A recordação incide sobretudo na associação com os elementos visuais e o verbo ver é neste sentido abundantemente utilizado e transmite a ideia de que o narrador

mantém uma memória visual de pessoas, lugares ou atos, como está patente nos seguintes exemplos: «Vejo-a sentada na cadeira de espaldar» (MV: 7), «Vejo-o regressar de viagens (...)» (MV: 56) ou «Mas posso eu falar de Marie dum modo diferente se é assim que a vejo na memória?» (MV: 115).

Também existem lembranças associadas a experiências gustativas e tácteis, conforme se pode verificar respetivamente nos seguintes exemplos:

Ainda hoje evoco o sabor vigoroso desse pão servido pelas mãos robustas das mulheres do campo, e tal como o meu pai estou convencida de que não pode haver melhor. (MV: 63)

Capas brancas encobriam as cadeiras e o sofá, mas eu bem sabia: por baixo era tudo de veludo azul. Levantava uma ponta das capas tristes e acariciava o veludo, macio ao tacto e azul como o céu em dias de Verão. (MV: 8)

A memória associada a diversos sentidos revela a intensa ligação do narrador ao passado, alicerçada em experiências que radicam em todos os domínios sensoriais.

Na medida em que se procura frisar a veracidade dos factos narrados através da explicitação daquilo que os narradores relembram do passado e declarando abertamente as situações em que não recordam os factos ou que não podem assegurar com precisão o modo como ocorreram, estas criações literárias, apesar de obras ficcionais, procuram vincular-se à ideia de que são relatos que transmitem factos verídicos e, nesse sentido, constituem testemunhos de factos históricos.

Afirmar que não se recorda algo confere credibilidade ao testemunho do sujeito que confessa tal ignorância, uma vez que o leitor encontra aí um sinal de honestidade que o induz a tomar como verídico a totalidade do testemunho. Confessar as lacunas de memória e a ignorância de alguns factos ou pormenores traduz-se num modo de construir o testemunho, separando os atos recordados dos esquecidos. O narrador conota deste modo o seu relato com a verdade dos factos, pelo menos com a sua verdade.

Por outro lado, confessar que já não se recorda tudo ou que já não se consegue reconstruir situações do passado com exatidão é revelador de que a memória é frágil, originando lacunas e, por vezes, distorsões dos acontecimentos. Do passado retém-se apenas as lembranças principais, os pormenores tendem a ser esquecidos. A ideia geral permanece, mesmo quando se perdeu o pormenor.

Por vezes, durante o ato de narração, a narradora dá manifestas provas de que a memória lhe falha, não conseguindo recordar o que deseja. Uma situação dessa natureza ocorre-lhe aquando do velório do avô Markus na casa da aldeia, em que tenta relembrar uma afirmação do avô acerca da condição humana perante a morte:

Uma vez — quando?, quando? — levantando as espessas sobrancelhas, o avô explicara-me: «Na morte, Rose, toda a gente é igual, pobres e ricos. Mas para que os ricos não humilhem com pompa e fausto os seus semelhantes pobres, os antigos rabinos estabeleceram que os judeus fossem enterrados num caixão de madeira crua, sem enfeites, ou mesmo sem caixão algum, embrulhados apenas numa mortalha». (MV: 70)

Em *O mundo em que vivi*, a explicitação da recordação do passado traz, muitas vezes, consigo a formulação do prazer que essa memória do passado envolve, como ocorre no seguinte exemplo: «Entrei na sala que tanto gosto de recordar» (MV: 56).

Mas em *Sob céus estranhos*, o ato de recordar não está apenas associado ao passado do protagonista na casa paterna na Alemanha mas também ao drama dos outros refugiados com quem conviveu durante a passagem deste pelo Porto, conforme se pode verificar no seguinte exemplo:

Lembro-me duma tarde chuvosa em que apareceu no Superba um rapaz de capa de borracha que, como cão de água, sacudia o cabelo loiro. Seguiria no dia seguinte para o Uruguai, onde se juntaria ao pai, que conseguira chegar lá antes dele. (SCE: 57)

#### **4.5. As descrições físicas**

Outra estratégia narrativa a que Ilse Losa recorre, particularmente em *O mundo em que vivi*, é à descrição física de pessoas, de espaços e de objetos. A abundância de descrições não passa despercebida a qualquer leitor.

A introdução de uma nova personagem ou de um novo espaço físico no universo diegético da narrativa *O mundo em que vivi* ocorre maioritariamente acompanhada pela sua descrição.

A casa dos avós paternos (MV: 8) e dos pais (MV: 56), o quarto alugado na casa dos Krempke (MV: 164) e a moradia do senhor Herz, diretor da seguradora onde Rose

trabalhava, em Berlim (MV: 169-170), são alguns dos espaços físicos descritos pela narradora. Estes ocupam na memória da narradora um lugar particular por estarem associados a momentos diversos da sua vida passada.

No caso das personagens, a narradora valoriza particularmente a sua descrição física, isto é, a existência física das figuras humanas. A narrativa integra inúmeras descrições de personagens, podendo afirmar-se que todas as personagens são sujeitas a descrição por parte do narrador. Os seus familiares são objeto de uma atenção particular. Por vezes a narradora suspende a narração e procede à descrição, outras vezes integra os traços descritivos na narração.

O que motiva o recurso sistemático à descrição?

A insistência em descrever as personagens e os espaços que um dia preencheram a sua existência resulta da vontade de reanimar através da palavra, da escrita, essa realidade passada e para sempre perdida. A sua recuperação far-se-á através da rememoração, o que permite à narradora dar-lhes de novo vida, pois eles existem na sua memória. A descrição dá vida às personagens e aos espaços como se eles existissem de novo e, desse modo, a narradora reavê o mundo perdido do período anterior ao Holocausto através das palavras. A realidade que um dia foram, materializa-se no presente através do ato descritivo. Os pormenores das descrições demonstram que a memória dos espaços e das personagens está bem presente na mente da narradora, ao ponto de readquirirem vida através das palavras.

Por outro lado, na descrição física das personagens judias, a narradora de *O mundo em que vivi* destaca os traços físicos que sustentam o estereótipo do preconceito racial contra os judeus. A descrição do nariz surge recorrentemente: «nariz parecia querer saltar» (MV: 18), «o rosto amachucado, de nariz comprido» da avó Ester (MV: 106),

Por contraponto, como também já salientámos no capítulo anterior, através da descrição de Rose frisa-se a ideia de que nem todos os judeus se enquadram na imagem estereotipada que deles se concebeu. Os olhos do tio Franz «dum azul tão luminoso» (MV: 24) também não se enquadram na imagem estereotipada.

## **Capítulo 5 — A dimensão pedagógica das narrativas losianas**

Neste capítulo indagar-se-á a possibilidade de conceber uma dimensão pedagógica nas narrativas de Ilse Losa, particularmente associada à questão do Holocausto, e que propicie a reflexão em torno deste facto histórico e do que significou para a Humanidade<sup>23</sup>.

Sublinhar o valor educativo dos romances desta escritora, à semelhança da sua qualidade estético-literária, não é uma constatação original. Prova-o a sugestão de análise do romance *O mundo em que vivi* no âmbito do estudo do texto narrativo, proposto pelo Programa Curricular de língua portuguesa<sup>24</sup> para o 3º Ciclo do Ensino Básico, donde decorre a presença recorrente de seus excertos nos manuais escolares; prova-o igualmente a inserção desta narrativa na lista de obras literárias sugeridas pelo Plano Nacional de Leitura, destinada ao mesmo ciclo de escolaridade; e prova-o, por último, a inclusão deste romance nas propostas de obras a ler no âmbito da Educação Literária, introduzida pelas Metas Curriculares de português, para o oitavo ano de escolaridade<sup>25</sup>.

A abordagem ficcional da temática do Holocausto nas obras de Ilse Losa evidencia a recusa da autora em silenciar os factos ocorridos, pelo que essa postura constitui um posicionamento ideológico face àquele facto histórico, à semelhança de outros autores-sobreviventes que fizeram uso do texto literário para registar o seu testemunho acerca do que viveram. A dimensão pedagógica das obras de Literatura do Holocausto da autoria de sobreviventes está assim interligada com as opções ideológicas dos seus criadores. O autor pode optar por uma de duas possibilidades: ou explora a temática ou não a aborda nas suas criações. Qualquer das opções é fruto da sua atitude face ao facto histórico e essa escolha tem implicações na forma como a obra é concebida e no modo como é rececionada pelo leitor.

---

<sup>23</sup> A existência de uma dimensão pedagógica na obra literária pode dizer respeito a inúmeros aspetos ou temáticas. No presente estudo interessa especificamente verificar a viabilidade de uma dimensão pedagógica associada à temática do Holocausto. Em *O conhecimento da literatura*, Carlos Reis analisou as dimensões sociocultural e estética da literatura (2008: 40-78; 103-110).

<sup>24</sup> A designação da disciplina de língua portuguesa foi alterada para português nos diplomas legais que entraram em vigor no ano letivo de 2012/2013.

<sup>25</sup> A homologação das Metas Curriculares de português relativas ao 1º, 2º e 3º Ciclos é conforme o estipulado pelo Despacho nº 5306/2012, de 18/abril.

Em 1949, Theodor Adorno declarou que «escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro». Esta afirmação ambígua, que, desde então, tem provocado tantas e tão diversas interpretações, não advoga a proibição da criação artística após Auschwitz, como muitos entenderam, mas antes sublinha a «impossibilidade de representar a barbárie, [a] impossibilidade de associar testemunho e ficção» (Marco, 2004: 59). Neste sentido, Leslie Epstein afirma que algo paira sobre o Holocausto que ameaça reduzir a imaginação e a capacidade de contar do autor-sobrevivente. O grau de sofrimento causado às vítimas, o significado do evento e as suas implicações são apontados pelo autor como fatores que ameaçam «anestesiá-lo» o relato sobre o Holocausto (1988: 261-270).

Apesar destes condicionalismos, escrever sobre os factos relativos ao Holocausto afigurou-se para muitos sobreviventes melhor opção do que o silêncio. Este refletiria a vontade dos nazis, que pretendiam destruir os vestígios dos crimes cometidos, apagando a memória desses atos e das próprias vítimas. O silêncio das vítimas revelaria uma atuação ainda subjugada à vontade dos nazis. Pelo contrário, a elaboração do testemunho a partir da rememoração dos factos é o corte com essa subjugação e a afirmação da vontade da vítima-sobrevivente. Mesmo ciente que o seu relato é incapaz de refletir na íntegra as vivências pelas quais passou, o autor-sobrevivente opta por contar, pois a alternativa é considerada uma solução mais lesiva para si e para as demais vítimas. Deste modo, a obra literária põe-se ao serviço da construção da memória desse facto histórico, resgatando-a do esquecimento. Como Elie Wiesel questionou, no prefácio a *From the Kingdom of Memory*, «o que seria o destino do Homem se ele estivesse desprovido de memória?» (1990:10).

A memória é assim, a par da rejeição do silêncio, um dos aspetos vinculados à dimensão pedagógica existente nas obras literárias dos sobreviventes. Nestas obras, a memória é a base sob a qual se alicerça a construção da narrativa referente ao Holocausto, como ocorre também no caso de Ilse Losa. Contudo, Zoë Waxman afirmou que a memória que transparece na obra de um autor-sobrevivente pode não ser apenas o resultado do exercício individual de rememoração, podendo o escritor ter sido condicionado pela memória coletiva que a sociedade tem do facto histórico, pelo que aquele poderia enquadrar a sua narrativa nos parâmetros da memória coletiva, evitando discrepâncias que o pudessem fragilizar ou pôr em causa (2008: 138).

Por outro lado, através da exploração desta temática, a obra literária também participa na fixação da memória que a sociedade tem do Holocausto, ou seja, a obra literária contribui para a consolidação ou a reformulação dessa memória coletiva. Vários são os fatores que influem na fixação da memória coletiva, sendo esta condicionada pelas alterações verificadas ao nível das diversas variantes que a influenciam.

A condição de testemunha do Holocausto encarnada pelo autor-sobrevivente reforça a dimensão pedagógica da sua obra, na medida em que os acontecimentos por si narrados adquirem um significado particular por decorrerem de uma realidade experienciada, distinto do que ocorre numa narrativa alicerçada simplesmente na capacidade imaginativa do autor<sup>26</sup>.

O perigo que os factos relativos ao Holocausto fossem esquecidos quer pela geração coetânea quer pelas gerações futuras foi um dos riscos que os escritores-sobreviventes sentiram necessidade de combater. Não foi só a vontade de dar a conhecer o que lhes tinha acontecido e de prestar tributo àqueles que pereceram (que não podem testemunhar pela própria voz), havia também, e sobretudo, o desejo de, através do seu testemunho, consciencializar o mundo sobre os factos ocorridos. Neste sentido, o leitor, a outra instância do processo de comunicação literária, a par do autor, tem não só o direito de saber o que ocorreu durante o Holocausto como, sobretudo, tem o dever de o saber. Deste modo, a importância do testemunho não reside em simplesmente dar a conhecer, mas antes em dar a conhecer de forma que esse testemunho contribua para que tais acontecimentos não se voltem a repetir. Como Primo Levi afirmou: «Aconteceu, portanto pode acontecer de novo: é este o âmago do que temos para dizer» (2008: 200).

No discurso pronunciado no Banquete Nobel, no dia dez de dezembro de 1998, aquando da receção do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago afirmou o seguinte a propósito da celebração do quinquagésimo aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que se assinalava naquele dia:

Sabendo-se, porém, com que rapidez a atenção se fatiga quando as circunstâncias lhe impõem que se aplique ao exame de questões sérias, não é arriscado prever que o interesse público por esta comece a diminuir a partir de amanhã (1999:37)

---

<sup>26</sup> O papel desempenhado pela imaginação na construção das narrativas de sobreviventes do Holocausto tem sido objeto de reflexão tanto por parte de autores-sobreviventes como de estudiosos: cf. Segal, 1988.

Das palavras do Nobel da Literatura português ressalta a facilidade com que o ser humano põe de lado a reflexão e a ação em torno de questões que contribuem para a defesa da vida humana e para a sua dignificação, na medida em que se revelam incômodas e é mais confortável ignorá-las, encarregando-se o tempo de as remeter ao esquecimento.

Os sobreviventes do Holocausto anteviram esse perigo e agiram (e agem) de forma a evitar que o silêncio caia sobre a sua experiência, pois significaria a destruição dessa memória. Recorde-se que o Holocausto foi um dos factos históricos que contribuiu, após a Segunda Guerra Mundial, para o reconhecimento da necessidade de um documento que estipulasse os princípios que os Estados deveriam respeitar e fazer respeitar no que concerne aos direitos do ser humano.

A obra do autor-sobrevivente do Holocausto, que testemunha a sua experiência, põe-se assim ao serviço de fins preventivos: procura evitar que o ser humano volte a envolver-se em atos de genocídio, deixando influenciar-se por discursos que conduzam a tais atrocidades. Ao invés, aspira incutir no leitor a valorização de princípios que reflitam o respeito pela vida humana, pela diversidade e pela diferença.

A afirmação de Primo Levi anteriormente citada tem implícita a ideia de que as condições que levaram ao Holocausto se encontram na própria sociedade, resultando da vontade do ser humano. Para o sociólogo Zygmunt Bauman, o Holocausto foi uma consequência da sociedade moderna, na qual se conjugaram as condições que tornaram possível a sua ocorrência, não só pelo desenvolvimento tecnológico como também pela estrutura administrativo-burocrática do Estado (2008).

O historiador israelita Yehuda Bauer rejeita esta posição, argumentando que só o fator ideológico pode justificar o genocídio, levado a cabo pela Alemanha nazi (2001: 7). A ideologia nacional-socialista era o elemento distintivo que separava a Alemanha de outras nações europeias, como a França ou a Inglaterra, ao passo que o estágio de desenvolvimento tecnológico dessas três sociedades europeias era análogo, pelo que a identificação da Modernidade como responsável pelo Holocausto se torna, só por si, pouco plausível.

O fator ideológico é um elemento resultante da vontade humana e pode subentender-se na afirmação de Primo Levi a importância do fator humano na concretização de tais acontecimentos.

O reconhecimento nas obras da autoria de sobreviventes do Holocausto de uma dimensão pedagógica decorre da exploração de questões nas quais o homem é considerado o responsável pelos atos, que resultaram da sua vontade e das escolhas por si feitas. Deste modo, na Literatura do Holocausto, a identificação dessa dimensão está vinculada particularmente às questões de natureza ética.

Na obra do autor-sobrevivente procura-se chamar a atenção do leitor para a importância do fator humano na concretização do Holocausto, pelo que se pretende consciencializá-lo para a necessidade de prevenir que essa predisposição humana se volte a verificar ou, dito de outro modo, que o factor humano volte a estar ao serviço de atos genocidas.

Não obstante a existência deste *corpus* textual sobre o Holocausto, designado por Literatura do Holocausto, e do abundante debate que as questões relativas a este facto histórico têm suscitado na comunidade internacional, já tiveram entretanto lugar outros genocídios, envolvendo indivíduos pertencentes a outras étnias e a outras religiões, como ocorreu na Bósnia-Herzegovina, no Camboja, no Ruanda e no Burundi. Tal facto levanta a questão do efetivo impacto que a memória do Holocausto tem (e teve) na prevenção de outras tragédias da mesma índole. É necessário, por outro lado, reconhecer também que o discurso da Literatura do Holocausto se tem centrado sobretudo nos aspetos que particularizam a comunidade judaica, procurando impedir o renascimento do antisemitismo, embora também foque aspetos respeitantes a toda a Humanidade como a defesa dos direitos e dos valores consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

Segundo Rosa Sequeira, a literatura «serve de estímulo a um pensamento reflexivo» (2003: 71) e o reconhecimento de uma dimensão pedagógica nas obras de autores-sobreviventes do Holocausto inscreve-as nessa prática reflexiva. Mas estas criações literárias não se limitam à proposta reflexiva, pretendendo igualmente levar o leitor à ação, ou seja, fazer com que a literatura participe na formação cívica do leitor, pondo-o em contacto com opções comportamentais que futuramente, enquanto cidadão, o façam agir em conformidade com os princípios que defendem e dignificam a vida humana. A leitura das obras de Literatura do Holocausto e as reflexões por elas proporcionadas contribuirão para a formação cívica do indivíduo, alicerçada em valores éticos.

A Literatura do Holocausto pode participar, deste modo, na educação do leitor, promovendo-se o respeito pelo Outro. O recurso à literatura enquanto estratégia educativa que influi na formação do indivíduo afigura-se uma estratégia análoga à usada pelo regime nazi para promover exatamente os valores contrários. Os nazis também reconheceram a importância da educação na transformação do indivíduo, de forma que este pensasse e agisse em consonância com os princípios ideológicos do regime (Hannoun, 1997). A este respeito, Primo Levi afirmou que

Todos tinham sofrido a terrificante deseducação fornecida e imposta pela escola, tal como fora desejada por Hitler e pelos seus colaboradores, e completada depois pelo *Drill* das SS. (2008: 203-204)

De igual modo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) frisa o papel do ensino e da educação na promoção dos valores aí enunciados:

todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade (...) se esforcem, *pelo ensino e pela educação*, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover (...) o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. (1978: 489)<sup>27</sup>

A relevância atribuída à dimensão pedagógica nas obras de autores-sobreviventes do Holocausto confere ao leitor uma posição central na interpretação da narrativa, na medida em que se aceita que a obra atua sobre ele. Esta abordagem desloca o centro de atenção do autor, da intenção que o escritor teve ao elaborar o relato, para o leitor, para o impacto que a obra tem neste. O que interessa é a obra literária, pela forma como abre possibilidades de atuação sobre o leitor.

A relação do texto com o leitor passa a ser o aspeto central. O autor não joga neste âmbito um papel relevante: a intenção do autor subjacente à criação do texto perde relevância face à importância que o texto pode ter na formação cívica do leitor. A identidade do leitor é alterada pelo impacto que a leitura da narrativa produz nele.

O autor teve uma intenção ao relatar o seu testemunho, pretendendo influir no leitor, mas o efetivo impacto que a obra tem sobre o leitor depende deste e do texto e não do autor. O impacto depende da profundidade com que o leitor explora o texto.

---

<sup>27</sup> O itálico é nosso.

O leitor não acede apenas a uma história que lê, mas o contacto com essa história agirá sobre ele, provocando-lhe a descoberta de uma realidade desconhecida e a reflexão em torno dessa realidade, o que proporcionará o seu crescimento interior, pela transformação que se opera na visão de si e dos outros. O valor educativo da obra literária decorre dos princípios que transmite ao leitor, influenciando a leitura no seu modo de ser.

Saliente-se que o papel conferido pela dimensão pedagógica ao leitor aproxima-a das teorias literárias que valorizam o recetor como é o caso da Estética da Recepção.

Como já anteriormente se fez referência, a Literatura do Holocausto está particularmente vinculada às questões de natureza ética. Alba Olmi salienta que ela propicia «a possibilidade de produzir interrogativos de ordem ética, moral e histórica irrenunciáveis» (2009). Já Ruth Franklin sublinha que a afirmação de Adorno, anteriormente transcrita, lança luz sobre as diversas implicações (éticas, estéticas, ...) que a Literatura do Holocausto tem. A respeito destas afirma tratar-se da «estetização do horror» (2011:3), em virtude de se «usar (...) a atrocidade como uma inspiração para a literatura» (ibidem: 3). Valéria de Marco, por seu turno, especifica que uma das tendências da literatura de testemunho, precisamente aquela que circunscreve o seu *corpus* textual aos relatos dos sobreviventes, centra a análise da obra nas questões éticas (2004: 57).

Cabe então questionar o que ocorre com as obras narrativas, como as de Ilse Losa, que, segundo esta conceção, não integram neste *corpus* textual. É-lhes vedada a possibilidade de uma análise crítica baseada em critérios éticos?

Conforme já tinha sido expresso no capítulo 1, e seguindo ainda a proposta de Valéria de Marco, obras como as de Ilse Losa integram uma outra tendência da literatura de testemunho que «privilegia em seu exercício crítico as questões de natureza literária, desdobrando-se assim no âmbito da estética» (ibidem: 57), pelo que pertencem a um *corpus* textual que «não [se] restringe (...) à produção dos sobreviventes» (ibidem: 57). Quer isto dizer que estas obras também podem ser sujeita a análise crítica do ponto de vista ético, embora nelas este não seja o único critério a que a análise os submete. Da exposição de Valéria de Marco sobressai que as obras de literatura de testemunho dos autores-sobreviventes são objeto de análise exclusivamente ética, não se procurando

nelas outros aspetos, ao passo que as obras de literatura de testemunho integradas na outra tendência são analisadas segundo diversos critérios, incluindo o ético.

A dimensão pedagógica da Literatura do Holocausto reside precisamente na possibilidade que a obra literária oferece ao leitor de abordar aspetos éticos, particularmente relacionados com questões de direitos humanos, pelo que contribuem para a Educação para a Cidadania.

Para Joan-Carles Mèlich (2001), a dimensão pedagógica da obra de Literatura do Holocausto resulta da construção de uma ética da memória e da pedagogia do dom.

Para este ensaísta, nos relatos de sobreviventes, o protagonista é o ausente, aquele que não tem voz, porque não sobreviveu, e que precisa da voz do autor para produzir o seu testemunho. Este ausente foi quem verdadeiramente experienciou o Holocausto na sua plenitude, mas ficou por isso mesmo impossibilitado de o testemunhar.

A proposta de uma ética da memória centra-se no Outro, na alteridade. Importante é a relação que o leitor estabelece com o Outro, pois é na alteridade que se centra a atuação pedagógica. A leitura é o meio de aceder ao Outro e o leitor transforma-se por meio do contacto que estabelece com o Outro através da leitura:

a leitura pode ser capaz de nos fazer (re)viver no nosso tempo e no nosso espaço *a experiência do outro*. O leitor *acolhe* na sua leitura a tragédia das vítimas, e é esta *memória* do ausente a que se converte no início de uma ética. (Mèlich, 2001: 25)<sup>28</sup>

A leitura do texto atua sobre o leitor, não só não o deixando indiferente como o modifica. O choque entre o que é relatado e a memória do leitor originará a transformação deste. Deste modo, este é um sujeito ativo, que não se limita a ler, mas que toma posição face ao que lê.

Como é que na obra narrativa de Ilse Losa se apresenta a dimensão pedagógica? Em que aspetos assenta essa dimensão?

Nas narrativas de Ilse Losa, esta dimensão está vinculada a dois aspetos: por um lado, a denúncia das violações à integridade física e psíquica dos judeus assim como a privação das suas propriedades e direitos cívicos; por outro lado, a exploração de situações reveladoras de uma abertura ao Outro.

---

<sup>28</sup> Itálico do autor.

Do cotejo da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) com as narrativas losiana facilmente se constata que os acontecimentos relatados refletem situações de desrespeito por uma larga maioria dos direitos consagrados por esta declaração internacional<sup>29</sup>.

O relato de acontecimentos relativos a situações de desrespeito dos direitos cívicos, da propriedade e da própria integridade física e psíquica dos judeus remete, do ponto de vista pedagógico, para a abordagem de questões referentes à postura assumida pelos perpetradores e pelos observadores passivos. É a atitudes destes que é objeto de reflexão em termos éticos. Relativamente à postura destes intervenientes, Elie Wiesel, em entrevista concedida a Harry James Cargas, declarou que «O que mais fere a vítima não é a crueldade do opressor mas o silêncio do bystander» (citado por Waxman, 2008: 109).

---

<sup>29</sup> Esta comparação entre os princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e as situações narradas nas obras de Ilse Losa pretende apenas salientar os valores que, segundo a representação losiana, foram desrespeitados na Alemanha nazi. Seguidamente, destacam-se os artigos da Declaração Universal cujos princípios foram desrespeitados em acontecimentos narrados nas narrativas losianas: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos» (art. 1º), «agir uns para com os outros em *espírito de fraternidade*» (art. 1º), «Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, *sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação*» (art. 2º), «Todo o indivíduo tem *direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*» (art. 3º), «Ninguém será submetido a *tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes*» (art. 5º), «Todos são *iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei*. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação» (art. 7º), «Ninguém pode ser *arbitrariamente preso, detido ou exilado*» (art. 9º), «Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se *inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas*» (art. 11º), «Ninguém sofrerá *intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação*» (art. 12º), «Toda a pessoa tem o *direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país*» (art. 13º), «Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o *direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países*» (art. 14º), «Todo o indivíduo tem *direito a ter uma nacionalidade*» (art. 15º), «Ninguém pode ser *arbitrariamente privado da sua nacionalidade* nem do direito de mudar de nacionalidade» (art. 15º), «A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o *direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião*» (art. 16º), «Ninguém pode ser *arbitrariamente privado da sua propriedade*» (art. 17º), «Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos» (art. 18º), «Todo o indivíduo tem *direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão*» (art. 19º), «Toda a pessoa tem *direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país*» (art. 21º), «Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem *direito à segurança social*» (art. 22º), «Toda a pessoa tem *direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego*» (art. 23º) e «Toda a pessoa tem *direito à educação*» (art. 26º). O itálico é nosso.

A adesão ao movimento nacional-socialista e as atitudes adotadas pelos seguidores de Hitler são questionáveis e é aí que se centra o debate. A dimensão pedagógica reside, entre outros, neste aspeto: questionar as escolhas feitas por indivíduos livres, mesmo que pressionados pelo contexto. Estes indivíduos tiveram a possibilidade de adotar uma postura alternativa, ainda que tal atitude acarretasse consequências para si. Está implícito neste aspeto o princípio da responsabilização do indivíduo pelos seus atos.

O que está em causa são as atitudes dos perpetradores dos crimes nazis e dos observadores passivos e não o comportamento das vítimas.

Os dramas enfrentados pelas vítimas e os dilemas, que as situações dramáticas vividas lhes suscitaram, não podem ser objeto de debate, uma vez que o contexto e a experiência do leitor não lhe permite nem tem o direito de querer colocar-se na posição da vítima, pelo que o debate em torno do comportamento assumido pelas vítimas seria despropositado e ilegítimo se se tiver em conta que não pode ser objeto de juízos de valor, precisamente porque as circunstâncias em que uns e outros se encontram são radicalmente distintas. As vivências das vítimas foram não só extremas como, muitas vezes, únicas e o seu comportamento não refletia escolhas livres, pois as circunstâncias tinham-nas desprovido da possibilidade de tomar decisões livres.

A título de exemplo, compare-se a saída da Alemanha de Rose Frankfurter, em *O mundo em que vivi*, de Josef Berger, em *Sob céus estranhos*, e de Jutta Berner, em *Rio sem ponte*. As duas primeiras personagens abandonaram a Alemanha em fuga à perseguição movida pelos nazis aos judeus, enquanto Jutta Berner foi viver para Inglaterra para trabalhar como *au pair*. As decisões de Rose Frankfurter e de Josef Berger não podem ser objeto de debate, uma vez que constituíram o modo de salvar a vida, de sobreviver à perseguição, não tendo correspondido a livres escolhas, ao passo que a ida de Jutta Berner para Londres foi uma livre escolha, não obstante ter sido uma decisão tomada por causa das dificuldades económicas vividas na Alemanha. Mas enquanto a vida desta última personagem não corria perigo na Alemanha nazi, a das outras duas personagens estava em risco.

Situação distinta viveu Josef Berger em Portugal: a personagem teve a oportunidade de tomar uma decisão baseada na sua livre escolha ao optar por não

continuar viagem do Porto para a América, preferindo antes permanecer em Portugal, onde constituiria família.

Nas narrativas losianas são muitas as situações que ilustram as escolhas diárias dos indivíduos, relativas aos mais diversos aspetos da vida quotidiana, desde escolhas banais até àquelas questões determinantes para o futuro da personagem.

A escolha, por parte de Rose Frankfurter, de um dos três vestidos, que os pais lhe puseram à consideração, aquando do seu quarto aniversário, afigurou-se-lhe naquele momento uma decisão importante, embora a imposição do «vestido azul marinho» (MV: 17) pela avó lhe tenha anulado o poder de escolha. De qualquer modo, esta seria uma tomada de decisão sem implicações futuras no destino da personagem.

Também a solicitação dos serviços médicos do doutor Schoenberg, por parte do antisemita «inspector Neuberger», foi uma opção livre, ainda que ditada pela necessidade, mas mesmo assim uma decisão voluntária (MV: 101) e sem repercussões na vida futura da personagem.

Ainda em *O mundo em que vivi*, a católica Fraulein Braun, hóspede da pensão da mãe de Rose, convive com o senhor Kahn, um hóspede judeu, acompanhando-o a espaços públicos por se tratar de um homem bonito, sem reparar no facto de ele ser judeu.

Mas outras escolhas apresentam-se nas obras de Ilse Losa como decisivas para o futuro das personagens. Algumas delas dizem respeito à organização da própria vida em conformidade com o desejo pessoal. A decisão de contrair matrimónio, nomeadamente no caso dos casais mistos, é uma opção daqueles que estão implicados na relação, mas, em alguns casos, contou com a oposição de terceiros, tendo os pretendentes que tomar posição face a essa resistência. Encontram-se nas narrativas de Ilse Losa casos em que os amantes resistiram à pressão externa e outros em que sucumbiram à oposição de terceiros.

A narradora d'*O mundo em que vivi* recordava as palavras do avó Markus que afirmava que «só tinha probabilidade de ser feliz aquele que vivia conforme lhe apetecia viver» (MV: 11), proferidas a propósito da ida dos tios de Rose, Gertrud e Josef, para a América, a fim de aí concretizarem os sonhos que a mãe lhes negara na Alemanha. Repare-se que a narradora faz uso precisamente do verbo escolher: «A avó não consentiu que escolhessem uma vida ao seu gosto» (MV: 11).

E neste âmbito a ida voluntária para o estrangeiro é uma das opções. Foi o que ocorreu com os tios paternos de Rose. É o que acontece igualmente com os jovens sionistas, como o filho do senhor Heim, que optam livremente por emigrar para a Palestina, opção que Rose, tal como a sua mãe e a esposa do senhor Heim, rejeitam, pois não desejam trocar a sua Alemanha natal por uma Palestina desconhecida (MV: 77).

Do mesmo modo, a decisão do doutor Schoenberg de baptizar os filhos «para lhes facilitar o futuro» (MV: 101), afastando-se da sua tradição familiar e comunitária, em busca da aproximação e conciliação com a comunidade maioritária, foi uma opção, com a qual Rose discorda, pois não deseja renunciar aos seus valores.

Por vezes, as situações com que os indivíduos se defrontam implicam escolhas morais entre o que se entende por bem e por o mal, implicam a tomada de posição perante os acontecimentos e a consequente responsabilização face à escolha feita. Em *O mundo em que vivi*, Rose participou com os amigos na visita maliciosa à senhora Kohn, embora o faça contrafeita, pois tinha consciência que aquela brincadeira não era correta, mas deixou-se influenciar pelos outros e não soube impor a sua vontade, em conformidade com o que considerava correto.

Em *Rio sem ponte*, a postura crítica assumida pelo doutor Georg Schulz face à política nazi de perseguição aos judeus revela a tomada de posição perante tais acontecimentos. Também a postura de Johann Schuster evoluiu de uma posição de observador passivo para a de opositor, por influência do tio de Jutta, mas foi uma mudança que refletiu a consciência da responsabilidade individual de cada indivíduo em consentir que os atos que estavam a ocorrer continuassem.

As agressões levadas a cabo pelos nazis contra os judeus revelam igualmente uma escolha, neste caso assumindo um comportamento eticamente incorreto.

Pelo contrário, há outras situações na vida em que o exterior impõe a sua vontade, não deixando escolha ao indivíduo, isto é, à vítima. A ida de Rose para casa dos pais foi decidida por estes (MV: 51), não tendo a criança tido a possibilidade de fazer prevalecer o seu ponto de vista. Também a morte de familiares e amigos é um facto que se impõe sem que nada se possa fazer para o evitar. No caso de Rose Frankfurter, a sua infância e adolescência foi afetada pela morte de pessoas que lhe estavam próximas, pelo que essa experiência a marcou bastante.

Do mesmo modo, os judeus vítimas dos nazis não tinham como evitar as agressões e a única possibilidade de se esquivarem à deportação para campos de concentração e à morte era a fuga do país.

O segundo aspeto sob o qual assenta a dimensão pedagógica na obra narrativa de Ilse Losa, no que ao Holocausto diz respeito, é a promoção de uma abertura ao Outro, de respeito pela diferença. Esta perspetiva visa irradiar o preconceito e a discriminação, estabelecendo os alicerces de uma convivência pacífica entre indivíduos de proveniências distintas. Este aspeto constitui uma aproximação à ética da memória, proposta por Mèlich.

Diversas situações retratam nas narrativas de Ilse Losa a aproximação ao Outro, que, nuns casos, pertence à mesma comunidade nacional, embora integre um segmento social minoritário, e, noutros casos, é um estrangeiro.

Em *Paisagens da Memória* (2001), Ana Isabel Marques demonstrou que, na obra de Ilse Losa, a representação do Outro corresponde a várias entidades: ao judeu, mas também ao ariano, já para não mencionar ao inglês ou ao português. Mas a alteridade é sobretudo representada pelo judeu.

O Outro é sempre visto como o diferente, mas, nas obras de Ilse Losa, encontram-se exemplos que procuram anular essa diferença.

Por um lado, existem situações que ilustram a possibilidade de uma convivência pacífica e de uma tolerância entre as diferentes comunidades alemãs, no período anterior ao nazismo. Em *O mundo em que vivi*, várias sequências narrativas retratam essa convivência: os avós paternos de Rose relacionavam-se com o padre da aldeia, independentemente dos diferentes credos religiosos que professavam (MV: 22); apesar de Rose ser judia, ela brincava com Ina Dorn, a filha de pessoas destacadas da aldeia, pertencentes à comunidade ariana (MV: 36); o pai de Rose mantinha com os aldeões, com quem fazia transações comerciais, um relacionamento que ia além do simples negócio, pois como a narradora recorda «os lavradores gostavam do pai, recebiam-no com forte aperto de mão» (MV: 63) e «éramos convidados a sentar-nos à mesa maciça» (MV: 63); Rose predispôs-se a assistir a uma aula de religião protestante (MV: 74), contactando com a outra religião, tendo a prima Erna optado por não assistir; o professor Brand também se apresenta como uma figura conciliadora e respeitadora da diferença.

Em *Sob céus estranhos*, o casamento misto dos pais de Josef Berger é prova de que as comunidades não têm de viver fechadas sobre si mesmas, mas que a interação é possível. O respeito mútuo existente no lar dos Berger pelos valores culturais e religiosos judaicos e protestantes realça como a convivência é possível.

Por outro lado, temos as situações relativas ao Outro entendido como o estrangeiro.

Em *O mundo em que vivi*, o soldado prisioneiro russo tornou-se amigo do avô Markus e, antes de regressar à sua pátria, ofereceu-lhe uma foto sua, que foi colocada no álbum de família dos avós paternos de Rose (MV: 31), donde se depreende que a amizade pode surgir entre pessoas pertencentes a fações beligerantes antagónicas. A amizade pertence ao foro pessoal de cada indivíduo e este pode superar os antagonismos criados no plano coletivo.

O sonho com outras terras e o desejo de viajar é uma forma reveladora da predisposição para contactar com o Outro, do indivíduo que não se fecha sobre si mesmos, excluindo o Outro da sua vida, simplesmente por este ser diferente. O contacto com realidades distintas é uma forma de enriquecimento pessoal e esse enriquecimento ocorre precisamente, porque se está disponível para confrontar a própria realidade com a alheia e se aceita a outra enquanto tal. Em *O mundo em que vivi*, Rose Frankfurter estava recetiva a «encher os olhos e o coração de sonhos de terras distantes» (MV: 25). A curiosidade acerca do Outro surge como um primeiro passo no sentido de descobrir a alteridade. Rose apresenta-se como uma personagem predisposta a descobrir as realidades para além da sua.

O território do Outro afigura-se, por vezes, um espaço de realização pessoal para o indivíduo estrangeiro que para aí se deslocou, como ocorreu com os tios de Rose, que foram para a América, ou com Josef Berger, que refez a vida no Porto.

A viagem ao estrangeiro, por um curto período de tempo, com fins turísticos é também uma manifestação de abertura ao Outro, de curiosidade pelo Outro. Em *Rio sem ponte*, Bernhard Schuster, pai de Johann, recorda a viagem que fizera com a falecida esposa a Itália. Em *Sob céus estranhos*, a mãe de Josef Berger também sonhava com uma viagem à América.

Pelo contrário, Liesel, a amada de Josef Berger, rejeita a possibilidade de ir para o estrangeiro, acompanhando o amado.

O interesse pelas literaturas estrangeiras é outra manifestação nas narrativas losianas de curiosidade por outras realidades. Em *Sob céus estranhos*, Josef Berger era um amante da literatura e lia textos de autores oriundos das mais diversas proveniências. Também Bernhard Schuster, em *Rio sem ponte*, era um leitor encantado com a obra do romancista inglês Charles Dickens, que «relia de vez em quando» (RSP: 8).

A propósito da importância de aprender línguas estrangeiras, afirmava o avô Markus à neta:

Embora cada terra tenha a sua língua própria, a gente pode, se tiver prazer nisso, aprender línguas estrangeiras para conversar com estrangeiros e ler os livros que escrevem. (MV: 30)

Nas narrativas losianas, diversas personagens revelam interesse em aprender línguas estrangeiras e aceder à cultura dessa sociedade estrangeira. Se, em *Sob céus estranhos*, alguns portuenses aprendem alemão para atender melhor os clientes alemães ou simplesmente para ajudar os refugiados necessitados, em *Rio sem ponte*, Jutta Berner é contratada pela família Trotter para que converse em alemão com a filha Esmé, que aprende alemão.

Perante o exposto cabe questionar qual é o sentido da obra de Ilse Losa no que diz respeito à questão pedagógica vinculada com o Holocausto? Trata-se de um discurso de denúncia dos factos ocorridos, um discurso com valor acusatório? Ou, pelo contrário, é um discurso que constitui um espaço de apologia da convivência? No primeiro caso, será um discurso voltado para o passado, entendido como um ato de recordar para dar a conhecer e que se assumirá como a procura de responsáveis, enquanto, no segundo, se assume como uma lição para o futuro, para os vindouros, concebido como um ato de recordar para não deixar esquecer e, sobretudo, de recordar para que não volte a acontecer.

A dimensão pedagógica nas obras narrativas de Ilse Losa está associada a estes dois aspetos. É um ato de denúncia do ocorrido, sem dúvida, mas é simultaneamente, e principalmente, a busca de um futuro diferente, onde acontecimentos como os narrados não tenham lugar. O relato dos factos faz-se sob a forma de rememoração do passado em que a recuperação desses tempos pretéritos se põe ao serviço da construção do presente e do futuro.

## **Conclusão**

Eis a chegada ao fim da viagem pelo universo ficcional de Ilse Losa. O roteiro percorrido confirmou que a representação do Holocausto teve em vista a captação da complexidade envolvida neste fenómeno histórico. Sem deixar de denunciar aqueles que tiveram responsabilidades pelo ocorrido, nas narrativas losianas transparece a ideia de que a realidade não pode ser encarada simplesmente como se uns fossem bons e os outros maus, associando as vítimas judias aos primeiros e os perpetradores dos crimes nazis aos segundos. A ficção de Ilse Losa explora essa realidade multifacetada, impossível de reduzir a preto e branco, fazendo ressaltar as múltiplas variantes e condicionantes que influíram no desenrolar dos acontecimentos.

As narrativas da autora d'*O mundo em que vivi* conjugam aspetos complementares do fenómeno, que se convencionou designar por Holocausto, ainda que recorrentemente se insista em alguns considerados fundamentais, visando a apreensão de uma imagem abrangente dos acontecimentos.

A representação do Holocausto assenta na perspetiva das vítimas, embora, no caso de *Rio sem ponte*, a ação se centre em torno de um grupo de personagens não pertencentes ao universo judaico, o que permite aceder à visão dos acontecimentos por parte de personagens arianas que evoluíram da indiferença para a oposição ao projeto nazi, portanto, personagens que não integraram a maioria.

A chegada ao fim do roteiro não significa o fim do percurso: é apenas o termo de uma etapa.

Este trajeto fez emergir a possibilidade de outros roteiros, passíveis de constituírem a próxima etapa do percurso.

O estudo das questões relativas à ideologia nas narrativas de Ilse Losa afigura-se uma outra possibilidade de abordagem da obra, estando associada à dimensão pedagógica explorada neste trabalho. Na presente dissertação salientaram-se a este respeito dois aspetos: por um lado, a recusa em silenciar os factos ocorridos constituiu um posicionamento ideológico do autor face àquele facto histórico e, por outro lado, a forma como o narrador organiza o seu relato reflete uma tomada de posição relativamente aos factos relatados.

O estudo comparativo entre a obra losiana e a produção literária de outros autores que integram a Literatura do Holocausto, nomeadamente a aproximação à obra de Primo Levi, reforçaria a viabilidade de tal projeto.

## Referências bibliográficas

### Bibliografia Ativa

LOSA, Ilse (1987), *O mundo em que vivi*, Porto, Edições Afrontamento, 17ª ed [1ª ed, 1949].

\_\_\_\_\_ (1998), *Rio sem ponte*, Porto, Edições Afrontamento, 3ªed [1ª ed, 1952].

\_\_\_\_\_ (1987), *Sob céus estranhos*, Porto, Edições Afrontamento, 4ª ed [1ª ed, 1962].

\_\_\_\_\_ (1991), *Caminhos sem destino*, Porto, Edições Afrontamento, 1ª ed.

### Bibliografia Passiva

BAER, Alejandro (2006), *Holocausto. Recuerdo y representación*, Madrid, Editorial Losada.

BALTÉ, M. T. (1988), “Ilse Losa ou a álgebra da língua”, *Letras e & Letras*, Porto, 1 de maio, p. 14.

BAUER, Yehuda (2001), *Rethinking the Holocaust*, New Haven / Londres, Yale University Press.

BAUMANN, Zygmunt (2010), *Modernidad y Holocausto*, Madrid, Ediciones Sequitur.

COIMBRA, Rui H. (1993), “Amigo de Portugal [Ernst Lieblich]”, *O Independente*, Lisboa, 4 de junho, pp. 32-34.

DANZIGER, Leila (2007), “Shoah ou Holocausto? – A aporia dos nomes”, *Arquivo Maaravi, Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, vol. I, nº 1, outubro. Disponível em <https://www.ufmg.br/nej/maaravi/artigoleiladanziger-shoah.html>. Acedido a 4/11/2011.

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), in *Diário da República*, Série I, nº 57, 9 de março de 1978, pp. 489-493.

ENKVIST, Inger (2006), *Repensar la educación*, Madrid, Ediciones Internacionales Universitarias.

EPSTEIN, Leslie (1988), «Writing about the Holocaust», in LANG, Berel (ed.) *Writing and the Holocaust*, Nova Iorque / Londres, Holmes & Meier, pp. 261-270.

FINKELSTEIN, Norman (2001), *A indústria do Holocausto. Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*, Lisboa, Antígona.

FRANKLIN, Ruth (2011), «Introduction», in *A thousand darknesses: lies and truth in Holocaust fiction*, Nova Iorque / Oxford, Oxford University Press, pp. 1-19.

FRIEDLÄNDER, Saul (2009), *Nazi Germany and the jews 1933-1945*, Nova Iorque, Harper Perennial.

GROSSEGESSE, Orlando (2004), «Narrar sob os fumos do Holocausto», in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Universidade do Porto, vol. I, pp. 295-307.

GUTMAN, Israel (2003), *Holocausto y memória*, Jerusalém, Yad Vashem / Centro Zalman Shazar de Historia Judía.

HALL, Stuart (1997), «The work of representation», in HALL, Stuart (ed.) *Representation: cultural representations and signifying practises*, Londres / California / Nova Deli, Open University / Sage Publications, pp. 13-69.

HANNOUN, Hubert (1997), *Nazismo: educação? domesticação?*, Lisboa, Instituto Piaget.

HOWE, Irving (1988), «Writing and the Holocaust», in LANG, Berel (ed.) *Writing and the Holocaust*, Nova Iorque / Londres, Holmes & Meier, pp. 175-199.

LANG, Berel (1988), *Writing and the Holocaust*, Nova Iorque / Londres, Holmes & Meier.

LANGER, Lawrence L. (1995), «Fictional facts and factual fictions: history in Holocaust literature», in *Admitting the Holocaust*, Nova Iorque / Oxford, Oxford University Press, pp. 75-87.

LEPECKI, Maria Lepecki (1987), “O maior dos dons”, *Diário de Notícias – Revista de Livros*, Lisboa, 20 de junho, p. 11.

LEVI, Primo (2008), *Os que sucumbem e os que se salvam*, Lisboa, Editorial Teorema.

\_\_\_\_\_ (2010), *O dever de memória*, Lisboa, Edições Cotovia.

LEVIN, Samuel R. (1987), «Consideraciones sobre qué tipo de acto de habla es un poema», in Van Dick et al., in *Pragmática de la comunicación literaria*, Madrid, Arco Libros, pp. 59-82.

MARCO, Valéria de (2004), «A literatura de testemunho e a violência de Estado», *Lua Nova*, nº 62, pp. 45-68. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf> . Acedido a 27/10/2011.

MARQUES, Ana Isabel Mendes Rosa (2001), *Paisagens da memória. Identidade e alteridade na escrita de Ilse Losa*, Coimbra, Minerva / Centro Interuniversitário de Estudos Germânicos.

MÈLICH, Joan-Carles (2001), *La ausencia del testimonio: ética y pedagogia en los relatos del Holocausto*, Barcelona, Anthropos Editorial.

MUCZNIK, Esther (2012), *Portugueses no Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros.

OLMI, Alba (2009), «A narrativa do lager: uma categoria literária do testemunho», *Espéculo. Revista de estudios literarios*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es/info/especulo/numero40/narlager.html>. Acedido a 27/10/2011.

RAVEH, Inbar; WAGNER, Rotem (2000), *I never even lived: a teaching unit – women in Holocaust literature*, Jerusalém, Yad Vashem.

REIS, Carlos (2008), *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*, Coimbra, Edições Almedina, 2ª ed.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2011), *Dicionário de narratologia*, Coimbra, Edições Almedina, 7ª ed.

SANTOS, Américo Oliveira (1988), “Ilse Losa: a realidade construída”, *Letras & Letras*, 1 de maio, pp. 12-13.

SARAMAGO, José (1999), *Discursos de Estocolmo*, Lisboa, Editorial Caminho.

SEGAL, Lore (1988), «Memory: the problems of imagining the past», in LANG, Berel (ed.), *Writing and the Holocaust*, Nova Iorque / Londres, Holmes & Meier, pp. 58-65.

SEQUEIRA, Rosa M. (2003), *O poder e o desejo: o ensino da literatura a estrangeiros na universidade*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional / Ministério da Educação.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (2005), «Literatura e trauma: um novo paradigma», in *O local da diferença*, São Paulo, Editora 34, pp. 63-80.

\_\_\_\_\_ (2007), «Literatura da Shoah no Brasil», *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, vol. I, p. 10, 2007. Disponível em <http://www.ufmg.br/nej/am/modules/content/index.php?id=18>. Acedido em 27/10/2011.

SULEIMAN, Susan Rubin (2008), «Introduction: crises of memory», in *Crises of memory and the second world war*, Cambridge, Harvard University Press, pp. 1-11.

WAXMAN, Zoë Vania (2008), *Writing the Holocaust: identity, testimony, representation*, Oxford, Oxford University Press.

WIESEL, Elie (1995), «Why I write», in *From the kingdom of memory*, Nova Iorque, Schocken Books.

ZWEIG, Stefan (2005), *O mundo de ontem: recordações de um europeu*, Lisboa, Assírio & Alvim.

## **Errata**

<b>Página</b>	<b>Onde se lê</b>	<b>Deve ler-se</b>
1	sob ao qual	sob o qual
1	ao contrário, da tradição	ao contrário da tradição
2	experiência humanas	experiência humana
3	envolvidos	envolvido
26	à medida que a entram	à medida que entram
41	remedos	remendos
108	narrativas losiana	narrativas losianas